

1. Análise da execução do Orçamento

O Relatório sobre a Execução do Orçamento traduz-se na análise dos resultados da execução do Orçamento da RAEM, enquanto a Conta Geral reflecte os resultados financeiros da Região em conformidade com os princípios da contabilidade pública. A análise constante daquele Relatório tem como base o Orçamento Geral da RAEM, colocando a tónica na comparação dos resultados da execução com o orçamentado. No Relatório sobre a Execução do Orçamento as receitas e as despesas originadas com as operações financeiras específicas^(*) não são consideradas como receitas e despesas orçamentais, sendo-o todavia na Conta Geral.

No Quadro 1-A apresenta-se uma síntese das contas de receitas e despesas integradas (excluídas as operações financeiras específicas), onde se comparam os resultados da execução com o Orçamento, ao passo que no Quadro 1-B se confrontam e justificam as diferenças entre aquele mapa síntese e a Conta Geral, no que se refere a receitas e despesas.

A análise efectuada no presente Relatório sobre a execução do Orçamento de 2008 subdivide-se em 5 pontos, sendo os primeiros quatro (de 1.1 a 1.4) focados sobre os resultados da execução orçamental antes da eliminação das transferências internas, e o último (1.5) sobre aqueles resultados mas após eliminação.

* Respeitantes essencialmente a actividades de gestão de activos, de investimento e depósitos de clientes de organismos autónomos como a Autoridade Monetária de Macau, a Caixa Económica Postal e o Fundo de Pensões.

DÉBITO

Código	Proveniência das receitas	Previsão autorizada	Importâncias cobradas	Execução %	Código	Proveniência das despesas	Previsão autorizada	Importâncias liquidadas	Execução %
08-00-00-00	Transporte	41.908,677,730.50	56,212,766,154.18	134.13			35,859,383,556.56	28,577,891,002.01	79.69
08-01-00-00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1,111,666,000.00	1,308,463,165.86	117.70	08-00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	140,540,389.00	111,227,548.61	79.14
08-01-00-00	Contrib. p regime de aposentação e sobrevivência	950,767,000.00	1,017,050,655.00	0.00	08-01	Sector público	1,349,489.00	-	-
08-02-00-00	Contrib. p regime de segurança social	84,300,000.00	164,526,075.00	195.17	08-02	Instituições particulares	35,006,000.00	9,586,063.60	27.38
08-03-00-00	Contrib. p assistência médica	26,491,900.00	33,213,439.20	125.37	08-03	Particulares	44,600,000.00	42,056,672.01	94.30
08-04-00-00	Prémio de risco	5,116,000.00	5,807,818.50	0.00	08-04	Exterior	59,584,900.00	59,584,913.00	100.00
08-05-00-00	Quotas de sócios	5,918,000.00	8,664,872.10	146.42					
08-06-00-00	Remunerações dos delegados do Governo	2,560,000.00	1,808,540.00	70.65	09-00	OPERACÕES FINANCEIRAS	3,338,602,252.80	1,754,308,624.00	52.55
08-07-00-00	Comparticipações nas receitas de balcão de câmbio	4,580,000.00	9,048,308.00	197.56	09-01	Activos financeiros	3,319,646,651.00	1,735,433,022.20	52.28
08-08-00-00	Indemnizações	260,100.00	9,682,067.12	3722.44	09-02	Passivos financeiros	18,955,601.80	18,875,601.80	99.58
08-09-00-00	Recuperação de créditos	0.00	69,252.30						
08-99-00-00	Receitas eventuais e não especificadas	31,673,000.00	58,592,137.64	184.99	10-00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	285,682,572.10	-	-
	RECEITAS DE CAPITAL	4,551,845,839.96	4,738,113,985.25	104.09		Total	39,624,408,770.46	30,443,427,174.62	76.83
09-00-00-00	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	25,415,200.00	39,416,397.50	155.09					
09-01-00-00	Terrenos - Sector público	0.00	0.00	0.00					
09-06-00-00	Habitaações - Outros sectores	25,408,200.00	10,770,542.20	42.39					
09-07-00-00	Edifícios - Sector público	0.00	3,400,089.00	0.00					
09-09-00-00	Edifícios - Outros sectores	1,000.00	25,220,447.00	2522044.70					
09-13-00-00	Material de transporte - Sector público	0.00	10,500.00	0.00					
09-18-00-00	Maquinaria e equipamento - Outros sectores	6,000.00	14,819.30	246.99					
10-00-00-00	TRANSFERÊNCIAS	0.00	0.00	0.00					
10-01-00-00	Sector público	0.00	0.00	0.00					
10-07-00-00	Outros sectores	0.00	0.00	0.00					
11-00-00-00	ACTIVOS FINANCEIROS	82,116,000.00	294,049,232.28	358.09					
11-05-00-00	Titulos a médio e longo prazos - Exterior	0.00	0.00	0.00					
11-06-00-00	Titulos a médio e longo prazos - Outros sectores	0.00	0.00	0.00					
11-08-00-00	Titulos de participação - Outros sectores	0.00	205,542,574.00	0.00					
11-11-00-00	Empréstimos a curto prazo - Outros sectores	2,378,000.00	362,375.00	15.24					
11-12-00-00	Empréstimos a médio e longo prazos - Sector público	0.00	0.00	0.00					
11-14-00-00	Empréstimos a médio e longo prazos - Outros sectores	79,738,000.00	88,144,283.28	110.54		Provisão para acumulação de saldo de execução orçamental	7,947,780,800.00		
13-00-00-00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4,387,021,739.96	4,311,706,239.96	98.28		Saldo do exercício		31,815,916,130.67	
14-00-00-00	REPOSICÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	57,292,900.00	92,942,115.51	162.22					
	Total	47,572,189,570.46	62,259,343,305.29	130.87		TOTAL GERAL	47,572,189,570.46	62,259,343,305.29	

Obs.: não inclui as operações financeiras específicas.

Quadro 1-B

Comparação entre a Conta Geral e o Relatório sobre a Execução do Orçamento do Ano 2008

DÉBITO					CRÉDITO						
Código	Proveniência das receitas	Receita integrada (Conta Geral)	Receita integrada (Relatório sobre o exercício do Orçamento)	Diferenças	Obs.	Código	Proveniência das despesas	Despesa integrada (Conta Geral)	Despesa integrada (Relatório sobre a execução do Orçamento)	Diferenças	Obs.
RECEITAS CORRENTES											
01-00-00-00	IMPOSTOS DIRECTOS	62,749,080,672.81	57,521,229,320.04	5,227,851,352.77		01-00	DESPESAS CORRENTES	25,667,343,331.39	25,286,687,384.72	380,655,946.67	
01-01-00-00	Sobre o rendimento	42,990,828,392.00	42,990,828,392.00	0.00		01-01	PESSOAL	8,416,466,805.84	8,416,466,805.84	0.00	
01-02-00-00	Outros	42,817,701,593.00	173,126,799.00	0.00		01-01	Remunerações certas e permanentes	7,445,279,701.75	7,445,279,701.75	0.00	
IMPOSTOS INDIRECTOS											
02-00-00-00	IMPOSTOS INDIRECTOS	1,883,479,098.00	1,883,479,098.00	0.00		01-02	Remunerações acessórias	512,022,428.43	512,022,428.43	0.00	
02-01-00-00	Outros	1,883,479,098.00	1,883,479,098.00	0.00		01-03	Abonos em espécie	33,743,684.13	33,743,684.13	0.00	
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES											
03-00-00-00	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1,281,470,916.80	1,281,470,916.80	0.00		01-04	Classes inactivas	279,099,721.40	279,099,721.40	0.00	
03-01-00-00	Taxas	1,054,660,975.17	1,054,660,975.17	0.00		01-05	Previdência social	96,407,154.42	96,407,154.42	0.00	
03-02-00-00	Multas e outras penalidades	226,809,941.63	226,809,941.63	0.00		01-06	Compensação de encargos	49,914,115.71	49,914,115.71	0.00	
RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE											
04-00-00-00	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	6,585,962,971.10	2,763,847,693.24	3,822,115,277.86		02-00	BENS E SERVIÇOS	4,555,311,785.13	4,555,311,785.13	0.00	
04-01-00-00	Juros - Sector público	27,755,700.83	27,755,700.83	0.00		02-01	Bens duradouros	208,104,448.74	208,104,448.74	0.00	
04-02-00-00	Juros - Outros sectores	4,101,582,218.34	279,466,840.48	0.00	a)	02-02	Bens não duradouros	759,253,624.32	759,253,624.32	0.00	
04-03-00-00	Dividendos - Outros sectores	414.49	279,466,840.48	0.00		02-03	Aquisição de serviços	3,587,853,712.07	3,587,853,712.07	0.00	
04-06-00-00	Dividendos - Outros sectores	34,702,015.25	34,702,015.25	0.00		03-00	JIUROS	71,327,590.49	29,584,371.70	41,743,218.79	j)
04-11-00-00	Renditas de terrenos - Outros sectores	128,781,012.00	128,781,012.00	0.00		03-01	Exterior	29,584,371.70	29,584,371.70	0.00	
04-12-00-00	Prémios de concessões de terrenos	1,868,296,516.00	1,868,296,516.00	0.00		03-02	Outros sectores	71,327,590.49	71,327,590.49	0.00	
OUTROS RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE											
04-12-00-00	Outros rendimentos da propriedade	424,845,094.19	424,845,094.19	0.00		04-00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11,335,559,748.28	11,654,504,448.28	281,055,300.00	k)
TRANSFERÊNCIAS											
05-00-00-00	TRANSFERÊNCIAS	6,395,788,511.60	5,958,824,084.94	436,964,426.66		04-01	Sector publico	3,008,772,958.31	2,727,717,658.31	281,055,300.00	
05-01-00-00	Sector publico	2,296,825,301.00	2,296,825,301.00	0.00	b)	04-02	Instituições particulares	3,139,708,483.20	3,139,708,483.20	0.00	
05-02-00-00	Empresas publicas	430,000.00	430,000.00	0.00		04-03	Particulares	4,407,229,777.54	4,407,229,777.54	0.00	
05-03-00-00	Empresas privadas	4,093,283,102.00	3,656,318,675.34	0.00		04-04	Exterior	779,848,529.23	779,848,529.23	0.00	
05-04-00-00	Instituições particulares	883,000.00	4,100,000.00	0.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
05-05-00-00	Particulares	883,000.00	4,100,000.00	0.00		05-00	Rendas de terrenos	1,288,777,401.65	1,230,919,973.77	57,857,427.88	
05-06-00-00	Exterior	177,108.60	177,108.60	0.00		05-01	Seguros	352,986.00	352,986.00	0.00	
05-07-00-00	Outros sectores	90,000.00	90,000.00	0.00		05-02	Restituições	23,904,595.36	23,904,595.36	0.00	
VENDA DE BENS DURADOUROS											
06-00-00-00	VENDA DE BENS DURADOUROS	10,177,068.00	10,177,068.00	0.00		05-03	Diversas	1,208,067,237.59	1,150,209,809.71	57,857,427.88	l)
06-01-00-00	Sector publico	28,960.00	28,960.00	0.00		DESPESAS DE CAPITAL					
06-03-00-00	Outros sectores	10,148,108.00	10,148,108.00	0.00		06-00	INVESTIMENTOS	868,412,382,519.26	5,156,739,789.90	863,255,642,729.36	
VENDA DE SERVIÇOS E BENS NÃO DURADOUROS											
07-00-00-00	VENDA DE SERVIÇOS E BENS NÃO DURADOUROS	1,324,139,001.20	1,324,139,001.20	0.00		07-00	INVESTIMENTOS	3,291,203,617.29	3,291,203,617.29	0.00	
07-01-00-00	Rendas de habitações	54,213,556.80	54,213,556.80	0.00		07-01	Terrenos	589,208,315.90	589,208,315.90	0.00	
07-02-00-00	Rendas de edifícios - Sector publico	5,056,760.00	5,056,760.00	0.00		07-02	Edifícios	1,099,239,089.05	1,099,239,089.05	0.00	
07-03-00-00	Rendas de edifícios - Exterior	14,234.60	14,234.60	0.00		07-04	Estaduais e pontes	73,442,672.10	73,442,672.10	0.00	
07-04-00-00	Rendas de edifícios - Outros sectores	66,839,673.94	66,839,673.94	0.00		07-05	Portos	73,195,145.40	73,195,145.40	0.00	
07-05-00-00	Rendas de bens duradouros - Sector publico	1,999,845.00	1,999,845.00	0.00		07-06	Construções diversas	584,638,445.82	584,638,445.82	0.00	
07-06-00-00	Rendas de bens duradouros - Outros sectores	126,545.00	126,545.00	0.00		07-07	Melhoramentos fundiários	571,300.00	571,300.00	0.00	
07-07-00-00	Rendas de bens duradouros - Sector publico	65,931,661.50	65,931,661.50	0.00		07-09	Material de transporte	79,897,439.30	79,897,439.30	0.00	
07-08-00-00	Diversos - Sector publico	8,307,517.55	8,307,517.55	0.00		07-10	Maquinaria e equipamento	478,418,969.22	478,418,969.22	0.00	
07-09-00-00	Diversos - Exterior	1,121,649,206.81	1,121,649,206.81	0.00		07-11	Animais	722,000.00	722,000.00	0.00	
07-10-00-00	Diversos - Outros sectores	60,471,845,958.79	56,212,766,154.18	4,259,079,804.52		07-12	Outros investimentos	311,850,240.50	311,850,240.50	0.00	
A transportar		60,471,845,958.79	56,212,766,154.18	4,259,079,804.52		A transportar		28,958,546,948.68	28,577,891,002.01	380,655,946.67	

DÉBITO

CRÉDITO

Código	Proveniência das receitas	Recita Integrada (Conta Geral)	Recita Integrada (Relatório sobre a execução do Orçamento)	Diferenças	Obs.	Código	Proveniência das despesas	Despesa Integrada (Conta Geral)	Despesa Integrada (Relatório sobre a execução do Orçamento)	Diferenças	Obs.
08-00-00-00	<i>Transporte</i>	60.471.845.958,79	56.212.766.154,18	4.259.079.804,52		08-00	<i>Transporte</i>	28.956.546.948,68	28.577.891.002,01	386.655.946,67	
08-01-00-00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.277.234.714,11	1.308.463.165,86	968.771.548,25		08-01	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	111.227.548,61	111.227.548,61	0,00	
08-02-00-00	Contrib. preguira de aposentação e sobrevivência	1.017.050.656,00	1.017.050.656,00	0,00		08-02	Sector público	9.586.063,60	9.586.063,60	0,00	
08-03-00-00	Contrib. preguira de segurança social	332.113.439,20	332.113.439,20	0,00		08-03	Participações particulares	42.056.627,01	42.056.627,01	0,00	
08-04-00-00	Contrib. assistência médica	5.807.818,50	5.807.818,50	0,00		08-04	Particulares	59.584.813,00	59.584.813,00	0,00	
08-05-00-00	Quotas de sócios	8.664.872,10	8.664.872,10	0,00		09-00	OPERACÕES FINANCEIRAS	865.009.951.353,36	1.754.308.624,00	863.255.642.729,36	
08-06-00-00	Remunerações dos delegados do Governo	1.808.540,00	1.808.540,00	0,00		09-01	Activos financeiros	45.688.731.459,43	1.755.433.022,20	43.953.298.437,23	m)
08-07-00-00	Participações nas receitas de balcões de câmbio	9.848.308,00	9.848.308,00	0,00		09-02	Passivos financeiros	819.321.219.893,93	18.875.601,80	819.302.344.292,13	n)
08-08-00-00	Indemnizações	9.682.067,12	9.682.067,12	0,00		10-00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	-	-	0,00	
08-09-00-00	Recuperação de créditos	69.252,30	69.252,30	0,00	c)						
08-99-00-00	Receitas eventuais e não especificadas	1.027.363.685,89	58.592.117,64	968.771.548,25		Total		894.079.725.850,65	30.443.427.174,62	863.636.298.676,03	
	RECEITAS DE CAPITAL	868.746.296.825,27	4.738.113.985,25	864.008.182.540,02							
09-00-00-00	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	39.416.397,50	39.416.397,50	0,00			Saldo do exercício	37.415.651.347,43	31.815.916.130,67	5.599.735.216,76	
09-06-00-00	Habitações - Outros sectores	10.770.542,20	10.770.542,20	0,00	d)						
09-07-00-00	Edifícios - Sector público	3.400.089,00	3.400.089,00	0,00							
09-09-00-00	Edifícios - Outros sectores	25.220.447,00	25.220.447,00	0,00							
09-13-00-00	Material de transporte - Sector público	10.500,00	10.500,00	0,00							
09-18-00-00	Maquinaria e equipamento - Outros sectores	14.819,30	14.819,30	0,00							
11-00-00-00	ACTIVOS FINANCEIROS	28.095.908.655,02	294.049.232,28	27.801.859.422,74							
11-03-00-00	Títulos a curto prazo - Outros sectores	27.456.760.085,38	27.456.760.085,38	0,00	d)						
11-08-00-00	Títulos de participação - Outros sectores	205.542.574,00	205.542.574,00	0,00							
11-11-00-00	Emprestimos a curto prazo - Outros sectores	181.493.544,50	362.375,00	181.131.169,50	e)						
11-14-00-00	Emprestimos a médio e longo prazos - Outros sectores	252.112.451,14	88.144.283,28	163.968.167,86	f)						
12-00-00-00	PASSIVOS FINANCEIROS	836.206.233.117,28	0,00	836.206.233.117,28							
12-03-00-00	Títulos a curto prazo - outros sectores	780.379.692.369,81	0,00	780.379.692.369,81	g)						
12-09-00-00	Emprestimos a curto prazo - outros sectores	4.329.130.747,47	0,00	4.329.130.747,47	b)						
12-10-00-00	Emprestimos a médio e longo prazos - sector público	51.497.500.000,00	0,00	51.497.500.000,00	i)						
13-00-00-00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.311.706.239,96	4.311.706.239,96	0,00							
14-00-00-00	REPOSICÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	92.942.115,51	92.942.115,51	0,00							
	Total	931.495.377.198,08	62.259.343.305,29	869.236.033.892,79			TOTAL GERAL	931.495.377.198,08	62.259.343.305,29	869.236.033.892,79	
	TOTAL GERAL	931.495.377.198,08	62.259.343.305,29	869.236.033.892,79							

Observações:

- a) Juros de depósitos bancários e de títulos negociáveis da AMCM, bem como juros de depósitos bancários de fundos do regime de aposentação e sobrevivência do Fundo de Pensões.
- b) Rendimentos dos jogos de fortuna ou azar incorporados directamente pela Fundação Macau nos capitais acumulados.
- c) Compreende principalmente os ganhos cambiais da AMCM.
- d) Receitas de investimentos financeiros da AMCM e da CEP.
- e) Receitas da CEP pela amortização de empréstimos, e da AMCM pela devolução de adiantamentos ao pessoal.
- f) Receitas da AMCM pela amortização de empréstimos.
- g) Receitas da AMCM pela emissão de bilhetes monetários.
- h) Depósitos de clientes obtidos pela CEP.
- i) Transferências da Caixa do Tesouro para a AMCM.
- j) Grosso modo, respeita a juros das contas de liquidez constituídas por instituições financeiras junto da AMCM.
- k) Participações de saldos transferidas pela AMCM para a RAEM
- l) Inclui principalmente o Fundo de Previdência do pessoal da AMCM.
- m) Despesas diversas da AMCM, do Fundo de Pensões e da CEP, com investimentos financeiros e empréstimos.
- n) Compreende o resgate e a recompra de bilhetes monetários pela AMCM, as transferências de fundos para a Caixa do Tesouro, bem como os levantamentos de depósitos por clientes da CEP.

1.1 Resumo

Procede-se aqui à análise da actividade financeira do governo da RAEM reportada ao exercício do ano económico de 2008, com exclusão das operações financeiras específicas.

Na análise da execução do Orçamento utiliza-se o termo Sector Público Administrativo para definir o seguinte conjunto: Serviços integrados; Serviços e organismos dotados de autonomia administrativa (aqui também designados por Serviços com autonomia administrativa); Serviços e organismos dotados de autonomia financeira (aqui também designados por Organismos autónomos).

No quadro 1.1-A a seguir apresentado pode-se, de modo introdutório e resumido, apreciar a execução orçamental em 2008, segundo a natureza corrente ou de capital, e organicamente segundo os seguintes grupos: Serviços integrados e Serviços com autonomia administrativa; Organismos autónomos; PIDDA (Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração, ou, abreviadamente, o Plano de Investimentos).

Quadro 1.1-A : Execução Orçamental em 2008

(unid.: milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO AUTORIZADA	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO		TAXA EXECUÇÃO
				VALOR ABS.	%	
Receitas Correntes						
Serviços integrados e c/autonomia administrativa	34,831,925	37,092,681	50,765,170	13,672,489	36.9%	136.9%
Organismos autónomos	12,149,845	12,523,456	14,243,671	1,720,216	13.7%	113.7%
Total Receitas Correntes	46,981,770	49,616,137	65,008,841	15,392,705	31.0%	131.0%
Receitas Capital						
Serviços integrados e c/autonomia administrativa	51,852	51,852	311,504	259,652	500.8%	600.8%
Organismos autónomos	2,789,557	4,502,044	4,430,010	-72,035	-1.6%	98.4%
Total Receitas Capital	2,841,409	4,553,896	4,741,514	187,617	4.1%	104.1%
TOTAL DAS RECEITAS	49,823,178	54,170,033	69,750,356	15,580,323	28.8%	128.8%
Despesas Correntes						
Serviços integrados e c/autonomia administrativa	18,565,644	23,352,541	22,225,804	-1,126,737	-4.8%	95.2%
Organismos autónomos	11,539,453	12,969,379	10,548,496	-2,420,883	-18.7%	81.3%
Total Despesas Correntes	30,105,097	36,321,920	32,774,300	-3,547,620	-9.8%	90.2%
Despesas Capitais						
Serviços integrados e c/autonomia administrativa	292,130	781,001	745,662	-35,339	-4.5%	95.5%
PIDDA	8,380,000	5,864,988	2,972,057	-2,892,931	-49.3%	50.7%
Organismos autónomos	2,598,171	3,254,343	1,442,421	-1,811,922	-55.7%	44.3%
Total Despesas Capital	11,270,301	9,900,332	5,160,140	-4,740,192	-47.9%	52.1%
Provisão p/acum. saldo execução orçam.						
Serviços integrados e c/autonomia administrativa	7,646,003	7,146,003	0	-7,146,003	-100.0%	0.0%
Organismos autónomos	801,778	801,778	0	-801,778	-100.0%	0.0%
TOTAL DAS DESPESAS	49,823,178	54,170,033	37,934,440	-16,235,593	-30.0%	70.0%
SALDO						
Corrente	16,876,673	13,294,217	32,234,541	18,940,324	142.5%	242.5%
Capital	-8,428,892	-5,346,436	-418,626	4,927,810	-92.2%	7.8%
SALDO GERÊNCIA	8,447,781	7,947,781	31,815,915	23,868,134	300.3%	400.3%

Antes de passarmos à análise em concreto, atente-se o facto de os valores inscritos na despesa em “*provisão para acumulação de saldo de execução orçamental*”, serem valores equalizadores da receita e despesa, por isso mesmo, são excluídos das análises que se seguem da receita e da despesa, dado que a sua inclusão iria enviesar o valor da

taxa de execução.

Em termos de equilíbrio orçamental, registou-se no ano económico de 2008 um saldo corrente superavitário de 32 234 541 milhares de patacas que, conjugado com o saldo negativo de capital de 418 626 milhares de patacas, redundou num Saldo de Gerência de 31 815 915 milhares de patacas.

No que concerne às receitas, a cobrança reportada no ano económico de 2008 ascendeu a cerca de 69 750 356 milhares de patacas, sendo que destas, aproximadamente 65 008 841 milhares de patacas foram receitas correntes e 4 741 514 milhares de patacas receitas de capital. De realçar ainda que as 4 430 010 milhares de patacas arrecadadas pelos organismos autónomos em receitas de capital, são na sua maioria resultantes dos saldos transitados de anos económicos anteriores.

Quanto à despesa, regista-se uma despesa total de cerca de 37 934 440 milhares de patacas, das quais 32 774 300 milhares de patacas referem-se a despesas correntes e 5 160 140 milhares de patacas a despesas de capital.

Em termos de execução medida em função dos valores da previsão autorizada, os valores registados foram em média superiores na receita e inferiores na despesa, sendo de assinalar, não apenas um desvio significativo de 600,8% nas receitas de capital dos Serviços integrados e com autonomia administrativa, como também, pela sua importância, um valor baixo de execução do Plano de Investimentos, de 50,7%.

A evolução, relativamente ao ano económico anterior, cujos dados constam do quadro 1.1-B seguinte, assinala-se que, não obstante a conjuntura económica desfavorável sentida durante o ano económico de 2008, as receitas registaram ainda assim um crescimento apreciável de 27,86 %, e que, mesmo conjugado com um aumento superior das despesas, de 35,57%, o saldo de gerência foi superior ao de 2007 em 19,73%.

Verificou-se também que as despesas no âmbito do PIDDA sofreram uma diminuição de 13,75%, o que representou um decréscimo de cerca de 473 895 milhares de patacas em relação ao ano económico de 2007.

O “saldo corrente” juntamente com o “saldo de capital” evidenciaram uma evolução positiva em relação ao reportado a 2007, tendo ambos aumentado de valor. A variação do saldo corrente foi aproximadamente de 4 190 918 milhares de patacas, enquanto que a do

saldo de capital foi de 1051 332 milhares de patacas.

Quadro 1.1-B: Execução orçamental – Evolução

(unid.: milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	2007	2008	VARIAÇÃO	
			VALOR ABS.	%
Receitas Correntes				
Serviços integrados e c/autonomia administrativa	40,644,037	50,765,170	10,121,133	24.9%
Organismos autónomos	10,455,178	14,243,671	3,788,493	36.2%
Total Receitas Correntes	51,099,215	65,008,841	13,909,626	27.2%
Receitas Capital				
Serviços integrados e c/autonomia administrativa	50,084	311,504	261,420	522.0%
Organismos autónomos	3,404,894	4,430,010	1,025,116	30.1%
Total Receitas Capital	3,454,978	4,741,514	1,286,536	37.2%
TOTAL DAS RECEITAS	54,554,193	69,750,356	15,196,163	27.86%
Despesas Correntes				
Serviços integrados e c/autonomia administrativa	14,744,022	22,225,804	7,481,782	50.74%
Organismos autónomos	8,311,570	10,548,496	2,236,926	26.91%
Total Despesas Correntes	23,055,592	32,774,300	9,718,708	42.15%
Despesas Capital				
Serviços integrados e c/autonomia administrativa	666,289	745,662	79,373	11.91%
PIDDA	3,445,952	2,972,057	-473,895	-13.75%
Organismos autónomos	812,695	1,442,421	629,726	77.49%
Total Despesas Capital	4,924,936	5,160,140	235,204	4.78%
TOTAL DAS DESPESAS	27,980,528	37,934,440	9,953,912	35.57%
SALDO				
Corrente	28,043,623	32,234,541	4,190,918	14.94%
Capital	-1,469,958	-418,626	1,051,332	-71.52%
SALDO GERÊNCIA	26,573,665	31,815,915	5,242,250	19.73%

Passamos de seguida à análise individualizada e detalhada da execução orçamental de 2008, começando pelas receitas, passando de seguida às despesas excluindo o PIDDA e concluindo com a análise deste último.

1.2 Análise das receitas

Considerando que do total das receitas acima reportadas, parte delas foram arrecadadas pelos Serviços integrados e Serviços com autonomia administrativa e o remanescente pelos Organismos autónomos, passamos de seguida à sua análise individualizada.

1.2.1 Serviços integrados e Serviços com autonomia administrativa

Nesta secção iremos analisar as receitas arrecadadas pelos Serviços integrados e Serviços com autonomia administrativa, iniciando com uma análise global compreendendo os grandes grupos económicos, seguida de duas análises detalhadas: da principal componente da receita pública – “concessões de exclusivos”; dos restantes componentes das receitas mais expressivas.

1.2.1.1 Análise global

Conforme se pode observar no quadro 1.2-A, durante o ano económico de 2008 foram arrecadadas receitas pelos Serviços integrados e Serviços com autonomia administrativa que ascenderam a aproximadamente 51 076 675 milhares de patacas, o que face aos valores orçamentados representou uma taxa de execução global de 137,5%.

As receitas provenientes das “concessões de exclusivos”, foram a principal fonte de receitas do Governo da RAEM, perfazendo 82,3% do total das receitas cobradas pelo Sector Público Administrativo durante o exercício do ano económico de 2008, em termos absolutos foram cobradas receitas às concessionárias que ascenderam a 42 008,9 mil milhares de patacas.

Quadro 1.2-A : Receitas públicas dos serviços integrados e serviços com autonomia administrativa em 2008 - Previsão vs. Cobrança

(Unid.: Milhares de Patacas)

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO AUTORIZADA	%	COBRANÇA	%	DESVIO	% DE EXEC.
Concessões de exclusivos	31,022,765	83.5	42,008,885	82.3	10,986,120	135.4
Impostos directos	1,690,000	4.6	3,316,583	6.5	1,626,583	196.3
Impostos indirectos	1,832,950	4.9	1,883,479	3.7	50,529	102.8
Taxas, multas e outras penalidades	634,657	1.7	1,027,127	2.0	392,469	161.8
Venda de bens e serviços	29,744	0.1	36,367	0.1	6,622	122.3
Rendimento da propriedade	1,862,964	5.0	2,435,019	4.8	572,056	130.7
Transferências	0	0.0	0	0.0	0	-
Outras receitas correntes	19,600	0.1	57,710	0.1	38,110	294.4
Receitas de capital	51,852	0.1	311,504	0.6	259,652	600.8
TOTAL	37,144,533	100.0	51,076,675	100.0	13,932,142	137.5

Excluindo as “concessões de exclusivos”, o conjunto das restantes receitas públicas alcançou um peso de 17,7%, e em valores absolutos, um montante de 9 067 790 milhares de patacas. Sendo que, de entre estas, destacaram-se os “Impostos Directos”, os “Rendimentos da Propriedade” e os “Impostos Indirectos”, responsáveis, respectivamente, por 6,5%, 4,8% e 3,7% do total da receita cobrada, com as remanescentes cinco categorias a averbar um peso marginal pouco relevante.

Em termos de evolução, constata-se pela leitura do quadro 1.2-B, uma variação positiva de 25,5% na receita total cobrada em 2008, o que em termos absolutos se traduz num aumento de 10 382 554 milhares de patacas para o erário.

Quadro 1.2-B: Receitas Cobradas - Evolução

(Unid.: milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	2007	%	2008	%	VARIACÃO	
					VALOR ABS.	%
Concessões de exclusivos	31,016,431	76.2	42,008,885	82.2	10,992,454	35.4
Impostos directos	3,613,026	8.9	3,316,583	6.5	-296,443	-8.2
Impostos indirectos	2,059,070	5.1	1,883,479	3.7	-175,591	-8.5
Taxas, multas e outras penalidades	735,999	1.8	1,027,127	2.0	291,128	39.6
Venda de bens e serviços	28,131	0.1	36,367	0.1	8,235	29.3
Rendimento da propriedade	3,082,456	7.6	2,435,019	4.8	-647,436	-21.0
Transferências	0	0.0	0	0.0	0	-
Outras receitas correntes	108,925	0.3	57,710	0.1	-51,215	-47.0
Receitas de capital	50,084	0.1	311,504	0.6	261,421	522.0
TOTAL	40,694,121	100.0	51,076,675	100.0	10,382,554	25.5

Repare-se que a variação é atribuída na sua totalidade ao aumento da receita arrecadada

no âmbito das “Concessões de Exclusivos”, as restantes origens de receita apresentaram flutuações significativas, em parte derivadas das políticas fiscais implementadas durante o ano económico de 2008, compreendendo várias isenções fiscais, e da crise financeira que se fez sentir.

1.2.1.2 Concessão de exclusivos

No quadro 1.2-C a seguir elaborado destacam-se as receitas oriundas das “Concessões de exclusivos” em função da respectiva previsão orçamental, do desvio entre os valores previstos e cobrados, bem como da percentagem de execução.

Quadro 1.2-C: Receitas da Concessão de Exclusivos em 2008 – Previsão vs. Cobrança

(Unid.: milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO AUTORIZADA (B)	COBRANÇA (C)	DESVIO		% DE EXEC. (C)/(B)
				VALOR ABS. (C)-(B)	%	
JOGOS DE FORTUNA OU AZAR:	28,700,000	30,800,000	41,781,807	10,981,807	35.7	135.7
Imposto especial sobre o jogo	26,200,000	28,300,000	38,234,400	9,934,400	35.1	135.1
Prémio	830,000	830,000	976,006	146,006	17.6	117.6
Imposto sobre as comissões pagas a promotores de jogo	170,000	170,000	239,488	69,488	40.9	140.9
Contribuições p/desenvolvimento urbanístico promoção turística e segurança social	1,500,000	1,500,000	2,331,912	831,912	55.5	155.5
Lotarias chinesas:	1,974	1,984	1,978	-6	-0.3	99.7
Renda	1,400	1,400	1,394	-6	-0.4	99.6
Adicional de 5% s/renda	60	70	70	0	0.0	100.0
Adicional de 1% s/renda	14	14	14	0	0.0	99.6
Prémio	500	500	500	0	0.0	100.0
Corridas de galgos:	2,008	2,008	1,509	-499	-24.9	75.1
Renda	1,000	1,000	500	-500	-50.0	50.0
Prémios não reclamados	508	508	803	295	58.0	158.0
Tributação s/bilhetes de entrada	500	500	206	-294	-58.8	41.2
Corridas de cavalos-cont. 09.10.87:	20,100	21,667	19,867	-1,800	-8.3	91.7
Renda	16,800	16,800	15,000	-1,800	-10.7	89.3
Prémios não reclamados	3,300	4,867	4,867	0	0.0	100.0
Lotarias instantâneas:	83,150	83,150	91,454	8,304	10.0	110.0
Renda	1,000	1,000	1,000	0	0.0	100.0
Compensação p/isenções fiscais	50	50	50	0	0.0	100.0
Renda (Lotaria Desportiva)	80,000	80,000	87,991	7,991	10.0	110.0
Prémios não reclamados	1,100	1,100	1,413	313	28.5	128.5
'Fundo para a saúde' - (Lotarias Instantâneas)	1,000	1,000	1,000	0	0.0	100.0
Remunerações dos delegados do governo	2,500	2,500	1,728	-772	-30.9	69.1
Telecomunicações	45,000	45,000	48,129	3,129	7.0	107.0
Abastecimento de água	5,400	5,400	1,500	-3,900	-72.2	27.8
Energia eléctrica	35,000	35,000	34,413	-587	-1.7	98.3
Soc. de Transportes Colectivos de Macau	505	505	0	-505	-100.0	0.0
TRANSMAC - Transp. Urbanos Macau	755	755	0	-755	-100.0	0.0
Rendimentos provenientes da exploração de autos-silos e parques das vias públicas	24,725	24,725	26,420	1,695	6.9	106.9
Rendimento do exclusivo concedido à Sociedade do Mercado Abastecedor de Macau Nam Yue, Lda.	71	71	81	10	14.3	114.3
RECEITAS TOTAIS	28,921,188	31,022,765	42,008,885	10,986,120	35.4	135.4

Da leitura constata-se deste logo a importância das receitas provenientes dos “Jogos de fortuna ou azar” que, por si só, perfazem 99,5% do total das receitas de “Concessões e exclusivos”, subalternizando de modo significativo as restantes receitas provenientes de “Concessões de Exclusivos”, mas que, contudo, não deixam de ser importantes por representarem um papel influente do Governo da RAEM em sectores chave da economia.

Globalmente foram arrecadadas cerca de 42 008 885 milhares de patacas provenientes de “Concessão de Exclusivos”, das quais 38 234 400 milhares de patacas decorreram de cobranças do “Imposto especial de jogo”, representando um desvio em relação ao orçamentado de 9 934 400 milhares de patacas, em termos percentuais, 35,1%.

As receitas arrecadadas a título de “Contribuições para o Desenvolvimento Urbanístico, Promoção Turística e Segurança Social”, no montante de 2 331 912 milhares de patacas, representaram a segunda componente com peso mais forte na estrutura da receita, perfazendo 5,6% do total das receitas de “Concessões de Exclusivos”.

Quanto ao exclusivo das telecomunicações, dos auto-silos e parques das vias públicas, bem como, do Mercado Abastecedor, acabaram por se cobrar receitas em excesso relativamente ao previsto, respectivamente no montante de cerca de 3 129 milhares de patacas, 1 695 milhares de patacas e 10 milhares de patacas, enquanto que a receita proveniente do exclusivo de fornecimento de energia eléctrica se quedou marginalmente aquém do previsto.

Entre as Lotarias Chinesas, Corridas de Galgos, Corridas de Cavalos, e as Lotarias Instantâneas, somente estas últimas registaram valores além das expectativas, reportando-se um incremento de cerca de 8 304 milhares de patacas acima do previsto inicial.

Quanto à evolução, assinala-se que em relação ao ano económico de 2007, desde os “Jogos de Fortuna ou Azar”, às “Lotarias Chinesas”, às “Corridas de Galgos”, às “Lotarias Instantâneas” e aos “Auto-silos e Parques das Vias Públicas”, todas estas fontes de receita registaram acréscimos significativos, entre os 19% e 36%.

Com a variação mais significativa, destaca-se o exclusivo dos “Auto-silos e Parques das Vias Públicas” com uma variação de 35,9%, seguido imediatamente pelos “Jogos de Fortuna ou Azar”, com uma variação de 35,4%.

Quadro 1.2-D: Receitas da Concessão de Exclusivos - Evolução

(Unid.: milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	2007	2008	VARIAÇÃO	
			VALOR ABS.	%
JOGOS DE FORTUNA OU AZAR:	30,849,549	41,781,807	10,932,257	35.4
Imposto especial sobre o jogo	28,339,871	38,234,400	9,894,529	34.9
Prémio	718,756	976,006	257,250	35.8
Imposto sobre as comissões pagas a promotores de jogo	184,619	239,488	54,869	29.7
Contribuições p/desenvolvimento urbanístico promoção turística e segurança social	1,606,303	2,331,912	725,609	45.2
Lotarias chinesas:	1,509	1,978	469	31.0
Renda	1,424	1,394	-30	-2.1
Adicional de 5% s/renda	71	70	-1	-2.1
Adicional de 1% s/renda	14	14	0	-2.1
Prémio	-	500	500	100.0
Corridas de galgos:	1,265	1,509	244	19.3
Renda	250	500	250	100.0
Prémios não reclamados	557	803	246	44.0
Tributação s/bilhetes de entrada	457	206	-251	-54.9
Corridas de cavalos-cont. 09.10.87:	18,804	19,867	1,063	5.7
Renda	15,000	15,000	0	0.0
Prémios não reclamados	3,804	4,867	1,063	28.0
Lotarias instantâneas:	76,866	91,454	14,588	19.0
Renda	1,000	1,000	0	0.0
Compensação p/isenções fiscais	50	50	0	0.0
Renda (Lotaria Desportiva)	73,709	87,991	14,282	19.4
Prémios não reclamados	1,107	1,413	306	27.6
'Fundo para a saúde' - (Lotarias Instantâneas)	1,000	1,000	0	0.0
Remunerações dos delegados do governo	1,894	1,728	-166	-8.8
Telecomunicações	45,535	48,129	2,594	5.7
Abastecimento de Água	1,500	1,500	0	0.0
Energia eléctrica	0	34,413	34,413	100.0
Soc. de Transportes Colectivos de Macau	0	0	0	- -
TRANSMAC - Transp. Urbanos Macau	0	0	0	- -
Rendimentos provenientes da exploração de autos-silos e parques das vias públicas	19,438	26,420	6,982	35.9
Rendimento do exclusivo concedido à Sociedade do Mercado Abastecedor de Macau Nam Yue, Lda.	71	81	10	14.1
RECEITAS TOTAIS	31,016,431	42,008,885	10,992,454	35.4

1.2.1.3 Outras receitas

Conforme se pode averiguar na análise global anterior, excluindo as “Concessões de Exclusivos”, os restantes grupos de receita com um peso significativo são os “Impostos Directos”, “Impostos Indirectos” e os “Rendimentos da Propriedade”, com pesos relativos, respectivamente, de 6,5%, 3,7% e 4,8%, pelo que, de seguida se procede à

respectiva análise.

O ano económico de 2008 ficou marcado por novas medidas fiscais incidentes sobre os impostos directos e indirectos, visando aliviar as pressões inflacionistas e os efeitos da crise financeira, sendo de destacar a isenção de imposto de selo sobre a transmissão de bens até ao valor de 3 000 milhares de patacas, o aumento da parcela isenta do imposto profissional de 95 mil para 120 mil patacas, o aumento da parcela isenta do imposto complementar de rendimentos de 32 mil para 200 mil patacas, e, finalmente, o aumento da dedução à colecta da contribuição predial urbana de 500 patacas para 3 500 patacas. Para além destas medidas mantiveram-se as medidas já implementadas em 2007.

Quanto aos impostos directos, que perfizeram 6,5% da receita arrecadada em 2008, tendo as receitas arrecadadas superado largamente as previstas, com uma taxa de execução de 196,3%.

De destacar as receitas provenientes do imposto complementar de rendimentos que excederam as previsões em 251,2%, tendo-se arrecadado cerca de 1 209 459 milhares de patacas acima do previsto inicial.

Quadro 1.2-E: Impostos Directos de 2008 - Previsão vs Cobrança (não inclui as concessões de exclusivos)

(Unid : Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO AUTORIZADA (B)	COBRANÇA (C)	DESVIO		% DE EXEC. (C)/(B)
				VALOR ABS. (D) = (C) - (B)	% (D) / (B)	
Imposto complementar	800,000	800,000	2,009,459	1,209,459	151.2	251.2
Imposto profissional	530,000	530,000	819,080	289,080	54.5	154.5
Contribuição predial urbana	180,000	180,000	314,798	134,798	74.9	174.9
Contribuição industrial	0	0	119	119	100.0	100.0
Imposto de circulação	180,000	180,000	173,127	-6,873	-3.8	96.2
TOTAL	1,690,000	1,690,000	3,316,583	1,626,583	96.2	196.2

Embora se tenha mantido a isenção da contribuição industrial em 2008, procedeu-se à colecta por esta via de 119 milhares de patacas referentes a impostos já lançados anteriormente mas que só agora vieram a ser cobrados.

As receitas provenientes do “Imposto de circulação” ficaram marginalmente aquém das expectativas, tendo-se registado uma percentagem de execução de 96,2%.

Quanto à evolução, pela leitura do quadro 1.2-F a seguir discriminado torna-se evidente o impacto das isenções fiscais, sendo de destacar que estas tiveram uma incidência mais profunda sobre o imposto complementar de rendimentos, tendo-se verificado um decréscimo de cerca de 377 985 milhares de patacas nas receitas cobradas por este imposto, reflectindo um decréscimo de 15,8%.

Relativamente ao imposto profissional, é de realçar que mesmo com o aumento da parcela isenta de imposto em 2008, o imposto cobrado excedeu os valores de 2007 por uma margem bastante significativa, de 22,5%, resultado de um acréscimo de 150 713 milhares de patacas a mais do que os registados em 2007.

Quadro 1.2-F: Impostos Directos – Evolução (não inclui as concessões de exclusivos)

(Unid : Milhares de patacas)

CÉDULA DE IMPOSTO	2007		2008		VARIAÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR ABS.	%
I - IMPOSTOS DIRECTOS						
Imposto complementar	2,387,444	66.1	2,009,459	60.6	-377,985	-15.8
Imposto profissional	668,366	18.5	819,080	24.7	150,713	22.5
Contribuição predial urbana	396,275	11.0	314,798	9.5	-81,477	-20.6
Contribuição industrial	128	0.0	119	0.0	-9	-6.8
Imposto de circulação	160,812	4.5	173,127	5.2	12,315	7.7
TOTAL	3,613,026	100.0	3,316,583	100.0	-296,443	-8.2

Em termos estruturais, os impostos complementar e profissional continuaram a ocupar os lugares mais destacados dentro dos impostos directos, sendo de assinalar um aumento da importância do imposto profissional, que de 18,5% passou a ter um peso de 24,7%, enquanto que o imposto complementar passou de um peso relativo de 66,1% para 60,6%.

Quanto aos impostos indirectos, com um peso relativo na receita de 2008 de 3,7%, realça-se que globalmente os valores cobrados excederam os previstos iniciais e autorizados em 2,8%, revelando uma previsão realista, sendo de destacar que apenas o imposto de consumo se cifrou abaixo da previsão em 10,5%. Os restantes registaram uma

taxa de execução entre os 100% e os 107%.

Quadro 1.2-G: Impostos Indirectos de 2008 - Previsão vs Cobrança

(Unid : Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO AUTORIZADA	COBRANÇA	DESVIO		% DE EXEC. (C)/(B)
	(A)	(B)		VALOR ABS. (D) = (C) - (B)	% (D) / (B)	
Imposto do selo	851,000	851,000	908,901	57,901	6.8	106.8
Imposto de consumo	285,842	285,842	255,778	-30,064	-10.5	89.5
Imposto de turismo	143,000	266,108	266,108	0	0.0	100.0
Imposto s/veículos motorizados	430,000	430,000	452,692	22,692	5.3	105.3
TOTAL	1,709,842	1,832,950	1,883,479	50,529	2.8	102.8

Quanto à evolução da cobrança dos impostos indirectos, sofreram em termos globais uma redução de 175 591 milhares de patacas em 2008, reflectindo uma diminuição de 8,5%.

Entre os impostos indirectos, destaca-se o imposto de selo que estruturalmente representa quase metade dos impostos indirectos, sendo que a diminuição de peso verificada em 2008 foi uma consequência directa da isenção fiscal concedida para transmissão de bens com valor inferior a 3 000 milhares de patacas, significando uma redução de 201 931 milhares de patacas cobradas em relação aos valores de 2007.

Quadro 1.2-H: Impostos Indirectos do ano económico de 2008 - Evolução

(Unid : Milhares de patacas)

CÉDULA DE IMPOSTO	2007		2008		VARIAÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR ABS.	%
II - IMPOSTOS INDIRECTOS						
Imposto do selo	1,110,832	53.9	908,901	48.3	-201,931	-18.2
Imposto de consumo	318,754	15.5	255,778	13.6	-62,976	-19.8
Imposto de turismo	174,320	8.5	266,108	14.1	91,789	52.7
Imposto sobre veículos motorizados	455,165	22.1	452,692	24.0	-2,473	-0.5
TOTAL	2,059,070	100.0	1,883,479	100.0	-175,591	-8.5

Destaca-se ainda que o único aumento registado em 2008 ocorreu nas receitas do imposto de turismo, sobre as quais se registou um acréscimo de cerca de 91 789 milhares de

patacas comparativamente a 2007.

Quanto aos rendimentos da propriedade, estes representaram, depois das concessões de exclusivos e dos impostos directos, a fonte de receitas mais forte no exercício de 2008, representando 4,8% do total das receitas arrecadadas pelos Serviços Integrados e Serviços com Autonomia Administrativa.

Dentro dos rendimentos da propriedade é de destacar os derivados dos prémios de concessões de terrenos, que por si só representaram 76,7% do total deste capítulo da receita, pouco representando as restantes receitas por aqui cobradas, optando-se por agrupá-las num único grupo, aqui tituladas de outros rendimentos da propriedade.

Quadro 1.2-I : Rendimentos da propriedade – Evolução

(Unid : Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	2007	%	2008	%	VARIAÇÃO	
					VALOR	%
Outros rendimentos da propriedade	295,883	9.6%	566,723	23.3%	270,840	91.5%
Prémios de concessão de terrenos	2,786,573	90.4%	1,868,297	76.7%	-918,276	-33%
Total	3,082,456	100.0%	2,435,019	100.0%	-647,436	-21%

Conforme se pode observar no quadro 1.2-I atrás apresentado os prémios de concessão de terrenos cobrados no ano económico de 2008 ficaram aquém dos valores cobrados em 2007, resultado de uma diminuição de aproximadamente 918 276 milhares de patacas.

1.2.2 Organismos autónomos

Passa-se de seguida à análise numa óptica da classificação económica, das receitas dos organismos autónomos, que no total representaram 26,8% da receita total arrecadada durante o ano económico de 2008.

Quadro 1.2-J: Receitas Públicas em 2008 - Previsão vs Cobrança (Organismos autónomos)

(Unid : Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO AJUSTADA	%	COBRANÇA	%	DESVIO	% DE EXEC.
Impostos directos	17,270	0.1	0	0.0	-17,270	0.0
Impostos indirectos	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Taxas, multas e outras penalidades	261,736	1.5	254,344	1.4	-7,392	97.2
Venda de bens e serviços	876,529	5.1	1,297,950	7.0	421,420	148.1
Rendimento da propriedade	396,900	2.3	328,828	1.8	-68,072	82.8
Transferências	9,881,454	58.0	11,113,524	59.5	1,232,070	112.5
Outras receitas correntes	1,089,566	6.4	1,249,025	6.7	159,459	114.6
Receitas de capital	4,502,044	26.4	4,430,010	23.7	-72,035	98.4
TOTAL	17,025,500	100.0	18,673,681	100.0	1,648,181	109.7

Conforme se pode observar, as transferências continuaram a ser a principal fonte de receitas dos organismos autónomos, representando 59,5% do total das receitas arrecadadas. A seguir registaram-se as receitas de capital, com 23,7%, que na sua grande maioria são constituídas por saldos transitados do ano económico anterior.

Os restantes grupos económicos são irrelevantes, contudo destes são de realçar as vendas de bens e serviços que em 2008 atingiram o valor de 1 297 950 milhares de patacas, constituindo 7,0% do total das receitas realizadas.

No quadro 1.2-K seguinte passamos à análise da evolução das receitas cobradas pelos organismos autónomos entre os anos económicos de 2007 e 2008.

Quadro 1.2-K: Receitas Públicas – Evolução (Organismos autónomos)

(Unid : Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	2007	%	2008	%	VARIACÃO	
					VALOR ABS.	%
Impostos directos	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Impostos indirectos	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Taxas, multas e outras penalidades	345,092	2.5	254,344	1.4	-90,748	-26.3
Venda de bens e serviços	1,120,787	8.1	1,297,950	7.0	177,163	15.8
Rendimento da propriedade	379,849	2.7	328,828	1.8	-51,021	-13.4
Transferências	7,479,950	54.0	11,113,524	59.5	3,633,574	48.6
Outras receitas correntes	1,129,501	8.1	1,249,025	6.7	119,525	10.6
Receitas de capital	3,404,894	24.6	4,430,010	23.7	1,025,116	30.1
TOTAL	13,860,072	100.0	18,673,681	100.0	4,813,609	34.7

Conforme se pode observar, em 2008 há a reportar um acréscimo de 4 813 609 milhares de patacas nas receitas dos organismos autónomos, dos quais 3 633 574 milhares de patacas resultaram de transferências.

Saliente-se que, não obstante o aumento de 30,1% registado nas receitas de capital, este grupo das receitas sofreu uma diminuição no peso relativo que ocupava em 2007, passando de 24,6% para 23,7%, devendo-se o facto às transferências que cresceram 48,6%.

Numa óptica orgânica, foi elaborado o quadro 1.2-L no qual pode-se aferir a previsão versus execução da receita de cada um dos organismos autónomos.

No mesmo quadro pode observar-se que à excepção do Fundo de Segurança Social, da Fundação Macau, dos Serviços de Saúde, do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, do Fundo de Pensões e do Instituto de Acção Social, com pesos na estrutura das receitas cobradas, respectivamente, de 19,3%, 15,5%, 11,4%, 6,9%, 5,7% e 5,4%, todas as outras entidades registaram pesos relativos inferiores a 5%.

Em termos de execução, globalmente registou-se uma taxa de execução da receita de 109,7%, sendo que o menor valor de execução registado foi da Caixa Económica Postal com 58,5% e o valor mais elevado de execução foi o da Autoridade Monetária de Macau com 298,3%.

Quadro 1.2-L: Receitas por Classificação Orgânica - Previsão vs Execução (Organismos autónomos)

(Unid : Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO AJUSTADA (B)	RECEITAS COBRADA (C)	ESTRUT. %	EXEC. % (C)/(B)
50-03Fundo de Acção Social Escolar	192,267	192,267	164,090	0.9	85.3
50-04Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	36,257	37,161	38,427	0.2	103.4
50-05Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	610,411	600,272	696,579	3.7	116.0
50-06Fundo de Turismo	491,024	605,139	748,123	4.0	123.6
50-07Instituto de Acção Social	1,037,277	1,099,428	1,008,600	5.4	91.7
50-10Obra Social da Polícia Judiciária	2,976	3,399	4,143	0.0	121.9
50-11Obra Social da Polícia de Segurança Pública	29,000	31,990	31,087	0.2	97.2
50-15Direcção dos Serviços de Correios	285,622	285,622	199,505	1.1	69.8
50-15Caixa Económica Postal	71,979	99,206	58,082	0.3	58.5
50-16Cofre dos Assuntos de Justiça	106,985	118,066	153,630	0.8	130.1
50-17Imprensa Oficial	97,000	103,271	100,704	0.5	97.5
50-18Fundo de Pensões	1,019,035	1,019,200	1,061,364	5.7	104.1
50-20Fundo de Segurança Social	2,251,325	2,761,937	3,608,881	19.3	130.7
50-21Fundo do Estabelecimento Prisional de Macau	2,722	2,437	2,407	0.0	98.8
50-22Autoridade Monetária de Macau	209,210	209,210	623,991	3.3	298.3
50-23Instituto de Habitação	107,800	145,519	117,405	0.6	80.7
50-25Autoridade de Aviação Civil	42,430	44,150	40,408	0.2	91.5
50-26Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	162,595	190,656	248,348	1.3	130.3
50-27Comissariado Contra a Corrupção	108,432	118,884	112,857	0.6	94.9
50-28Serviços de Saúde	2,117,106	2,136,001	2,135,907	11.4	100.0
50-29Universidade de Macau	687,460	707,750	686,610	3.7	97.0
50-31Instituto Politécnico de Macau	468,087	499,107	457,767	2.5	91.7
50-32Fundo de Desenvolvimento Desportivo	374,700	559,619	465,988	2.5	83.3
50-33Fundo de Cultura	234,340	240,072	209,630	1.1	87.3
50-34Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	3,923	3,923	3,999	0.0	101.9
50-35Conselho de Consumidores	19,750	19,833	19,574	0.1	98.7
50-36Instituto de Formação Turística	110,000	115,911	123,671	0.7	106.7
50-37Fundo Social da Administração Pública de Macau	22,161	21,414	18,929	0.1	88.4
50-38Conselho do Ambiente	42,748	31,861	22,315	0.1	70.0
50-39Obra Social do Corpo de Bombeiros	3,942	4,136	4,401	0.0	106.4
50-41Comissariado da Auditoria	74,353	83,153	61,049	0.3	73.4
50-42Gabinete do Procurador	207,230	212,034	184,133	1.0	86.8
50-43Gabinete do Presidente do Tribunal da Última Instância	226,610	227,590	213,639	1.1	93.9
50-44Assembleia Legislativa	58,000	67,137	67,140	0.4	100.0
50-45Fundação Macau	1,315,000	2,240,460	2,903,038	15.5	129.6
50-46Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	1,308,410	1,321,219	1,289,948	6.9	97.6
50-47Obra Social dos Serviços de Alfândega	2,156	2,090	2,229	0.0	106.7
50-48Fundo p/ Desenvolvimento Ciências Tecnologia	231,587	284,049	236,676	1.3	83.3
50-49Obra Social da Capitania dos Portos	1,942	2,173	1,966	0.0	90.5
50-50Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	40,050	43,651	43,476	0.2	99.6
50-51Fundo de Reparação Predial	105,000	114,005	112,875	0.6	99.0
50-52Fundo de Desenvolvimento Educativo	420,500	420,500	390,089	2.1	92.8
TOTAL	14,939,401	17,025,500	18,673,681	100.0	109.7

Ainda numa óptica orgânica, analisamos agora a evolução entre os anos económicos de 2007 e 2008 das receitas cobradas pelos organismos autónomos, resumidas no quadro seguinte.

Quadro 1.2-M: Receitas Públicas de 2008 – Evolução (Organismos autónomos)

(Unid : Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	2007	%	2008	%	VARIACÃO	
					VALOR ABS.	%
50-03 Fundo de Acção Social Escolar	145,321	1.0	164,090	0.9	18,769	12.9
50-04 Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	36,269	0.3	38,427	0.2	2,158	5.9
50-05 Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	565,823	4.1	696,579	3.7	130,756	23.1
50-06 Fundo de Turismo	525,438	3.8	748,123	4.0	222,685	42.4
50-07 Instituto de Acção Social	760,111	5.5	1,008,600	5.4	248,490	32.7
50-10 Obra Social da Polícia Judiciária	2,841	0.0	4,143	0.0	1,302	45.8
50-11 Obra Social da Polícia de Segurança Pública	30,527	0.2	31,087	0.2	560	1.8
50-15 Direcção dos Serviços de Correios	214,933	1.6	199,505	1.1	-15,428	-7.2
50-15 Caixa Económica Postal	62,719	0.5	58,082	0.3	-4,636	-7.4
50-16 Cofre dos Assuntos de Justiça	180,444	1.3	153,630	0.8	-26,814	-14.9
50-17 Imprensa Oficial	97,670	0.7	100,704	0.5	3,033	3.1
50-18 Fundo de Pensões	975,272	7.0	1,061,364	5.7	86,092	8.8
50-20 Fundo de Segurança Social	2,040,743	14.7	3,608,881	19.3	1,568,139	76.8
50-21 Fundo do Estabelecimento Prisional de Macau	1,987	0.0	2,407	0.0	421	21.2
50-22 Autoridade Monetária de Macau	451,288	3.3	623,991	3.3	172,703	38.3
50-23 Instituto de Habitação	95,955	0.7	117,405	0.6	21,450	22.4
50-25 Autoridade de Aviação Civil	35,263	0.3	40,408	0.2	5,145	14.6
50-26 Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	175,960	1.3	248,348	1.3	72,388	41.1
50-27 Comissariado Contra a Corrupção	96,128	0.7	112,857	0.6	16,729	17.4
50-28 Serviços de Saúde	1,935,640	14.0	2,135,907	11.4	200,267	10.3
50-29 Universidade de Macau	572,630	4.1	686,610	3.7	113,979	19.9
50-31 Instituto Politécnico de Macau	395,926	2.9	457,767	2.5	61,841	15.6
50-32 Fundo de Desenvolvimento Desportivo	361,867	2.6	465,988	2.5	104,121	28.8
50-33 Fundo de Cultura	188,227	1.4	209,630	1.1	21,403	11.4
50-34 Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	4,600	0.0	3,999	0.0	-601	-13.1
50-35 Conselho de Consumidores	15,705	0.1	19,574	0.1	3,869	24.6
50-36 Instituto de Formação Turística	101,462	0.7	123,671	0.7	22,209	21.9
50-37 Fundo Social da Administração Pública de Macau	18,493	0.1	18,929	0.1	437	2.4
50-38 Conselho do Ambiente	22,254	0.2	22,315	0.1	61	0.3
50-39 Obra Social do Corpo de Bombeiros	4,062	0.0	4,401	0.0	340	8.4
50-41 Comissariado da Auditoria	58,872	0.4	61,049	0.3	2,177	3.7
50-42 Gabinete do Procurador	167,670	1.2	184,133	1.0	16,463	9.8
50-43 Gabinete do Presidente do Tribunal da Última Instância	197,763	1.4	213,639	1.1	15,876	8.0
50-44 Assembleia Legislativa	54,681	0.4	67,140	0.4	12,460	22.8
50-45 Fundação Macau	1,750,970	12.6	2,903,038	15.5	1,152,068	65.8
50-46 Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	1,204,664	8.7	1,289,948	6.9	85,284	7.1
50-47 Obra Social dos Serviços de Alfândega	1,918	0.0	2,229	0.0	311	16.2
50-48 Fundo p/ Desenvolvimento Ciências Tecnologia	239,952	1.7	236,676	1.3	-3,277	-1.4
50-49 Obra Social da Capitania dos Portos	1,751	0.0	1,966	0.0	215	12.3
50-50 Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	31,698	0.2	43,476	0.2	11,779	37.2
50-51 Fundo de Reparação Predial	34,577	0.2	112,875	0.6	78,298	226.4
50-52 Fundo de Desenvolvimento Educativo	0	0.0	390,089	2.1	390,089	100.0
TOTAL	13,860,072	100.0	18,673,681	100.0	4,813,609	34.7

Da leitura deste quadro, refira-se desde logo que o Fundo de Segurança Social entre 2007 e 2008 averbou o aumento maior na receita em valor absoluto, cerca de 1 568 139 milhares de patacas, o que em termos percentuais representou um aumento de 76,8%, o que levou a que as receitas desta entidade, que atingiram 14,7% das receitas em 2007, passasse a representar 19,3% das receitas em 2008.

Regista-se também a criação de uma nova entidade, o Fundo de Desenvolvimento Educativo, com receitas a atingirem 390 089 milhares de patacas, 2,1% do total das receitas.

Ainda dentro dos aumentos de receita maiores em valor absoluto, destaca-se a Fundação Macau com um aumento de 1 152 068 milhares de patacas (65,8%), o Instituto de Acção Social com um aumento de 248 490 milhares de patacas (32,7%), o Fundo de Turismo com um aumento de 222 685 milhares de patacas (42,4%) e os Serviços de Saúde com um aumento de 200 267 milhares de patacas (10,3%).

É ainda de realçar, o Instituto de Acção Social que estruturalmente nos anos económicos de 2007 e 2008 reteve idêntico peso estrutural (5,5% e 5,4%), mas que em relação a 2007 registou um aumento na receita de 32,7% (248 490 milhares de patacas).

Por último, temos o Fundo de Reparação Predial, que no ano económico de 2008 registou um aumento de 226,4% nas suas receitas, simultaneamente aumentando o seu peso estrutural de 0,2% para 0,6%.

1.3 Análise das despesas

As despesas públicas apresentadas neste capítulo referem-se às despesas dos orçamentos de funcionamento e dos orçamentos privativos dos serviços públicos antes do ajustamento, excluindo-se as do PIDDA.

O orçamento inicial das despesas públicas para o ano económico de 2008 cifrou-se em 32 995 398 milhares de patacas, enquanto o valor autorizado para o período ascendeu a 40 357 264 milhares de patacas (ou seja, mais 22%), tendo sido pagas 34 962 383 milhares de patacas, ao que corresponde uma taxa de execução de 86,6%. Comparativamente com 2007, o valor da despesa elevou-se em 42,5%, ou seja, um acréscimo de 10 427 807 milhares de patacas (ver Quadros 1.3.1-E e 1.3.1-F).

1.3.1 Análise por classificação económica

Através da análise da variação das despesas por classificação económica, bem como da respectiva execução orçamental, esta secção visa reflectir a forma como as despesas públicas são distribuídas e qual o nível da sua utilização.

Segundo a classificação económica, as despesas públicas subdividem-se em correntes e de capital. As primeiras são as realizadas com a finalidade de manter o funcionamento do organismo para uma dada capacidade produtiva instalada, enquanto as segundas são realizadas com a finalidade de solidificar ou expandir a capacidade produtiva instalada do organismo.

Em 2008, os valores autorizados das despesas correntes e das de capital elevaram-se em, respectivamente, 20,7% e 39,6%, atingindo as primeiras o montante de 36 321 920 milhares de patacas, e as segundas 4 035 344 milhares de patacas; em termos de execução, foram pagas 32 774 300 milhares de patacas em despesas correntes e 2 188 083 milhares de patacas em despesas de capital, traduzindo taxas de execução na ordem dos 90,2% e 54,2%, respectivamente. Comparando com o ano económico de 2007, as despesas correntes subiram 42,2%, enquanto as de capital 47,9%.

1.3.1.1 Despesas correntes

a) Pessoal

Relativamente à previsão autorizada das despesas de pessoal, de 9 062 156 milhares de patacas (Ver Quadro 1.3.1-E), verificou-se um aumento de 10,4% face ao valor inicial, cujo necessário reforço se justifica, essencialmente, pela actualização dos vencimentos e pensões dos trabalhadores da Administração Pública ao abrigo da Lei n.º 1/2008, bem como da reestruturação de carreiras do pessoal das forças de segurança em conformidade com o disposto na Lei n.º 2/2008.

A despesa paga através do capítulo “Pessoal” rondou 8 416 467 milhares de patacas, o equivalente a 92,9% em termos de execução. Estes dados compreendem, ainda, os vencimentos e abonos dos trabalhadores da Administração Pública (incluindo as pensões do regime de aposentação e sobrevivência), cujo peso na despesa total foi de 24,1%.

De entre as despesas com o pessoal, as remunerações certas e permanentes foram proporcionalmente as mais elevadas, o que significa que a maior parte das despesas neste âmbito foi utilizada no pagamento das remunerações dos trabalhadores da Administração.

Comparativamente com o ano anterior (Ver Quadro 1.3.1-F), as despesas do capítulo de pessoal registaram um acréscimo de 21,4% (ou seja, 1 485 386 milhares de patacas), das quais a subida mais considerável (22,6%) respeita às remunerações certas e permanentes, reflectindo a actualização (para 5 900 patacas) do valor do índice 100 dos vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública, com efeitos desde 1 de Janeiro de 2008, nos termos da Lei n.º 1/2008. Por outro lado, o disposto na Lei n.º 2/2008, sobre a reestruturação do regime das carreiras nas forças e serviços de segurança, em vigor a partir de 2008, e retroagindo a 1 de Julho de 2007, conduziu ainda a que as despesas com o pessoal registassem um visível acréscimo. Também o aumento do número de trabalhadores na Administração contribuiu para justificar o incremento daquelas despesas.

b) Bens e Serviços

O valor da despesa autorizada para os bens e serviços ascendeu a 5 601 281 milhares de patacas (mais 8,9% face ao inicial), tendo sido pagas cerca de 4 555 212 milhares de patacas, o que representa uma execução de 81,3%. Destas despesas, a aquisição de bens duradouros contabilizou o menor grau de execução, registado em 63,2%.

O capítulo Bens e Serviços ocupou 13,0% no total da despesa pública, dentro do qual surge em posição cimeira em termos absolutos o item “Aquisição de serviços”, ocupando 78.8% no total do capítulo.

Em termos de variação face ao período homólogo anterior, a despesa do capítulo cresceu 25,8%, ou seja cerca de 932 943 milhares de patacas. A subida mais relevante pertenceu aos bens duradouros com mais 107,7%, o equivalente a 107 923 milhares de patacas.

Quadro 1.3.1-A: Comparação da despesa anual sob a rubrica “02-01-00-00 Bens duradouros”

Cód. Económico	Designação	Ano 2007 (MOP)	Ano 2008 (MOP)	Var. (%)
02-01-01-00-00	Construções e grandes reparações	12,512	109,731	776.99 %
02-01-02-00-00	Material de defesa e segurança	15,649	11,908	-23.91 %
02-01-03-00-01	Alojamento de pessoal	2,571	3,620	40.81 %
02-01-03-00-99	Outros	3,437	5,627	63.71 %
02-01-04-00-01	Livros e material para bibliotecas públicas	24,595	27,896	13.42 %
02-01-04-00-02	Livros e documentação técnica	4,246	6,635	56.27 %
02-01-04-00-03	Obras de arte e espólio	3,506	2,145	-38.80 %
02-01-04-00-99	Outros	3,443	2,003	-41.82 %
02-01-05-00-00	Material fabril, oficial e de laboratório	9,212	13,082	42.01 %
02-01-06-00-00	Material honorífico e de representação	171	162	-4.91 %
02-01-07-00-00	Equipamento de secretaria	5,064	6,996	38.15 %
02-01-08-00-00	Outros bens duradouros	15,775	18,299	16.00 %
	Total	100,181	208,104	107.73 %

Do quadro 1.3.1-A, observa-se que o aumento da despesa dos bens duradouros, face ao período anterior, se deveu principalmente à variação positiva de 777,0% registada na rubrica “02-01-01-00-00 Construções e grandes reparações”. Analisando os respectivos dados, constata-se que este facto é explicado pelo pagamento em 2008 das obras nas

novas instalações quer da Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim, quer do Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais, que em conjunto perfizeram mais de 40% das despesas totais dos dois organismos. Acrescem ainda as despesas da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública com o 12.º andar do Edifício da Administração Pública, e com a 1.ª fase da remodelação (e trabalhos adicionais) do Centro de Informações do Governo, bem como as despesas da Direcção dos Serviços de Identificação com o Centro de Restabelecimento após Desastre, e com a remodelação das instalações recém-locadas.

c) Juros

As despesas deste capítulo compreendem os juros pagos através dos diversos serviços públicos da RAEM, no valor de 29 584 milhares de patacas. Atendendo à inexistência de dívida pública, o registo envolvido das despesas resultou do pagamento de juros pela CEP no exercício das suas actividades de intermediação financeira e por sua vez, o dispêndio desse capítulo deteve apenas 0,1% da despesa pública.

d) Transferências Correntes

Este capítulo engloba as verbas transferidas, nos termos da lei, para os organismos autónomos (i.e. as receitas consignadas e as comparticipações), as transferências do Orçamento da RAEM para os orçamentos privativos dos organismos autónomos (transferências orçamentais), bem como as comparticipações ou subsídios atribuídos a instituições particulares, particulares e organismos no exterior, constituindo as despesas em causa cedências unilaterais e a título gratuito. Uma vez que os valores reflectidos neste capítulo se reportam às contas da RAEM antes de ajustamento, desta forma podem visualizar-se claramente os fundos transferidos pela RAEM para os organismos autónomos, e as transferências efectuadas inter-organismos autónomos.

O valor orçamental autorizado relativo às transferências correntes aproximou-se de 20 132 553 milhares de patacas (mais 39,5% que o inicialmente previsto), devido sobretudo às verbas distribuídas aos residentes de Macau no âmbito do Plano de Comparticipação Pecuniária (Regulamento Administrativo n.º 12/2008, tendo sido necessário proceder ao reforço da rubrica da despesa “04-03-00-00-02 Famílias e indivíduos” (sob a epígrafe “Particulares”), no montante de 2 600 000 milhares de patacas.

As despesas pagas por este capítulo foram de cerca de 18 542 117 milhares de patacas, atingindo-se uma execução de 92,1%. Todas estas despesas apresentaram taxas de execução orçamental relativamente altas, mesmo as transferências para “Instituições particulares” que, ocupando o valor mais baixo, atingiram 82,1%.

As transferências correntes ocuparam 53,0% da despesa pública, destacando-se os itens “Sector público” e “Particulares” com os pesos mais notórios dentro daquelas.

Em termos de variação face ao ano anterior, assistiu-se à subida das despesas afectas a este capítulo em 76,6%, ou seja em aproximadamente 8 039 836 milhares de patacas, das quais se realçam os aumentos nas transferências para particulares, em 273,3% ou 3 227 089 milhares de patacas, e nas transferências para o exterior, em 1 188,6% ou 719 330 milhares de patacas. Quanto aos “Particulares” e para além do Plano de Comparticipação Pecuniária, a actualização da pensão de velhice, da pensão de invalidez e da pensão social, ao abrigo do Despacho do Chefe do Executivo n.º 93/2008 (com efeitos a partir de Janeiro de 2008), levou a que em 2008 a rubrica “04-03-00-00-02 Famílias e indivíduos” fosse alvo de um acréscimo relativamente significativo de 316,7% (ver Quadro 1.3.1-B). No mesmo ano, face às graves catástrofes naturais, como as tempestades de neve e o forte terramoto de Sichuan ocorridos no Interior da China, o Governo da RAEM enviou ainda contribuições para as áreas abaladas, justificando-se assim, face a 2007, o incremento de 3 826,9% na rubrica “04-04-00-00-99 Outras”, no valor de 722 974 milhares de patacas.

Quadro 1.3.1-B: Comparação da despesa anual sob as rubricas “04-03-00-00 Particulares” e “04-04-00-00 Exterior”

(Unid: Milhares de patacas)

Cód. Económico	Designação	Ano 2007 (MOP)	Ano 2008 (MOP)	Var. (%)
04-03-00-00-01	Empresas	243,383	502,086	106.29 %
04-03-00-00-02	Famílias e indivíduos	937,236	3,905,621	316.72 %
04-04-00-00-01	Cooperação técnica internacional	4,405	7,934	80.10 %
04-04-00-00-02	Comparticipações e quotas p/organiz. no exterior	4,690	4,778	1.88%
04-04-00-00-03	Planos de estudo	15,867	21,810	37.46 %
04-04-00-00-04	Escritórios de representação	17,146	22,352	30.37 %
04-04-00-00-99	Outras	18,411	722,974	3,826.91 %
	Total	1,241,137	5,187,556	317.97%

e) Outras Despesas Correntes

O valor orçamental autorizado do capítulo das outras despesas correntes ascendeu a 1 492 200 milhares de patacas (menos 34,8% face à previsão inicial), tendo sido pagas cerca de 1 230 920 milhares de patacas, o que representa uma execução de 82,5%. Este capítulo perfaz 3,5% da despesa pública, no qual a rubrica “Diversas” conta com mais de 90%. Estas despesas suportam, grosso modo, as contribuições para o regime de aposentação e sobrevivência, bem como para o regime de previdência, pagas pelo Governo da RAEM (na qualidade de entidade patronal). A distribuição da despesa sob aquela rubrica, por classificação económica, encontra-se exposta no Quadro 1.3.1-C baixo :

Quadro 1.3.1-C: Desdobramento da despesa sob a rubrica “05-04-00-00 Outras despesas correntes - Diversas”

(Unid: Milhares de patacas)

Cód. Económico	Designação	Despesa paga (MOP)
05-04-00-00-01	F. Pensões - Reg. Apos. e Sobrev. (parte patronal)	676,738
05-04-00-00-02	F. Pensões - Reg. Previdência (parte patronal)	326,864
05-04-00-00-03	F.S.S. (enc. entidade patronal)	4,561
05-04-00-00-04	Outros fundos de previdência	64,438
05-04-00-00-05	F. Pensões - Reg. de Previdência (compensação)	885
05-04-00-00-06	F. Pensões - mudança de regime	388
05-04-00-00-10	Despesas confidenciais permitidas por lei	9,147
05-04-00-00-91	Diferenças cambiais	8,291
05-04-00-00-98	Despesas eventuais e não especificadas	58,898
	Total	1,150,210

** Não inclui a rubrica “05-04-00-00-99 Provisão para acumulação de saldo de execução orçamental”*

Comparativamente com o ano anterior, verificou-se um decréscimo nas despesas deste capítulo na ordem dos 37,7%, ou seja, menos 745 049 milhares de patacas, justificado pela redução de 777 551 milhares de patacas na rubrica “Diversas” (menos 40,3%), suporte dos encargos relativos à mudança de regime de previdência, com cobertura legal na Lei n.º 8/2006, encargos estes que incidiram com maior predominância no ano económico de 2007, o que levou a um significativo decréscimo das despesas desta rubrica “05-04-00-00-06 F. Pensões - mudança de regime” no ano económico de 2008, em conjugação com a subida de 29 296 milhares de patacas na rubrica “Restituições” (mais 107,9%) – reflectindo aqui o aumento em sede de restituições fiscais processadas em 2008.

1.3.1.2 Despesas de capital

f) Investimentos

A despesa orçamental autorizada inserida no capítulo de investimentos ascendeu a aproximadamente 554 151 milhares de patacas (mais 5,6% face à previsão inicial), tendo sido pagas cerca de 319 146 milhares de patacas, o que representa uma execução de 57,6%. A principal razão, para esta situação, prende-se com o facto dos valores das despesas com grandes reparações e remodelações em habitações e edifícios, propriedade do Governo da RAEM, terem ambos sido inferiores aos inicialmente previstos, pelo que as taxas de execução orçamental obtidas quer para a rubrica “Habitações” (29,1%), quer “Edifícios” (29,6%), se ficaram por níveis relativamente baixos. A par disso, no capítulo “Outros investimentos” aonde se observou o nível mais baixo das despesas, registou-se 1,8% em termos de execução.

As despesas deste capítulo ocuparam 0,9% da despesa pública, no qual a rubrica “Maquinaria e equipamento” detém o maior peso, ocupando mais de 50%.

Face ao período anterior, assistiu-se a um ligeiro aumento de 2,6% ao nível dos investimentos, que se traduziu numa subida de cerca de 8 093 milhares de patacas, destacando-se sobretudo o acréscimo de 16 953 milhares de patacas (mais 30,3%) na rubrica de “Construções diversas”, justificado essencialmente pelas despesas com obras na rede de estradas e vias públicas sob a responsabilidade do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais. Quanto às despesas das rubricas “Habitações”, “Edifícios”, “Melhoramentos fundiários”, e “Outros investimentos”, todas elas registaram decréscimo, comparativamente com 2007.

g) Transferências de Capital

A despesa orçamental autorizada respeitante ao capítulo de transferências de capital cifrou-se em cerca de 142 591 milhares de patacas, tendo sido pagas à volta de 114 628 milhares de patacas, o que equivale uma taxa de execução de 80,4%.

O capítulo em questão ocupou 0,3% da despesa pública, dentro do qual surgem

destacadas as rubricas “Particulares” e “Exterior”, com respectivamente 42 057 milhares de patacas e 59 585 milhares de patacas.

A despesa paga neste âmbito registou um ligeiro acréscimo de 1,2% face ao ano anterior, ou seja, mais 1 377 milhares de patacas, realçando-se novamente as transferências para particulares e para o exterior. Por outro lado, as dirigidas às instituições particulares foram objecto de contracção em 91%, ou seja aproximadamente menos 97 234 milhares de patacas, o que se deveu à suspensão do projecto de recuperação de um lar, para o qual o Instituto de Acção Social tinha prevista a concessão de apoio financeiro, no âmbito do apoio a idosos por intermédio de instituições particulares de solidariedade social, pelo que daí a justificação para o decréscimo da despesa e a reduzida taxa de execução verificada em termos da rubrica “instituições particulares” (ver Quadro 1.3.1-D).

Quadro 1.3.1-D: Comparação da despesa anual sob a rubrica “08-00-00-00 Transferências de capital”

(Unid: Milhares de patacas)

Cód. Económico	Designação	Ano 2007 (MOP)	Ano 2008 (MOP)	Var. (%)
08-01-00-00-00	Sector público	3,183	3,400	7 %
08-02-00-00-00	Instituições particulares	106,820	9,586	-91 %
08-03-00-00-00	Particulares	3,248	42,057	1,195 %
08-04-00-00-00	Exterior	-	59,585	100 %
	Total	113,251	114,628	1 %

h) Operações financeiras

Este capítulo cobre as transacções que conduzem à variação de activos e passivos da Região, desdobrando-se entre “activos financeiros” e “passivos financeiros”. Sob os primeiros contabilizam-se as aquisição de títulos de crédito, tais como obrigações, acções, quotas e outras formas de participação, bem como a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis; enquanto os segundos, e com referência a 2008, apenas registaram despesa na rubrica “09-02-05-00-01 AMCM – Bonificação do crédito à habitação”, no âmbito das bonificações do crédito à habitação, da AMCM.

A previsão autorizada da despesa orçamentada para este capítulo ascendeu a cerca de 3 338 602 milhares de patacas (mais 45,2% face ao inicial), tendo sido pagas cerca de

1 754 309 milhares de patacas. Uma vez que a maioria das despesas aqui consideradas assume a natureza de investimento financeiro, torna-se difícil prevêê-las, daí a baixa taxa de execução de apenas 52,5%.

O capítulo das operações financeiras perfez 5,0% da despesa pública, dentro do qual sobressaem os “Activos financeiros” com aproximadamente 1 735 433 milhares de patacas.

Face a 2007, a despesa do capítulo elevou-se em 66,3%, ou seja, um acréscimo a rondar 699 629 milhares de patacas, especialmente devido à subida de 69,2% registada nos “Activos financeiros”, isto é, aproximadamente mais 709 644 milhares de patacas, cuja justificação, face aos dados existentes, é explicada sobretudo pelo reforço do investimento do Fundo de Segurança Social, no ano 2008, em títulos a médio e longo prazos, envolvendo uma verba de 600 000 milhares de patacas (o dobro em relação ao ano anterior). Por outro lado, em virtude do impacto do tufão Hagupit, e do “tsunami” financeiro à escala mundial, sentidos em Macau em 2008, o Governo teve de reforçar os apoios às pequenas e médias empresas locais, e consequentemente do montante afecto à rubrica “Plano de apoio a PME’s”. Quanto aos passivos financeiros, verificou-se uma redução de 34,7% comparativamente com o anterior período homólogo.

i) Outras Despesas de Capital

Tanto em 2007 como em 2008, este capítulo não registou quaisquer despesas.

Quadro 1.3.1-E: Despesa por classificação económica - Previsão e execução

(Unid:Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO AUTORIZADA	VARIAÇÃO %	DESPESAS PAGAS	ESTRUT.%	EXECUÇÃO%
Despesas correntes	30,105,097	36,321,920	20.7	32,774,300	93.7	90.2
<i>Pessoal</i>	<i>8,205,323</i>	<i>9,062,156</i>	<i>10.4</i>	<i>8,416,467</i>	<i>24.1</i>	<i>92.9</i>
Remunerações certas e permanentes	7,044,259	7,867,068	11.7	7,445,280	21.3	94.6
Remunerações acessórias	598,841	616,509	3.0	512,022	1.5	83.1
Abonos em espécie	36,316	42,073	15.9	33,744	0.1	80.2
Classes inactivas	331,744	331,744	0.0	279,100	0.8	84.1
Previdência social	113,226	115,219	1.8	96,407	0.3	83.7
Compensação de encargos	80,938	89,543	10.6	49,914	0.1	55.7
<i>Bens e Serviços</i>	<i>5,141,176</i>	<i>5,601,281</i>	<i>8.9</i>	<i>4,555,212</i>	<i>13.0</i>	<i>81.3</i>
Bens duradouros	286,363	329,338	15.0	208,104	0.6	63.2
Bens não duradouros	863,291	856,377	-0.8	759,254	2.2	88.7
Aquisição de serviços	3,991,522	4,415,566	10.6	3,587,854	10.3	81.3
<i>Juros</i>	<i>35,230</i>	<i>33,730</i>	<i>-4.3</i>	<i>29,584</i>	<i>0.1</i>	<i>87.7</i>
<i>Transferências Correntes</i>	<i>14,434,464</i>	<i>20,132,553</i>	<i>39.5</i>	<i>18,542,117</i>	<i>53.0</i>	<i>92.1</i>
Sector público	9,613,289	10,464,520	8.9	10,214,703	29.2	97.6
Instituições particulares	3,074,748	3,824,193	24.4	3,139,858	9.0	82.1
Particulares	1,605,288	4,923,253	206.7	4,407,707	12.6	89.5
Exterior	141,138	920,588	552.3	779,849	2.2	84.7
<i>Outras Despesas Correntes</i>	<i>2,288,905</i>	<i>1,492,200</i>	<i>-34.8</i>	<i>1,230,920</i>	<i>3.5</i>	<i>82.5</i>
Rendas de Terrenos	390	390	0.0	353	0.0	90.5
Seguros	38,496	34,507	-10.4	23,905	0.1	69.3
Restituições	41,824	77,102	84.4	56,453	0.2	73.2
Diversas (b)	2,208,195	1,380,201	-37.5	1,150,210	3.3	83.3
Despesas de capital	2,890,300	4,035,344	39.6	2,188,083	6.3	54.2
<i>Investimentos (a)</i>	<i>524,996</i>	<i>554,151</i>	<i>5.6</i>	<i>319,146</i>	<i>0.9</i>	<i>57.6</i>
Terrenos	500	0	-100.0	0	0.0	-
Habitações	2,061	1,261	-38.8	367	0.0	29.1
Edifícios	134,570	124,786	-7.3	36,945	0.1	29.6
Estradas e pontes	13,300	18,600	39.8	13,025	0.0	70.0
Portos	-	-		-	-	-
Construções diversas	84,765	94,026	10.9	72,950	0.2	77.6
Melhoramento fundiários	1,350	650	-51.9	571	0.0	87.9
Material de transporte	38,486	39,368	2.3	28,050	0.1	71.3
Maquinaria e equipamento	222,004	261,674	17.9	166,288	0.5	63.5
Animais	700	921	31.6	722	0.0	78.4
Outros investimentos	27,260	12,865	-52.8	229	0.0	1.8
<i>Transferências de Capital</i>	<i>66,052</i>	<i>142,591</i>	<i>115.9</i>	<i>114,628</i>	<i>0.3</i>	<i>80.4</i>
Sector público	2,051	3,400	65.8	3,400	0.0	100.0
Instituições particulares	58,001	35,006	-39.6	9,586	0.0	27.4
Particulares	6,000	44,600	643.3	42,057	0.1	94.3
Exterior	0	59,585	100.0	59,585	0.2	100.0
<i>Operações Financeiras</i>	<i>2,299,253</i>	<i>3,338,602</i>	<i>45.2</i>	<i>1,754,309</i>	<i>5.0</i>	<i>52.5</i>
Activos financeiros	2,280,858	3,319,647	45.5	1,735,433	5.0	52.3
Passivos financeiros	18,395	18,956	3.0	18,876	0.1	99.6
<i>Outras Despesas de Capital</i>	<i>-</i>	<i>-</i>		<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
TOTAL	32,995,398	40,357,264	22	34,962,383	100.0	86.6

(a) Não foi considerado o PIDDA

(b) Não foi considerada a rubrica "provisão p/acum. de saldo de execução orçamental" nas colunas da "previsão inicial" e "previsão autorizada", respectivamente.

Quadro 1.3.1-F: Despesa por classificação económica – Variação

(Unid:Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	2007		2008		VARIAÇÃO	
	VALOR	ESTRUT.%	VALOR	ESTRUT.%	VALOR ABS.	%
Despesas Correntes	23,055,591	94.0	32,774,300	93.7	9,718,708	42.2
<i>Pessoal</i>	<i>6,931,081</i>	<i>28.3</i>	<i>8,416,467</i>	<i>24.1</i>	<i>1,485,386</i>	<i>21.4</i>
Remunerações certas e permanentes	6,073,376	24.8	7,445,280	21.3	1,371,903	22.6
Remunerações acessórias	471,334	1.9	512,022	1.5	40,689	8.6
Abonos em espécie	26,442	0.1	33,744	0.1	7,302	27.6
Classes inactivas	230,274	0.9	279,100	0.8	48,825	21.2
Previdência social	89,751	0.4	96,407	0.3	6,656	7.4
Compensação de encargos	39,904	0.2	49,914	0.1	10,010	25.1
<i>Bens e Serviços</i>	<i>3,622,269</i>	<i>14.8</i>	<i>4,555,212</i>	<i>13.0</i>	<i>932,943</i>	<i>25.8</i>
Bens duradouros	100,181	0.4	208,104	0.6	107,923	107.7
Bens não duradouros	646,851	2.6	759,254	2.2	112,402	17.4
Aquisição de serviços	2,875,236	11.7	3,587,854	10.3	712,617	24.8
<i>Juros</i>	<i>23,991</i>	<i>0.1</i>	<i>29,584</i>	<i>0.1</i>	<i>5,593</i>	<i>23.3</i>
<i>Transferências Correntes</i>	<i>10,502,281</i>	<i>42.8</i>	<i>18,542,117</i>	<i>53.0</i>	<i>8,039,836</i>	<i>76.6</i>
Sector público	7,330,451	29.9	10,214,703	29.2	2,884,252	39.3
Instituições particulares	1,930,693	7.9	3,139,858	9.0	1,209,165	62.6
Particulares	1,180,619	4.8	4,407,707	12.6	3,227,089	273.3
Exterior	60,519	0.2	779,849	2.2	719,330	1188.6
<i>Outras Despesas Correntes</i>	<i>1,975,969</i>	<i>8.1</i>	<i>1,230,920</i>	<i>3.5</i>	<i>-745,049</i>	<i>-37.7</i>
Rendas de Terrenos	325	0.0	353	0.0	28	8.6
Seguros	20,726	0.1	23,905	0.1	3,178	15.3
Restituições	27,157	0.1	56,453	0.2	29,296	107.9
Diversas	1,927,761	7.9	1,150,210	3.3	-777,551	-40.3
Despesas de Capital	1,478,984	6.0	2,188,083	6.3	709,098	47.9
<i>Investimentos (a)</i>	<i>311,054</i>	<i>1.3</i>	<i>319,146</i>	<i>0.9</i>	<i>8,093</i>	<i>2.6</i>
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Habitações	804	0.0	367	0.0	-437	-54.4
Edifícios	48,836	0.2	36,945	0.1	-11,891	-24.3
Estradas e pontes	12,171	0.0	13,025	0.0	854	7.0
Portos	-	-	-	-	-	-
Construções diversas	55,997	0.2	72,950	0.2	16,953	30.3
Melhoramento fundiários	672	0.0	571	0.0	-101	-15.0
Material de transporte	25,309	0.1	28,050	0.1	2,742	10.8
Maquinaria e equipamento	163,459	0.7	166,288	0.5	2,828	1.7
Animais	397	0.0	722	0.0	325	81.9
Outros investimentos	3,409	0.0	229	0.0	-3,180	-93.3
<i>Transferências de Capital</i>	<i>113,251</i>	<i>0.5</i>	<i>114,628</i>	<i>0.3</i>	<i>1,377</i>	<i>1.2</i>
Sector público	3,183	0.0	3,400	0.0	217	6.8
Instituições particulares	106,820	0.4	9,586	0.0	-97,234	-91.0
Particulares	3,248	0.0	42,057	0.1	38,808	1194.7
Exterior	-	0.0	59,585	0.2	59,585	100.0
<i>Operações Financeiras</i>	<i>1,054,680</i>	<i>4.3</i>	<i>1,754,309</i>	<i>5.0</i>	<i>699,629</i>	<i>66.3</i>
Activos financeiros	1,025,789	4.2	1,735,433	5.0	709,644	69.2
Passivos financeiros	28,891	0.1	18,876	0.1	-10,015	-34.7
<i>Outras Despesas de Capital</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
TOTAL	24,534,576	100.0	34,962,383	100.0	10,427,807	42.5

(a)Não foi considerado o PIDDA.

1.3.2. Análise por classificação orgânica

A presente análise inicia-se de modo introdutório por uma análise global, onde se relata a despesa numa perspectiva orgânica global, procedendo-se depois ao seu desenvolvimento, categorizando os órgãos em função dos regimes dos organismos e finalizando com uma análise por entidade tutelar.

1.3.2.1 Análise global

Em termos estruturais, os “Organismos Autónomos” representaram a maior porção do previsão autorizada, atingindo um montante de 16 223 722 milhares de patacas, representando em termos percentuais cerca de 40,2%, seguidos imediatamente pelo conjunto do “Capítulo 12.º - Despesas Comuns” e “Capítulo 50.º - Contas de Ordem” que juntos perfizeram um montante de 15 600 239 milhares de patacas, em termos percentuais, cerca de 38,7%.

A Direcção dos Serviços das Forças de Segurança e a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, detêm, respectivamente, 5,2% e 4,8% do total das verbas previstas e ajustadas para o ano económico de 2008.

Excluindo os 5 itens anteriores, bem como, o capítulo orgânico dos “Encargos Gerais”, foram afectas aos restantes 25 serviços verbas com um peso relativo inferior ou igual a 1% do total da previsão autorizada.

Quadro 1.3.2-A: Despesas por Classificação Orgânica - Previsão vs. Execução

(Unidade: Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO		PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO AUTORIZADA (B)	DESPESAS PAGAS (C)	ESTRUT. (B)/Σ(B)	EXECUÇÃO (C)/(B)
01-00	Encargos Gerais	696,641	746,396	573,135	1.8	76.8
03-00	Dir.Serviços de Administração e Função Pública	259,158	261,837	190,635	0.6	72.8
05-00	Dir.Serviços de Educação e Juventude	1,936,678	1,936,678	1,929,044	4.8	99.6
07-00	Dir.Serviços de Estatística e Censos	100,972	100,972	91,431	0.3	90.6
08-00	Dir.Serviços de Regulação de Telecomunicações	34,615	34,615	22,387	0.1	64.7
09-00	Dir.Serviços de Finanças	280,427	285,156	244,032	0.7	85.6
11-00	Pensões e Reformas	6,568	6,568	2,675	0.0	40.7
12-00	Despesas Comuns	2,583,366	6,336,073	6,088,974	15.7	96.1
13-00	Gabinete de Apoio ao Ensino Superior	32,916	32,916	24,520	0.1	74.5
14-00	Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	0	132,780	85,243	0.3	64.2
18-00	Dir.Serviços de Identificação de Macau	222,750	252,338	205,469	0.6	81.4
19-00	Dir.Serviços de Economia	123,905	148,988	122,361	0.4	82.1
20-00	Estabelecimento Prisional de Macau	221,858	259,314	217,442	0.6	83.9
21-00	Serviços de Alfândega da RAEM	308,586	419,261	405,085	1.0	96.6
22-00	Dir.Serviços Meteorológicos e Geofísicos	47,455	49,824	47,785	0.1	95.9
23-00	Dir.Serviços de Turismo	127,660	130,802	125,442	0.3	95.9
24-00	Gabinete de Comunicação Social	87,060	87,060	63,695	0.2	73.2
25-00	Serviços de Polícia Unitários	25,998	25,998	16,540	0.1	63.6
26-00	Dir.Inspecção e Coordenação de Jogos	128,157	128,157	112,505	0.3	87.8
27-00	Capitania dos Portos	158,263	162,102	148,521	0.4	91.6
28-00	Dir.Serviços das Forças de Segurança de Macau	1,582,629	2,079,822	1,933,784	5.2	93.0
29-00	Dir.Serviços para os Assuntos Laborais	209,505	209,505	172,461	0.5	82.3
30-00	Conselho dos Magistrados Judiciais	620	620	107	0.0	17.3
31-00	Dir.Serviços de Cartografia e Cadastro	49,517	49,517	41,324	0.1	83.5
32-00	Polícia Judiciária	295,850	317,463	276,932	0.8	87.2
34-00	Dir.Serviços de Assuntos de Justiça	190,275	192,716	170,040	0.5	88.2
35-00	Dir.Serviços de Solos, O.Públicas e Transportes	220,252	221,719	172,389	0.5	77.8
37-00	Instituto do Desporto	112,860	112,860	83,590	0.3	74.1
38-00	Instituto Cultural	145,952	147,321	140,117	0.4	95.1
50-00	Contas de Ordem (Consignações, Comparticipações e Transferências Orçamentais)	8,667,282	9,264,166	9,263,799	23.0	100.0
50-03 a 52	Serviços e organismos autónomos	14,137,624	16,223,722	11,990,917	40.2	73.9
TOTAL		32,995,398	40,357,264	34,962,383	100.0	86.6

Em termos de execução, a taxa global de execução cifrou-se em 86,6%, sendo de destacar a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude que registou a taxa de execução mais elevada, 99,6%, logo seguida dos Serviços de Alfândega com 96,6%.

Entre os capítulos orgânicos com taxa de execução baixa, destacam-se os seguintes serviços, sendo de realçar que os restantes registaram taxas de execução acima dos 72,0%:

Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações.....	64,7%
Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego.....	64,2%
Serviços de Polícia Unitários.....	63,6%
Pensões e Reformas.....	40,7%
Conselho dos Magistrados Judiciais.....	17,3%

Em termos de distribuição da taxa de execução, de um total de 31 capítulos orgânicos em análise, dez registaram valores de execução entre 100% e 90%, outros nove entre 89% e 80%, e finalmente cinco entre 69% e 17%, verificando-se, portanto, uma maior concentração entre 80% e 100%.

Para efeitos de comparação com o ano económico homólogo anterior, utilizaram-se ao longo da presente análise os parâmetros constantes do quadro abaixo referenciado, o valor da despesa em função dos pagamentos, a estrutura em função dos pagamentos, bem como, a taxa de execução para estabelecer a ligação entre as previsões autorizadas e os pagamentos realizados.

Quadro 1.3.2-B: Despesas por Classificação Orgânica – Evolução

(Unid: Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	2007			2008			VARIACÃO			
	VALOR	ESTR.	EXEC.	VALOR	ESTR.	EXEC.	VALOR	VALOR (%)	ESTR.	EXEC.
01-00 Encargos Gerais	418,090	1.7	97.0	573,135	1.6	76.8	155,045	37.1	-0.1	-20.2
03-00 Dir.Serviços de Administr. Função Pública	143,437	0.6	92.4	190,635	0.5	72.8	47,198	32.9	0.0	-19.6
05-00 Dir.Serviços de Educação e Juventude	1,839,279	7.5	100.0	1,929,044	5.5	99.6	89,765	4.9	-2.0	-0.4
07-00 Dir.Serviços de Estatística e Censos	81,953	0.3	96.7	91,431	0.3	90.6	9,478	11.6	-0.1	-6.1
08-00 Dir.Serviços Regulação Telecomunicações	19,145	0.1	94.2	22,387	0.1	64.7	3,242	16.9	0.0	-29.5
09-00 Dir.Serviços de Finanças	214,843	0.9	98.0	244,032	0.7	85.6	29,189	13.6	-0.2	-12.4
11-00 Pensões e Reformas	2,978	0.0	88.3	2,675	0.0	40.7	-303	-10.2	0.0	-47.6
12-00 Despesas Comuns	2,451,997	10.0	83.9	6,088,974	17.4	96.1	3,636,977	148.3	7.4	12.2
13-00 Gabinete de Apoio ao Ensino Superior	21,181	0.1	95.7	24,520	0.1	74.5	3,339	15.8	0.0	-21.2
14-00 Direcção dos Serviços p/os Assuntos Tráfego	0	0.0	0.0	85,243	0.2	64.2	85,243	100.0	0.2	64.2
18-00 Dir.Serviços de Identificação de Macau	105,704	0.4	92.9	205,469	0.6	81.4	99,765	94.4	0.2	-11.5
19-00 Dir.Serviços de Economia	106,512	0.4	99.2	122,361	0.3	82.1	15,849	14.9	-0.1	-17.1
20-00 Estabelecimento Prisional de Macau	160,193	0.7	100.0	217,442	0.6	83.9	57,249	35.7	0.0	-16.1
21-00 Serviços de Alfândega da RAEM	294,559	1.2	100.0	405,085	1.2	96.6	110,526	37.5	0.0	-3.4
22-00 Dir. Serviços Meteorológicos e Geofísicos	43,466	0.2	98.6	47,785	0.1	95.9	4,319	9.9	0.0	-2.7
23-00 Dir. Serviços de Turismo	103,673	0.4	100.0	125,442	0.4	95.9	21,769	21.0	-0.1	-4.1
24-00 Gabinete de Comunicação Social	56,627	0.2	100.0	63,695	0.2	73.2	7,068	12.5	0.0	-26.8
25-00 Serviços de Polícia Unitários	14,532	0.1	100.0	16,540	0.0	63.6	2,008	13.8	0.0	-36.4
26-00 Dir. Inspeção e Coordenação de Jogos	91,175	0.4	98.9	112,505	0.3	87.8	21,330	23.4	0.0	-11.1
27-00 Capitania dos Portos	138,189	0.6	100.0	148,521	0.4	91.6	10,332	7.5	-0.1	-8.4
28-00 Dir. Serviços das Forças de Segurança Macau	1,382,377	5.6	100.0	1,933,784	5.5	93.0	551,407	39.9	-0.1	-7.0
29-00 Dir. Serviços para os Assuntos Laborais	152,143	0.6	99.9	172,461	0.5	82.3	20,318	13.4	-0.1	-17.6
30-00 Conselho dos Magistrados Judiciais	74	0.0	86.3	107	0.0	17.3	33	44.6	0.0	-69.0
31-00 Dir. Serviços de Cartografia e Cadastro	36,532	0.1	83.1	41,324	0.1	83.5	4,792	13.1	0.0	0.4
32-00 Polícia Judiciária	208,054	0.8	95.5	276,932	0.8	87.2	68,878	33.1	-0.1	-8.3
34-00 Dir. Serviços de Assuntos de Justiça	156,025	0.6	88.9	170,040	0.5	88.2	14,015	9.0	-0.1	-0.7
35-00 Dir. Serviços de Solos, O.Públ.e Transportes	140,114	0.6	99.6	172,389	0.5	77.8	32,275	23.0	-0.1	-21.8
37-00 Instituto do Desporto	60,601	0.2	100.0	83,590	0.2	74.1	22,989	37.9	0.0	-25.9
38-00 Instituto Cultural	122,369	0.5	100.0	140,117	0.4	95.1	17,748	14.5	-0.1	-4.9
50-00 Contas de Ordem - Consignações, Participações e Transferências	6,844,489	27.9	100.0	9,263,799	26.5	100.0	2,419,310	35.3	-1.4	0.0
50-03 a 52 Serviços e organismos autónomos	9,124,265	37.2	67.8	11,990,917	34.3	73.9	2,866,652	31.4	-2.9	6.1
TOTAL	24,534,576	100.0	83.4	34,962,383	100.0	86.6	10,427,807	42.5	-	3.2

Globalmente e comparando com o ano económico de 2007, o ano económico de 2008 registou uma taxa de execução de 86,6%, superior em 3,2 pontos percentuais. Em termos absolutos, efectuaram-se no ano económico de 2008 pagamentos que excederam os registados em 2007 em 10 427 807 milhares de patacas, num total de 34 962 383 milhares

de patacas, representando uma variação de 42,5%.

O “Capítulo 12.º - Despesas comuns” constituiu a variação de maior relevo em termos estruturais, com um acréscimo de 7,4 pontos percentuais relativamente ao peso detido no ano anterior, i.e. de 10,0%. O peso relativo de 17,4% do total da despesa registado em 2008 no Capítulo 12.º, encontra-se fundamentado numa série de programas com cobertura financeira neste capítulo da despesa, a saber, entre outros, o plano de comparticipação pecuniária, o plano de apoio de transporte público ao cidadão, as contribuições da RAEM para a reconstrução das zonas afectadas pelo terramoto em Sichuan, e o plano de comparticipação nas despesas com a electricidade.

Para além do Capítulo 12.º, do Capítulo 50.º e dos organismos autónomos, a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau registou despesas no montante de 1 933 784 milhares de patacas, que comparativamente com os 1 382 377 milhares de patacas registados em 2007, representou um aumento significativo no nível da despesa deste serviço com autonomia administrativa, 551 407 milhares de patacas em valor absoluto e cerca de 39,9% em termos percentuais, grosso modo em resultado directo da revisão dos índices remuneratórios do pessoal das carreiras militarizadas por via da reestruturação das carreiras dos serviços de segurança, bem como, fruto da actualização salarial dos trabalhadores da função pública.

Realça-se ainda a Direcção dos Serviços de Identificação de Macau, que comparativamente a 2007 conheceu um aumento da despesa na ordem dos 99 765 milhares de patacas, representando em termos percentuais uma variação de 94,4%. Já no que se refere à taxa de execução, não obstante esta ter registado uma diminuição de 11,5 pontos, manteve-se ainda ao nível significativo de 81,4%.

Por sua vez o Conselho de Magistrados Judiciais viu aumentar substancialmente a despesa em 2008, cerca de 33 milhares de patacas, registando contudo a taxa de execução mais baixa de todos os capítulos orgânicos da despesa, cerca de 17,3%, o que significou uma diminuição 69 pontos percentuais em relação ao valor homólogo registado em 2007, no entanto, em termos efectivos não é significativo, tendo em conta o valor total do orçamento deste Conselho de somente 620 milhares de patacas, não trazando, assim, impacto na totalidade da execução do orçamento.

1.3.2.2 Análise por regimes dos serviços

No que concerne a regimes dos serviços, conforme se pode constatar no quadro a seguir apresentado, foram afectas aos Organismos autónomos, 40,2% do total das previsões ajustadas.

Os organismos autónomos ao registarem o valor de execução mais baixo do conjunto, contribuíram, juntamente com os serviços integrados (que também averbaram um valor baixo de execução), para que o valor global da taxa de execução se fixasse nos 86,6%.

Quadro 1.3.2-C: Despesas por regimes dos serviços – Previsão vs Execução

(Unid: Milhares de patacas)

NATUREZA DO REGIME FINANCEIRO	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO AJUSTADA (B)	DESPESAS PAGAS (C)	ESTRUT. (B) / Σ (B)	EXEC. (C) / (B)
Serviços Integrados	3,068,072	3,331,617	2,691,313	8.3	80.8
Serviços de Autonomia Administrativa	4,532,486	5,195,119	4,924,705	12.9	94.8
Organismos autónomos	14,137,624	16,223,722	11,990,917	40.2	73.9
Outros Capítulos (11-00, 12-00, e 50-00)	11,257,216	15,606,807	15,355,448	38.7	98.4
TOTAL	32,995,398	40,357,264	34,962,383	100.0	86.6

Já os capítulos especiais de “Pensões e Reformas”, “Despesas Comuns” e “Contas de Ordem”, perfizeram entre si 38,7% da despesa orçamentada em 2008, constatando-se neste âmbito a taxa de execução mais elevada.

Quadro 1.3.2-D: Despesas por regimes dos serviços – Evolução

(Unid: Milhares de patacas)

NATUREZA DO REGIME FINANCEIRO	2007			2008			VARIAÇÃO			
	VALOR	ESTR. (%)	EXEC.	VALOR	ESTR. (%)	EXEC.	VALOR	VALOR (%)	ESTR. (%)	EXEC.
Serviços Integrados	2,073,195	8.5	96.2	2,691,313	7.7	80.8	618,118	29.8	-0.8	-15.4
Serviços de Autonomia	4,037,652	16.5	100.0	4,924,705	14.1	94.8	887,053	22.0	-2.4	-5.2
Organismos autónomos	9,124,265	37.2	67.8	11,990,917	34.3	73.9	2,866,652	31.4	-2.9	6.1
Outros Capítulos (11-00, 12-00, e 50-00)	9,299,464	37.9	95.2	15,355,448	43.9	98.4	6,055,984	65.1	6.0	3.2
TOTAL	24,534,576	100.0	83.4	34,962,383	100.0	86.6	10,427,807	42.5	-	3.2

1.3.2.3 Análise por serviços com autonomia administrativa

Afectou-se aos onze serviços com autonomia administrativa existentes na RAEM, uma dotação inicial de 4 532 486 milhares de patacas, sendo posteriormente tal verba objecto de um reforço de 662 633 milhares de patacas, atingindo no final do ano económico de 2008 uma taxa de execução de 94,8%.

Quadro 1.3.2-E: Despesas por Classificação Orgânica - Previsão vs. Execução (Serviços com Autonomia Administrativa)

(Unid: Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO AUTORIZA DA (B)	DESPESAS PAGAS (C)	ESTRUT. % (B) / Σ (B)	EXECUÇÃO % (C)/(B)
01-12 Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa	15,800	15,800	12,660	0.3	80.1
01-13 Delegação Económica e Comercial de Macau, Junto da União Europeia, em Bruxelas	5,850	5,850	4,229	0.1	72.3
01-15 Delegação da RAEM em Pequim	34,287	46,387	42,444	0.9	91.5
01-17 Delegação Económica e Comercial de Macau Junto da Organização Mundial do Comércio (OMC)	9,724	9,724	7,789	0.2	80.1
05-00 Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	1,936,678	1,936,678	1,929,044	37.3	99.6
20-00 Estabelecimento Prisional de Macau	221,858	259,314	217,442	5.0	83.9
21-00 Serviços de Alfândega da RAEM	308,586	419,261	405,085	8.1	96.6
27-00 Capitania dos Portos	158,263	162,102	148,521	3.1	91.6
28-00 Direcção Serviços das Forças de Segurança de Macau	1,582,629	2,079,822	1,933,784	40.0	93.0
37-00 Instituto do Desporto	112,860	112,860	83,590	2.2	74.1
38-00 Instituto Cultural	145,952	147,321	140,117	2.8	95.1
TOTAL	4,532,486	5,195,119	4,924,705	100.0	94.8

A Direcção dos Serviços das Forças de Segurança, juntamente com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, representaram 77,3% do total das verbas afectas aos serviços com autonomia administrativa. Em termos de execução destaca-se a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude com a taxa de execução mais elevada, 99,6%, logo seguida pelos Serviços de Alfândega da RAEM com 96,6%.

De realçar ainda o Estabelecimento Prisional de Macau, cuja previsão inicial foi objecto de um reforço orçamental mas que não chegou a ser aplicado, terminando o ano económico com uma taxa de execução de 83,9%.

Quanto à evolução da despesa, conforme se pode averiguar no quadro a seguir exposto, globalmente este tipo de serviços apresentou no ano económico de 2008 um aumento percentual de 22% da despesa, despendendo 887 053 milhares de patacas a mais do que no ano económico transacto.

Quadro 1.3.2-F: Despesas por Classificação Orgânica – Evolução (Serviços com Autonomia Administrativa)

(Unid: Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	2007			2008			VARIACÃO			
	VALOR	ESTR. %	EXEC.	VALOR	ESTR. %	EXEC.	VALOR	VALOR (%)	ESTR.	EXEC.
01-12Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa	11,134	0.3	100.0	12,660	0.3	80.1	1,526	14	0.0	-19.9
01-13Delegação Económica e Comercial de Macau, Junto da União Europeia, em Bruxelas	4,311	0.1	100.0	4,229	0.1	72.3	-82	-2	0.0	-27.7
01-15Delegação da RAEM em Pequim	17,950	0.4	100.0	42,444	0.9	91.5	24,494	136	0.4	-8.5
01-17Delegação Económica e Comercial de Macau Junto da Organização Mundial do Comércio (OMC)	6,692	0.2	100.0	7,789	0.2	80.1	1,097	16	0.0	-19.9
05-00Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	1,839,279	45.6	100.0	1,929,044	39.2	99.6	89,765	5	-6.4	-0.4
20-00Estabelecimento Prisional de Macau	160,193	4.0	100.0	217,442	4.4	83.9	57,249	36	0.4	-16.1
21-00Serviços de Alfândega da RAEM	294,559	7.3	100.0	405,085	8.2	96.6	110,526	38	0.9	-3.4
27-00Capitania dos Portos	138,189	3.4	100.0	148,521	3.0	91.6	10,332	7	-0.4	-8.4
28-00Dir. Serviços das Forças de Segurança de Macau	1,382,377	34.2	100.0	1,933,784	39.3	93.0	551,407	40	5.0	-7.0
37-00Instituto do Desporto	60,601	1.5	100.0	83,590	1.7	74.1	22,989	38	0.2	-25.9
38-00Instituto Cultural	122,369	3.0	100.0	140,117	2.8	95.1	17,748	15	-0.2	-4.9
TOTAL	4,037,652	100.0	100.0	4,924,705	100.0	94.8	887,053	22	-	-5.2

Em termos estruturais podemos constatar que de um modo geral, entre 2007 e 2008 e para além de algumas variações marginais, nunca superiores a 6,4% (da DSEJ), a despesa dos Serviços com Autonomia Administrativa manteve uma estrutura bastante próxima da do ano anterior.

O aumento na despesa da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, durante o corrente ano económico, decorre das acções levadas a cabo no âmbito da escolaridade gratuita, nas ajudas à contratação de profissionais especializados, incentivos para um melhor aproveitamento escolar e melhoria dos equipamentos escolares.

A Delegação da RAEM em Pequim registou no ano económico em análise um maior aumento na despesa, em termos percentuais e em termos absolutos, respectivamente,

cerca de 136%, com uma variação positiva de 24 494 milhares de patacas. Este aumento deveu-se às novas instalações da Delegação – mudança e decoração – bem como, à crescente valorização do renminbi.

O Instituto do Desporto, apesar de ter visto crescer a sua despesa em 38%, despendendo mais 22 989 milhares de patacas do que em 2007, averbou uma taxa de execução inferior em 25.9 pontos relativamente ao período homólogo anterior.

1.3.2.4 Análise por organismos autónomos

De seguida procede-se à análise dos organismos autónomos, que perfizeram 40,2% do total das despesas orçamentadas para 2008.

Em termos estruturais, destacam-se o Fundo de Segurança Social (17,0%), a Fundação Macau (13,8%), os Serviços de Saúde (13,2%), o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (8,1%) e por fim o Instituto de Acção Social (6,8%) que em conjunto alcançaram 58,9% do total das previsões autorizadas para os organismos autónomos, totalizando 9 559 044 milhares de patacas do total orçamentado e revisto de 16 223 722 milhares de patacas.

Quanto ao Fundo de Segurança Social, esta entidade registou uma taxa de execução francamente baixa, apenas de 38,9%. Excluindo o Fundo de Segurança Social, três dos restantes quatro organismos autónomos atrás consideradas registaram valores de execução superiores à taxa média de execução de 73,9%, sendo que, desses quatro a Fundação Macau foi aquele que registou a taxa de execução mais baixa, de 64,4%.

*Quadro 1.3.2-G: Despesas por Classificação Orgânica - Previsão vs Execução
(Organismos autónomos)*

(Unid:Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO AJUSTADA (B)	DESPESAS PAGAS (C)	ESTRUT. % (B) / Σ (B)	EXECUÇÃO % (C) / (B)
50-03 Fundo de Acção Social Escolar	192,267	192,267	153,079	1.2	79.6
50-04 Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	11,436	12,340	1,332	0.1	10.8
50-05 Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	610,411	600,272	517,158	3.7	86.2
50-06 Fundo de Turismo	491,024	605,139	469,259	3.7	77.5
50-07 Instituto de Acção Social	1,037,277	1,099,428	929,871	6.8	84.6
50-10 Obra Social da Polícia Judiciária	2,976	3,399	1,930	0.0	56.8
50-11 Obra Social da Polícia de Segurança Pública	29,000	31,990	24,034	0.2	75.1
50-15 Direcção dos Serviços de Correios	285,622	285,622	163,280	1.8	57.2
50-15 Caixa Económica Postal	52,304	79,531	42,463	0.5	53.4
50-16 Cofre dos Assuntos de Justiça	106,985	118,066	94,263	0.7	79.8
50-17 Imprensa Oficial	97,000	103,271	39,707	0.6	38.4
50-18 Fundo de Pensões	385,371	385,536	321,265	2.4	83.3
50-20 Fundo de Segurança Social	2,251,325	2,761,937	1,073,539	17.0	38.9
50-21 Fundo do Estabelecimento Prisional de Macau	2,722	2,437	1,974	0.0	81.0
50-22 Autoridade Monetária de Macau	177,404	177,404	154,161	1.1	86.9
50-23 Instituto de Habitação	107,800	145,519	107,097	0.9	73.6
50-25 Autoridade de Aviação Civil	42,430	44,150	37,467	0.3	84.9
50-26 Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	162,595	190,656	147,714	1.2	77.5
50-27 Comissariado Contra a Corrupção	108,432	118,884	101,775	0.7	85.6
50-28 Serviços de Saúde	2,117,106	2,136,001	2,121,370	13.2	99.3
50-29 Universidade de Macau	687,460	707,750	669,983	4.4	94.7
50-31 Instituto Politécnico de Macau	468,087	499,107	437,346	3.1	87.6
50-32 Fundo de Desenvolvimento Desportivo	374,700	559,619	437,022	3.4	78.1
50-33 Fundo de Cultura	234,340	240,072	139,038	1.5	57.9
50-34 Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	1,112	1,112	153	0.0	13.8
50-35 Conselho de Consumidores	19,750	19,833	17,390	0.1	87.7
50-36 Instituto de Formação Turística	110,000	115,911	105,526	0.7	91.0
50-37 Fundo Social da Administração Pública de Macau	22,161	21,414	18,535	0.1	86.6
50-38 Conselho do Ambiente	42,748	31,861	21,766	0.2	68.3
50-39 Obra Social do Corpo de Bombeiros	3,942	4,136	2,805	0.0	67.8
50-41 Comissariado da Auditoria	74,353	83,153	48,657	0.5	58.5
50-42 Gabinete do Procurador	207,230	212,034	181,293	1.3	85.5
50-43 Gabinete do Presidente do Tribunal da Última Instância	226,610	227,590	208,462	1.4	91.6
50-44 Assembleia Legislativa	58,000	67,137	64,419	0.4	96.0
50-45 Fundação Macau	1,315,000	2,240,460	1,443,880	13.8	64.4
50-46 Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	1,308,410	1,321,219	1,247,456	8.1	94.4
50-47 Obra Social dos Serviços de Alfândega	2,156	2,090	1,889	0.0	90.4
50-48 Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia	142,587	195,049	69,975	1.2	35.9
50-49 Obra Social da Capitania dos Portos	1,942	2,173	1,513	0.0	69.6
50-50 Fundo de desenvolvimento e apoio à pesca	40,050	43,651	3,076	0.3	7.0
50-51 Fundo de reparação predial	105,000	114,005	1,792	0.7	1.6
50-52 Fundo de desenvolvimento educativo	420,500	420,500	366,203	2.6	87.1
TOTAL	14,137,624	16,223,722	11,990,917	100.0	73.9

Quanto à evolução em relação ao período homólogo anterior, sintetizada através do Quadro 1.3.2-H, observa-se que em termos percentuais a maior variação se verificou na despesa efectuada pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, com um aumento na ordem dos 310,6%, resultado do dispêndio em 2008 de mais 391 196 milhares de patacas do que no ano anterior, atribuindo-se tal facto ao plano de apoio às pequenas e médias empresas, que no ano em apreço registou um aumento significativo em termos de número de pedidos de empréstimos deferidos - de 446 em 2007 para 1537 em 2008, processados através do Plano de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e planos de garantia de créditos, ascendendo a 324 091 milhares de patacas, é ainda de destacar que com a passagem do Tufão “Hagupit” foram também concedidos vários empréstimos para o apoio às empresas afectadas.

Entre os organismos autónomos que registaram uma variação negativa mais significativa ao nível de pagamentos, destacam-se o Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca, o Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo, o Fundo de Pensões e o Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação, respectivamente, com 76,5%, 73,5%, 66,2% e 60,2%, muito embora os mesmos não perfaçam juntos sequer 3% do total da despesa.

Quanto aos cinco organismos com maior peso orçamental evidenciado, os Serviços de Saúde (17,7%), a Fundação Macau (12,0), o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (10,4%), o Fundo de Segurança Social (9%) e o Instituto de Acção Social (7,8%), observa-se que relativamente ao período homólogo anterior a Fundação Macau, o Fundo de Segurança Social e o Instituto de Acção Social aumentaram significativamente a despesa, respectivamente em 307,9%, 65,1% e 40,4%.

Já no que diz respeito aos Serviços de Saúde e ao Instituto para os Assuntos Cívicos de Macau, ambas evidenciaram incrementos modestos, ainda que relevantes, respectivamente de 11,5% e 10,2%.

Em termos de execução orçamental, é de salientar o Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização que em relação ao período homólogo anterior registou um acréscimo de 63,0 pontos percentuais.

Quadro 1.3.2-H: Despesas por Classificação Orgânica – Evolução (Organismos autónomos)

(Unid: Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	2007			2008			VARIACÃO			
	VALOR	ESTR.	EXEC.	VALOR	ESTR.	EXEC.	VALOR	VALOR (%)	ESTR.	EXEC.
50-03 Fundo de Acção Social Escolar	118,493	1.3	55.4	153,079	1.3	79.6	34,586	29.2	0.0	24.2
Fundo para Bonificações do Crédito à										
50-04 Habitação	3,345	0.0	21.1	1,332	0.0	10.8	-2,013	-60.2	0.0	-10.3
Fundo de Desenv. Industrial e de										
50-05 Comercialização	125,962	1.4	23.1	517,158	4.3	86.2	391,196	310.6	2.9	63.0
50-06 Fundo de Turismo	381,323	4.2	73.7	469,259	3.9	77.5	87,936	23.1	-0.3	3.8
50-07 Instituto de Acção Social	662,479	7.3	76.9	929,871	7.8	84.6	267,392	40.4	0.5	7.7
50-10 Obra Social da Polícia Judiciária	968	0.0	38.7	1,930	0.0	56.8	962	99.3	0.0	18.1
Obra Social da Polícia de Segurança										
50-11 Pública	24,930	0.3	62.0	24,034	0.2	75.1	-896	-3.6	-0.1	13.1
50-15 Direcção dos Serviços de Correios	148,305	1.6	59.6	163,280	1.4	57.2	14,976	10.1	-0.3	-2.5
50-15 Caixa Económica Postal	35,492	0.4	59.5	42,463	0.4	53.4	6,971	19.6	0.0	-6.1
50-16 Cofre dos Assuntos de Justiça	109,364	1.2	70.8	94,263	0.8	79.8	-15,100	-13.8	-0.4	9.0
50-17 Imprensa Oficial	42,400	0.5	42.9	39,707	0.3	38.4	-2,693	-6.4	-0.1	-4.4
50-18 Fundo de Pensões	949,827	10.4	77.8	321,265	2.7	83.3	-628,562	-66.2	-7.7	5.5
50-20 Fundo de Segurança Social	650,131	7.1	35.6	1,073,539	9.0	38.9	423,408	65.1	1.8	3.3
Fundo do Estabelecimento Prisional de										
50-21 Macau	1,893	0.0	69.3	1,974	0.0	81.0	81	4.3	0.0	11.7
50-22 Autoridade Monetária de Macau	123,119	1.3	72.7	154,161	1.3	86.9	31,042	25.2	-0.1	14.2
50-23 Instituto de Habitação	84,536	0.9	85.4	107,097	0.9	73.6	22,561	26.7	0.0	-11.8
50-25 Autoridade de Aviação Civil	30,543	0.3	84.8	37,467	0.3	84.9	6,924	22.7	0.0	0.0
Instituto de Promoção do Comércio e do										
50-26 Investimento de Macau	116,702	1.3	79.9	147,714	1.2	77.5	31,012	26.6	0.0	-2.4
50-27 Comissariado Contra a Corrupção	82,626	0.9	81.1	101,775	0.8	85.6	19,149	23.2	-0.1	4.5
50-28 Serviços de Saúde	1,901,745	20.8	95.8	2,121,370	17.7	99.3	219,625	11.5	-3.2	3.5
50-29 Universidade de Macau	548,916	6.0	94.6	669,983	5.6	94.7	121,067	22.1	-0.4	0.0
50-31 Instituto Politécnico de Macau	390,437	4.3	93.5	437,346	3.6	87.6	46,909	12.0	-0.6	-5.9
50-32 Fundo de Desenvolvimento Desportivo	322,028	3.5	80.7	437,022	3.6	78.1	114,994	35.7	0.1	-2.6
50-33 Fundo de Cultura	128,495	1.4	63.1	139,038	1.2	57.9	10,543	8.2	-0.2	-5.2
50-34 Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	576	0.0	13.8	153	0.0	13.8	-424	-73.5	0.0	-0.1
50-35 Conselho de Consumidores	15,272	0.2	95.9	17,390	0.1	87.7	2,118	13.9	0.0	-8.2
50-36 Instituto de Formação Turística	92,551	1.0	93.1	105,526	0.9	91.0	12,974	14.0	-0.1	-2.0
Fundo Social da Administração Pública de										
50-37 Macau	15,740	0.2	81.8	18,535	0.2	86.6	2,795	17.8	0.0	4.8
50-38 Conselho do Ambiente	21,291	0.2	77.1	21,766	0.2	68.3	474	2.2	-0.1	-8.8
50-39 Obra Social do Corpo de Bombeiros	2,667	0.0	64.4	2,805	0.0	67.8	138	5.2	0.0	3.4
50-41 Comissariado da Auditoria	40,429	0.4	69.2	48,657	0.4	58.5	8,228	20.4	0.0	-10.7
50-42 Gabinete do Procurador	159,867	1.8	74.4	181,293	1.5	85.5	21,426	13.4	-0.2	11.1
Gab. do Presidente do Tribunal da Última										
50-43 Instância	191,782	2.1	89.5	208,462	1.7	91.6	16,680	8.7	-0.4	2.1
50-44 Assembleia Legislativa	53,843	0.6	98.3	64,419	0.5	96.0	10,576	19.6	-0.1	-2.4
50-45 Fundação Macau	353,970	3.9	27.7	1,443,880	12.0	64.4	1,089,910	307.9	8.2	36.7
Instituto para os Assuntos Cívicos e										
50-46 Municipais	1,131,855	12.4	93.1	1,247,456	10.4	94.4	115,601	10.2	-2.0	1.3
50-47 Obra Social dos Serviços de Alfândega	1,784	0.0	79.5	1,889	0.0	90.4	105	5.9	0.0	10.9
Fundo para o Desenv. das Ciências e da										
50-48 Tecnologia	43,490	0.5	35.4	69,975	0.6	35.9	26,485	60.9	0.1	0.4
50-49 Obra Social da Capitania dos Portos	1,419	0.0	69.6	1,513	0.0	69.6	93	6.6	0.0	0.0
50-50 Fundo de desenvolvimento e apoio à pesca	13,096	0.1	25.6	3,076	0.0	7.0	-10,020	-76.5	-0.1	-18.5
50-51 Fundo de reparação predial	572	0.0	0.5	1,792	0.0	1.6	1,220	213.2	0.0	1.0
50-52 Fundo de desenvolvimento educativo	0	0.0	0.0	366,203	3.1	87.1	366,203	-	3.1	87.1
TOTAL	9,124,265	100.0	67.8	11,990,917	100.0	73.9	2,866,652	31.4	-	6.1

1.3.2.5 Análise por entidade tutelar

Da leitura da coluna “Estrutura”, excluindo os capítulos especiais, comuns a toda a Administração e outros serviços, podemos aferir que a entidade tutelar do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura foi a mais dotada em termos orçamentais, com uma dotação de 9 109 584 milhares de patacas, perfazendo 22,6% do total orçamentado, registando o segundo valor mais alto de execução orçamental, de 90,9%.

Quadro 1.3.2-I: Despesas de 2008 por Tutelas

(Unid: Milhares de patacas)

TUTELAS	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO AUTORIZADA (B)	DESPESAS PAGAS (C)	ESTRUT. (%) (B) / Σ (B)	EXECUÇÃO % (C)/(B)
Tutela de Sua Ex. ^a o Chefe do Executivo	1,739,424	2,730,301	1,756,495	6.8	64.3
Tutela do Secretário p/a Administração e Justiça	2,275,259	2,343,881	2,009,715	5.8	85.7
Tutela do Secretário p/a Economia e Finanças	4,579,468	5,146,813	3,063,514	12.8	59.5
Tutela do Secretário p/a Segurança	2,495,367	3,165,881	2,899,392	7.8	91.6
Tutela do Secretário p/os Assuntos Sociais e Cultura	8,640,040	9,109,584	8,279,287	22.6	90.9
Tutela do Secretário p/os Transportes e Obras Públicas	1,324,515	1,535,547	986,417	3.8	64.2
Outros Serviços (*)	684,107	718,451	612,115	1.8	85.2
Despesas Comuns, e Pensões e Reformas	2,589,934	6,342,641	6,091,649	15.7	96.0
Contas de Ordem	8,667,282	9,264,166	9,263,799	23.0	100.0
TOTAL	32,995,398	40,357,264	34,962,383	100.0	86.6

(*) Inclui: Secretaria do Conselho Executivo, Conselho dos Magistrados Judiciais, Comissariado Contra a Corrupção, Comissariado da Auditoria, Gabinete do Procurador do Ministério Público, Gabinete do Presidente do TUI e Assembleia Legislativa.

À excepção da tutela anterior e da afecta ao Secretário para a Economia e Finanças, que envolveu cerca de 12,8%, todas as restantes entidades tutelares detiveram pesos relativos inferiores a dois dígitos.

Quadro 1.3.2-J: Despesas por Tutelas - Evolução

(Unid: Milhares de patacas)

TUTELAS	2007			2008			VARIAÇÃO			
	VALOR	ESTR.	EXEC.	VALOR	ESTR.	EXEC.	VALOR	VALOR (%)	ESTR.	EXEC.
Tutela de Sua Ex.ª o Chefe do Executivo	596,657	2.4	37.3	1,756,495	5.0	64.3	1,159,838	194.4	2.6	27.0
Tutela do Secretário p/a Administração e Justiça	1,732,216	7.1	88.3	2,009,715	5.7	85.7	277,499	16.0	-1.3	-2.6
Tutela do Secretário p/a Economia e Finanças	2,684,575	10.9	57.7	3,063,514	8.8	59.5	378,938	14.1	-2.2	1.8
Tutela do Secretário p/a Segurança	2,107,531	8.6	98.6	2,899,392	8.3	91.6	791,861	37.6	-0.3	-7.0
Tutela do Secretário p/os Assuntos Sociais e Cultura	6,787,125	27.7	90.1	8,279,287	23.7	90.9	1,492,162	22.0	-4.0	0.8
Tutela do Secretário p/os Transportes e Obras Públicas	791,621	3.2	71.4	986,417	2.8	64.2	194,796	24.6	-0.4	-7.2
Outros Serviços (*)	535,386	2.2	82.3	612,115	1.8	85.2	76,729	14.3	-0.4	2.9
Despesas Comuns, e Pensões e Reformas	2,454,975	10.0	83.9	6,091,649	17.4	96.0	3,636,674	148.1	7.4	12.1
Contas de Ordem	6,844,489	27.9	100.0	9,263,799	26.5	100.0	2,419,310	35.3	-1.4	0.0
TOTAL	24,534,576	100.0	83.4	34,962,383	100.0	86.6	10,427,807	42.5	-	3.2

(*) Inclui: Secretaria do Conselho Executivo, Conselho dos Magistrados Judiciais, Comissariado Contra a Corrupção, Comissariado da Auditoria, Gabinete do Procurador do Ministério Público, Gabinete do Presidente do TUI e Assembleia Legislativa.

Em relação ao período homólogo anterior, constata-se que as tutelas afectas a Sua Excelência o Chefe do Executivo e ao Secretário para a Segurança, registaram a maior variação na despesa, respectivamente de 194,4% e 37,6%.

Em relação à taxa de execução e com excepção das tutelas afectas ao Chefe do Executivo, ao Secretário para a Economia e Finanças e ao Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, que registaram aumentos respectivamente de 27%, 1,8% e 0,8% , as restantes três tutelas registaram uma diminuição na taxa de execução em 2008 em relação a 2007.

1.3.3 Análise por classificação funcional

Esta secção tem como base a classificação da despesa pública distribuída pelas diversas áreas da acção governativa. Através da classificação funcional demonstra-se a relação directa entre a despesa pública e as funções governativas, reflectindo a intervenção do Governo em cada uma das áreas.

Segundo esta classificação, a despesa pública desagrega-se basicamente em nove funções, designadamente: serviços gerais de administração pública; segurança pública; educação;

saúde; previdência social; habitação; outros serviços colectivos e sociais; serviços económicos; e outras funções.

Comparando, por área funcional, o valor autorizado com o inicialmente orçamentado, sobressaem os aumentos registados em três itens, a saber: segurança pública (mais 31,7%), outros serviços colectivos e sociais (mais 40,7%) e outras funções (mais 42,3%).

Em termos de execução orçamental, atingiu-se uma taxa global de 86,6%, sublinhando-se que as áreas segurança pública, educação, saúde, e outras funções, todas elas ultrapassaram os 93%.

Comparando com 2007, verificou-se que, excluindo a função previdência social que registou um ligeiro decréscimo de 2,7%, todas as restantes áreas funcionais sofreram acréscimos na despesa paga, de entre os quais foram mais evidentes os registados pelos outros serviços colectivos e sociais e outras funções, com 89,5% e 82,7%, respectivamente.

a) Serviços Gerais de Administração Pública

Esta área funcional desagrega-se em duas sub-funções, a “Administração geral” e “Justiça, ordem e segurança”. A primeira compreende as despesas com os órgãos de poder público, a administração financeira e a administração interna, enquanto a segunda abrange as despesas com a administração, regulamentação e investigação ligadas à ordem, tribunais, Polícia Judiciária e todo o sistema judiciário, estabelecimentos de correcção e recuperação, e serviços de registo e identificação.

O valor da despesa orçamentada para esta área funcional ascendeu a cerca de 5 311 975 milhares de patacas (mais 4,4% face ao inicial), tendo sido pagas cerca de 4 593 814 milhares de patacas, ao que corresponde uma execução de 86,5%.

Em termos globais, os serviços gerais de administração pública ocuparam 13,1% da despesa pública, onde 9% respeitam à área funcional “Administração geral”. Por outro lado, 4,1% foram ocupados pelas despesas com a subfunção “Justiça, ordem e segurança”.

A função em apreço registou um incremento de 16,4% face a 2007, ou seja mais

647 510 milhares de patacas, cabendo à subfunção “Justiça, ordem e segurança” o aumento mais significativo (25,3%), devido principalmente aos vários projectos no âmbito desta função desenvolvidos em 2008 pela Direcção dos Serviços de Identificação.

b) Segurança Pública

A despesa orçamentada desta área funcional situou-se em cerca de 2 524 189 milhares de patacas (mais 31,7% face ao inicial), tendo sido pagas cerca de 2 354 768 milhares de patacas, ao que corresponde uma execução de 93,3%. O respectivo peso na estrutura da despesa pública foi de 6,7%.

Comparando com o anterior período homólogo, a despesa com a segurança pública cresceu 39,2%, o que se justifica pelo facto das despesas com o pessoal dos Serviços de Alfândega da RAEM, dos Serviços de Polícia Unitários e dos Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau, ocuparem um peso relativo de mais de 90%, e, uma vez que em 2008, foram actualizados os vencimentos do pessoal das carreiras das forças de segurança, bem como reestruturados e alargados os respectivos quadros de pessoal, ao abrigo da Lei n.º 2/2008 e do Regulamento Administrativo n.º 8/2008, conduzindo, assim, ao visível aumento da despesa desta área funcional, em relação a 2007.

c) Educação

A despesa orçamentada desta área funcional situou-se em cerca de 3 925 674 milhares de patacas (mais 1,6% face à previsão inicial), tendo sido pagas cerca de 3 681 122 milhares de patacas, ao que corresponde uma execução de 93,8%. O respectivo peso na estrutura da despesa pública foi de 10,5%.

Comparando com o período anterior, as despesas na área da educação subiram 22%, ou seja 664 422 milhares de patacas, sobretudo devido ao visível aumento de 27,4% na subfunção “Ensino”. Para este aumento, relativamente significativo na despesas de 2008, contribuíram nomeadamente as despesas dos itens “Ensino oficial” e “Ensino particular”. Quanto aos principais motivos do aumento da despesa com o ensino oficial, apontam-se as subidas verificadas dos encargos ao nível do pessoal, do ensino e da investigação das várias instituições de ensino, designadamente das escolas oficiais, da Universidade de Macau, do Instituto Politécnico de Macau e do Instituto de Formação Turística; enquanto

que, no que respeita ao ensino particular, destacam-se os apoios financeiros suportados pelo orçamento privativo de 2008 do Fundo de Desenvolvimento Educativo, prestados por aquela instituição, sob a forma de subsídios a fundo perdido e de crédito bonificado, às instituições educativas sem fins lucrativos, às pessoas singulares ou colectivas, no âmbito do ensino não superior, ao abrigo do Despacho do Chefe do Executivo n.º 82/2008 (Regulamento da Concessão de Apoios Financeiros pelo Fundo de Desenvolvimento Educativo).

d) Saúde

A despesa orçamentada desta área funcional situou-se em cerca de 2 012 162 milhares de patacas (mais 0,7% face à previsão inicial), tendo sido pagas cerca de 1 997 537 milhares de patacas, ao que corresponde uma execução de 99,3%. As despesas aqui consideradas respeitam, principalmente, aos Serviços de Saúde, pelo que todas as despesas nesta área, grosso modo, encontram-se espelhadas no respectivo orçamento privativo. O seu peso na estrutura da despesa pública foi de 5,7%.

Comparando com o ano anterior, as despesas na área da saúde subiram 11,2%, ou seja 200 739 milhares de patacas.

e) Previdência Social

A despesa orçamentada desta área funcional situou-se em cerca de 5 396 151 milhares de patacas (mais 14,8% face à previsão inicial), sendo pagas cerca de 3 425 717 milhares de patacas, traduzindo-se assim numa taxa de execução comparativamente reduzida de 63,5%, o que, face aos dados disponíveis, é justificado, por um lado, pelo facto do Instituto de Acção Social ter previsto, para 2008, a entrada em funcionamento de equipamentos de serviço social, apoiados financeiramente numa base regular, cujo plano não foi possível seguir, bem como à existência de saldo em dotações orçamentais destinadas ao apoio de actividades de natureza específica e ocasional, e, ainda, devido à relativamente baixa taxa de execução global do orçamento privativo do Fundo de Segurança Social; também a despesa com o pagamento de pensões e reformas às classes inactivas apresentou uma reduzida taxa de execução. Em termos de peso na estrutura da despesa pública, a função “Previdência social” deteve 9,8% .

Comparando com o ano anterior, as despesas nesta área funcional desceram ligeiramente 2,7%, ou seja, cerca de menos de 95 425 milhares de patacas. Esta descida ficou a dever-se aos encargos relativos à mudança de regime de previdência, com cobertura legal na Lei n.º 8/2006, terem incidido com maior predominância no ano económico de 2007, o que levou a um significativo decréscimo das despesas desta rubrica, suportadas pelo Fundo de Pensões, no ano económico de 2008. Porém, dada a existência de um acréscimo em algumas despesas neste âmbito funcional, por efeito de compensação de contas, as despesas, levaram a um ligeiro decréscimo na totalidade das despesas deste capítulo. Em resposta ao aumento da inflação, e em harmonia com as linhas de acção governativa, em Maio de 2008 o Instituto de Acção Social distribuiu a verba adicional do subsídio para idosos, a todos os que preenchessem os requisitos para o efeito; quanto aos apoios financeiros ocasionais, relativos às ajudas de emergência prestadas a indivíduos ou famílias, a variação face a 2007 foi, também, bastante significativa, tendo triplicado. Por outro lado, em consequência do envelhecimento da população local, bem como ao abrigo do disposto no Regulamento Administrativo n.º 19/2008, sobre a possibilidade de solicitar a antecipação na atribuição do subsídio para idosos, e, simultaneamente, atendendo à actualização do subsídio para idosos, da pensão de invalidez e da pensão social determinada pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 93/2008, os montantes referentes ao subsídio para idosos e à pensão de invalidez, concedidos em 2008 pelo Fundo de Segurança Social, viram-se aumentados face a 2007.

f) Habitação

Nesta função compreendem-se as despesas relacionadas com a satisfação das necessidades colectivas na área da habitação. O peso desta função na estrutura da despesa total foi de 0,3%.

Em 2008, a despesa orçamentada desta área funcional situou-se em cerca de 281 286 milhares de patacas (mais 20,9% face à previsão inicial), tendo sido pagas cerca de 120 310 milhares de patacas, ao que corresponde uma execução de 42,8%. Com base nos elementos disponibilizados pelo Instituto de Habitação, relativamente ao “Plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social”, estabelecido pelo Regulamento Administrativo n.º 23/2008, o número de agregados cujo pedido mereceu aprovação ficou abaixo do inicialmente previsto, daí a reduzida taxa de execução verificada.

Comparando com o ano anterior, as despesas na área da habitação subiram 10%, ou seja cerca de 10 954 milhares de patacas, o que se deveu sobretudo à implementação do referido Plano.

g) Outros Serviços Colectivos e Sociais

A despesa orçamentada desta área funcional situou-se em cerca de 3 538 433 milhares de patacas (40,7% acima do inicialmente previsto), tendo sido pagas aproximadamente 2 406 287 milhares de patacas, ao que corresponde uma execução de 68%, entre estas, destaca-se a função “Comunicação Social” com uma taxa de execução comparativamente baixa, de 53,8%. O peso desta função na estrutura da despesa total foi de 6,9%.

Comparando com o período anterior, as despesas nesta área subiram 89,5%, ou seja 1 136 308 milhares de patacas, sobressaindo o aumento na subfunção “Cultura”, seguida das despesas vocacionadas para a subfunção “Desporto e recreio”, no âmbito da qual se destaca a remodelação e ampliação parciais de instalações desportivas que, além de serem utilizadas para diversas competições de nível internacional, proporcionam ainda, a toda a população, espaços adequados à prática desportiva, e, por outro lado, em 2008, constituíram ainda o palco de várias actividades de apoio à realização dos Jogos Olímpicos de Pequim.

h) Serviços Económicos

Nesta função inserem-se as despesas com os assuntos ligados ao desenvolvimento e à promoção da actividade económica, designadamente as das nove subfunções a seguir indicadas: administração, regulamentação e investigação; agricultura, silvicultura, pecuária e pesca; indústria; infra-estruturas; transportes; comunicações; comércio; turismo; e, ordenamento físico e ambiente.

A despesa autorizada desta área funcional situou-se em cerca de 3 084 709 milhares de patacas (mais 16,6% face à previsão inicial), tendo sido pagas cerca de 2 267 498 milhares de patacas, ao que corresponde uma execução de 73,5%. A taxa mais baixa, de 7%, pertence à subfunção “Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca”, justificada pelo facto de, em 2008, os pedidos de empréstimo apresentados junto do Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca terem sido inferiores ao previsto, pese

embora aquela subfunção representar somente 0,1% da despesa total, ou seja cerca de 3 076 milhares de patacas. Em termos globais, o peso desta função na estrutura da despesa pública foi de 6,5%.

Comparando com o ano anterior, as despesas nesta área funcional subiram 55,4%, ou seja aproximadamente mais 808 789 milhares de patacas. Em virtude do impacto causado localmente, em 2008, pelo tufão Hagupit, o Governo accionou imediatamente mecanismos de emergência, concedendo empréstimos a título gratuito, através do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, aos comerciantes afectados; ao mesmo tempo, no contexto do tsunami financeiro, sentido à escala mundial, o Governo aumentou ainda os apoios prestados às pequenas e médias empresas, enquanto que os pedidos de apoio financeiro apresentados por indivíduos, organismos e organizações sem fins lucrativos também registaram um forte aumento face a anteriores períodos. Por outro lado, devido à criação, em Maio de 2008, da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, deste modo assistiu-se a um incremento mais significativo da despesa na subfunção “Transportes”.

i) Outras Funções

Esta área desdobra-se em três subfunções: “Operações da dívida pública”, “Transferências do sector público” e “Diversas, não especificadas”. Quanto às operações da dívida pública, não foi registada qualquer despesas quer em 2007, quer 2008.

A despesa orçamentada autorizada desta área funcional situou-se em cerca de 14 282 685 milhares de patacas (mais 42,3% face ao inicial), tendo sido pagas cerca de 14 115 329 milhares de patacas, ao que corresponde uma execução de 98,8%.

O peso desta função na estrutura da despesa pública foi de 40,4%, dentro do qual se destacam os 27,2% da subfunção “Transferências do sector público”, cujo valor reflecte essencialmente as consignações, participações e transferências orçamentais atribuídas pelo Governo aos organismos autónomos, bem como as transferências inter-serviços públicos. Quanto ao item “Diversas, não especificadas” o seu peso, na despesa total, foi de 13,2%, abrangendo-se aqui, por exemplo, as importâncias relativas ao Plano de Participação Pecuniária de 2008, ou ainda os apoios concedidos pelo impacto do forte terramoto de Sichuan e das tempestades de neve ocorridos no Interior da China no mesmo ano.

Comparando com o ano anterior, as despesas nesta área funcional elevaram-se em 82,7%, ou seja aproximadamente mais 6 390 832 milhares de patacas, destacando-se o acréscimo mais visível registado na subfunção “Diversas, não especificadas” (3 811 735 milhares de patacas), causado sobretudo pelas avultadas e ocasionais despesas atrás referidas.

Quadro 1.3.3-A: Despesa por classificação funcional – Previsão e execução

(Unid: Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO AUTORIZADA	VAR. %	DESPESAS PAGAS	ESTRUT. %	EXE. %
SERV. GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO						
1-00 PÚBLICA	5,086,094	5,311,975	4.4	4,593,814	13.1	86.5
Administração geral	3,506,487	3,612,225	3.0	3,154,259	9.0	87.3
Justiça, ordem, segurança	1,579,607	1,699,750	7.6	1,439,554	4.1	84.7
2-00 SEGURANÇA PÚBLICA	1,916,381	2,524,189	31.7	2,354,768	6.7	93.3
Comando	1,916,381	2,524,189	31.7	2,354,768	6.7	93.3
Polícia	-	-	-	-	-	-
Bombeiros	-	-	-	-	-	-
Protecção civil	-	-	-	-	-	-
3-00 EDUCAÇÃO	3,863,846	3,925,674	1.6	3,681,122	10.5	93.8
Administração, regulamentação e investigação	305,478	304,614	-0.3	290,392	0.8	95.3
Ensino	3,366,704	3,425,997	1.8	3,229,503	9.2	94.3
Formação profissional	191,664	195,064	1.8	161,226	0.5	82.7
4-00 SAÚDE	1,998,727	2,012,162	0.7	1,997,537	5.7	99.3
Administração, regulamentação e investigação	1,554,757	1,575,393	1.3	1,564,642	4.5	99.3
Medicina	230,000	216,950	-5.7	216,293	0.6	99.7
Higiene e saúde pública	213,970	219,819	2.7	216,602	0.6	98.5
5-00 PREVIDÊNCIA SOCIAL	4,700,617	5,396,151	14.8	3,425,717	9.8	63.5
Administração e regulamentação	289,560	264,201	-8.8	176,406	0.5	66.8
Acção social	4,404,489	5,125,382	16.4	3,246,636	9.3	63.3
Pensões e reformas	6,568	6,568	0.0	2,675	0.0	40.7
6-00 HABITAÇÃO	232,607	281,286	20.9	120,310	0.3	42.8
Administração e regulamentação	232,607	281,286	20.9	120,310	0.3	42.8
Habitação social	-	-	-	-	-	-
OUTROS SERVIÇOS COLECTIVOS E SOCIAIS						
7-00 SOCIAIS	2,515,084	3,538,433	40.7	2,406,287	6.9	68.0
Cultura	1,574,323	2,404,612	52.7	1,546,234	4.4	64.3
Desporto e recreio	487,430	672,349	37.9	520,510	1.5	77.4
Cultos	-	-	-	-	-	-
Meteorologia e Geofísica	47,446	49,715	4.8	47,741	0.1	96.0
Cartografia	49,341	49,341	0.0	41,298	0.1	83.7
Comunicação Social	179,340	185,411	3.4	99,660	0.3	53.8
Assuntos de Trabalho	177,205	177,005	-0.1	150,843	0.4	85.2
Ordenamento físico	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas básicas	-	-	-	-	-	-
Habitação	-	-	-	-	-	-
8-00 SERVIÇOS ECONÓMICOS	2,646,578	3,084,709	16.6	2,267,498	6.5	73.5
Administração, regulamentação e investigação	1,413,178	1,515,959	7.3	1,135,449	3.2	74.9
Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca	40,050	43,651	9.0	3,076	0.0	7.0
Indústria	10,245	10,544	2.9	8,518	0.0	80.8
Infraestruturas	-	59,585	100.0	59,585	0.2	100.0
Transportes	75,579	212,997	181.8	148,384	0.4	69.7
Comunicações	305,502	304,268	-0.4	173,612	0.5	57.1
Comércio	177,480	205,053	15.5	159,953	0.5	78.0
Turismo	584,437	701,711	20.1	558,297	1.6	79.6
Ordenamento físico/ambiente	40,108	30,940	-22.9	20,626	0.1	66.7
9-00 OUTRAS FUNÇÕES	10,035,464	14,282,685	42.3	14,115,329	40.4	98.8
Operações da dívida pública	-	-	-	-	-	-
Transferências sector público	8,845,682	9,544,158	7.9	9,506,513	27.2	99.6
Diversas, não especificadas	1,189,782	4,738,528	298.3	4,608,816	13.2	97.3
DESPESAS TOTAIS	32,995,398	40,357,264		34,962,383	100.0	86.6

Nota: Não foi considerado o PIDDA .

(a) Não foram considerados os montantes da rubrica "provisão p/acum. de saldo de execução orçamental", nas colunas da "previsão inicial" e "previsão autorizada", respectivamente.

Quadro 1.3.3-B: Despesa por classificação funcional - Variação

(Unid: Milhares de
patacas)

DESIGNAÇÃO	2007		2008		VARIAÇÃO	
	VALOR	ESTRUT. %	VALOR	ESTRUT. %	VALOR ABS.	%
1-00 SERV. GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3,946,304	16.1	4,593,814	13.1	647,510	16.4
Administração geral	2,797,121	11.4	3,154,259	9.0	357,138	12.8
Justiça, ordem, segurança	1,149,183	4.7	1,439,554	4.1	290,371	25.3
2-00 SEGURANÇA PÚBLICA	1,691,091	6.9	2,354,768	6.7	663,678	39.2
Comando	1,691,091	6.9	2,354,768	6.7	663,678	39.2
Polícia	-	-	-	-	-	-
Bombeiros	-	-	-	-	-	-
Protecção civil	-	-	-	-	-	-
3-00 EDUCAÇÃO	3,016,700	12.3	3,681,122	10.5	664,422	22.0
Administração, regulamentação e investigação	337,674	1.4	290,392	0.8	-47,281	-14.0
Ensino	2,534,481	10.3	3,229,503	9.2	695,022	27.4
Formação profissional	144,545	0.6	161,226	0.5	16,681	11.5
4-00 SAÚDE	1,796,797	7.3	1,997,537	5.7	200,739	11.2
Administração, regulamentação e investigação	1,209,520	4.9	1,564,642	4.5	355,121	29.4
Medicina	394,070	1.6	216,293	0.6	-177,777	-45.1
Higiene e saúde pública	193,207	0.8	216,602	0.6	23,395	12.1
5-00 PREVIDÊNCIA SOCIAL	3,521,142	14.4	3,425,717	9.8	-95,425	-2.7
Administração e regulamentação	152,411	0.6	176,406	0.5	23,996	15.7
Acção social	3,365,754	13.7	3,246,636	9.3	-119,118	-3.5
Pensões e reformas	2,978	0.0	2,675	0.0	-303	-10.2
6-00 HABITAÇÃO	109,356	0.4	120,310	0.3	10,954	10.0
Administração e regulamentação	109,356	0.4	120,310	0.3	10,954	10.0
Habitação social	-	-	-	-	-	-
7-00 OUTROS SERVIÇOS COLECTIVOS E SOCIAIS	1,269,979	5.2	2,406,287	6.9	1,136,308	89.5
Cultura	575,533	2.3	1,546,234	4.4	970,701	168.7
Desporto e recreio	382,571	1.6	520,510	1.5	137,940	36.1
Cultos	-	-	-	-	-	-
Meteorologia e Geofísica	43,437	0.2	47,741	0.1	4,304	9.9
Cartografia	36,500	0.1	41,298	0.1	4,798	13.1
Comunicação Social	95,649	0.4	99,660	0.3	4,011	4.2
Assuntos de Trabalho	136,288	0.6	150,843	0.4	14,554	10.7
Ordenamento físico	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas básicas	-	-	-	-	-	-
Habitação	-	-	-	-	-	-
8-00 SERVIÇOS ECONÓMICOS	1,458,710	5.9	2,267,498	6.5	808,789	55.4
Administração, regulamentação e investigação	632,994	2.6	1,135,449	3.2	502,455	79.4
Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca	13,096	0.1	3,076	0.0	-10,020	-76.5
Indústria	16,209	0.1	8,518	0.0	-7,691	-47.5
Infraestruturas	-	-	59,585	0.2	59,585	100.0
Transportes	41,925	0.2	148,384	0.4	106,459	253.9
Comunicações	158,889	0.6	173,612	0.5	14,723	9.3
Comércio	127,758	0.5	159,953	0.5	32,195	25.2
Turismo	447,702	1.8	558,297	1.6	110,595	24.7
Ordenamento físico/ambiente	20,137	0.1	20,626	0.1	489	2.4
9-00 OUTRAS FUNÇÕES	7,724,497	31.5	14,115,329	40.4	6,390,832	82.7
Operações da dívida pública	-	-	-	-	-	-
Transferências sector público	6,927,416	28.2	9,506,513	27.2	2,579,097	37.2
Diversas, não especificadas	797,081	3.2	4,608,816	13.2	3,811,735	478.2
DESPESAS TOTAIS	24,534,576	100.0	34,962,383	100.0	10,427,807	42.5

Nota: Não foi considerado o PIDDA.

1.4 PIDDA

1.4.1 Introdução

No ano económico de 2008, a dotação orçamental do Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA) foi de 8,38 mil milhões de patacas, distribuída por 207 projectos, num total de 391 acções.

A previsão autorizada ascendeu a 7 195 261 milhares de patacas *, sendo o número final dos projectos e acções de, respectivamente, 250 e 488.

A previsão autorizada (no Quadro designada por “Dotação corrigida”) da área da Secretaria para os Transportes e Obras Públicas foi a que revelou o maior peso estrutural, de 78% do total, distribuindo-se, na maior parte, pela Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e pelo Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas, tutelados pela mesma Secretaria.

No que diz respeito à previsão autorizada afecta à área da Secretaria para a Economia e Finanças, constatou-se ter a mesma quintuplicado em relação à inicial, justificando-se o aumento na aquisição de 15 construções de “património cultural a preservar” situadas na zona do Tap Seac.

Os encargos com o PIDDA, assumidos em 2008 por Despacho do Chefe do Executivo, ascenderam a mais de 3 190 720 milhares de patacas, distribuídos entre os anos de 2008 e 2013.

Comparando com os dois anos transactos, em 2008 tanto os valores da despesa como os da taxa de execução foram inferiores. O investimento total, em 2008, cifrou-se em 2 972 057 milhares de patacas, com uma taxa de execução apenas de 41,3%, o que se deveu ao facto de alguns projectos de grande escala não foram concluídos segundo o plano em apreço.

* Para que se possa refletir melhor a execução efectiva, no momento desta análise, foi deduzida na previsão autorizada no final de 2008 uma importância de mais de 1 330 273 milhares de patacas movimentada do PIDDA para o orçamento de funcionamento.

Unid: Milhares de patacas

Tutela	Dotação Orçamentada a	Dotação Corrigida b	Var. (b-a)/a	Peso b/Σ b	Pagamentos d	Cativos	Saldo b-d	Exec. d/b
C.E.	18,198	16,198	-10.99%	0.23%	6,859	1,972	9,340	42.34%
S.A.J.	303,351	311,501	2.69%	4.33%	178,593	73,567	132,908	57.33%
S.E.F.	41,989	221,489	427.49%	3.08%	194,136	2,433	27,353	87.65%
S.S.	768,719	266,054	-65.39%	3.70%	109,951	8,698	156,103	41.33%
S.A.S.C.	666,482	574,707	-13.77%	7.99%	215,199	94,900	359,508	37.45%
S.O.P.T.	6,471,261	5,609,447	-13.32%	77.96%	2,267,320	1,335,438	3,342,128	40.42%
Subtotal	8,270,000	6,999,397	-15.36%	97.28%	2,972,057	1,517,007	4,027,339	42.46%
Dotação Concorrencial	45,000	86,850	93.00%	1.21%	-	-	86,850	-
Dotação provisional	65,000	109,014	67.71%	1.52%	-	-	109,014	-
Subtotal	110,000	195,864	78.06%	2.72%	-	-	195,864	-
Total	8,380,000	7,195,261	-14.14%	100.00%	2,972,057	1,517,007	4,223,204	41.31%

Unid: Milhares de patacas

Tutela	Dotação Corrigida			Pagamentos			Exec.		
	2006 a	2007 b	2008 c	2006 d	2007 e	2008 f	2006 d/a	2007 e/b	2008 f/c
C.E.	15,990	15,783	16,198	5,405	12,420	6,859	33.80%	78.69%	42.34%
S.A.J.	146,541	159,500	311,501	64,176	81,236	178,593	43.79%	50.93%	57.33%
S.E.F.	35,318	38,434	221,489	26,772	19,949	194,136	75.80%	51.90%	87.65%
S.S.	284,173	342,946	266,054	264,409	222,414	109,951	93.05%	64.85%	41.33%
S.A.S.C.	568,127	475,657	574,707	424,890	272,862	215,199	74.79%	57.37%	37.44%
S.O.P.T.	5,300,523	6,142,708	5,609,447	3,563,834	2,837,072	2,267,320	67.24%	46.19%	40.42%
Subtotal	6,350,672	7,175,028	6,999,397	4,349,487	3,445,952	2,972,057	68.49%	48.03%	42.46%
Dotação Concorrencial	15,183	96,886	86,850	-	-	-	-	-	-
Dotação provisional	27,142	70,807	109,014	-	-	-	-	-	-
Subtotal	42,325	167,693	195,864	-	-	-	-	-	-
Total	6,392,997	7,342,721	7,195,261	4,349,487	3,445,952	2,972,057	68.04%	46.93%	41.31%

1.4.2 Análise por entidade proponente

No exercício de 2008, constatou-se que 39 serviços foram contemplados com dotações do PIDDA, de entre as quais, as corrigidas da “*Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes*” e do “*Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas*” (sob dependência da Secretaria para os Transportes e Obras Públicas) ocuparam respectivamente 15,2% e 60,3%, com mais de 75% da dotação total do PIDDA. Os serviços com dotações corrigidas que atingiram mais de 100 milhões de patacas, foram os seguintes : “*Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais*” , “*Direcção dos Serviços de Finanças*”, “*Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau*”, “*Direcção dos Serviços de Turismo*” e “*Serviços de Saúde*”.

Por sua vez, os serviços que tinham previsão autorizada no valor de mais de 50% face ao da previsão inicial foram: a “*Direcção dos Serviços de Finanças*” , o “*Instituto*

Politécnico de Macau” e a “*Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego*”. O reforço realizado pela Direcção dos Serviços de Finanças destinou-se à aquisição de 15 fracções imobiliárias situadas na zona do Tap Seac. Na elaboração do Orçamento para o ano de 2008, não foi inscrita qualquer verba pelo “*Instituto Politécnico de Macau*”, a respectiva verba reforçada visou o pagamento do Rel. de Est. Demanda Rec. Hum de MICE. Como a “*Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego*” foi criada somente em meados de 2008, não se registou uma dotação inicial.

Os serviços que tinham dotação corrigida no valor de menos de 50 % face ao da previsão autorizada foram: o “*Estabelecimento Prisional de Macau*”, o “*Gabinete de Apoio ao Ensino Superior*” e o “*Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura*”, o que se deveu à não iniciação de alguns projectos e à movimentação das verbas desses projectos para outros projectos necessitados .

Em termos de execução, após correcção, verificou-se que nove serviços atingiram uma taxa de execução de mais de 70%, a saber: “*Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública*”, “*Direcção dos Serviços de Identificação*”, “*Direcção dos Serviços de Finanças*”, “*Conselho de Consumidores*”, “*Gabinete do Secretário para a Segurança*”, “*Instituto do Desporto*”, “*Instituto Politécnico de Macau*”, “*Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro*” e “*Instituto de Habitação*”. Os serviços que evidenciaram uma taxa nula, foram o “*Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional*” e o “*Gabinete de Apoio ao Ensino Superior*” que obtiveram apenas 0,01% da dotação total. Com uma reduzida taxa de execução no Sector Público Administrativo seguem-se o “*Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças*” e a “*Direcção dos Serviços de Turismo*”, a dotação de ambos os serviços representou apenas cerca de 2,1% do total.

Verificando-se a inscrição de um saldo de 728 765 milhares de patacas e outro de cerca de 2 537 384 milhares de patacas, respectivamente nas contas da “*Direcção dos Serviços de Solos Obras Públicas e Transportes*” e do “*Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas*”, que tiveram a maioria da dotação total, ou seja, respectivamente com uma taxa de execução de 33,4% e 41,5%.

Entidade Proponente	Dotação Orçamentada a	Dotação Corrigida b	Var. (b-a)/a	Peso b/ Σ b	Pagamento d	Saldo b-d	Excu. d/b
Tutela do C.E.	18,198	16,198	-10.99%	0.23%	6,859	9,340	42.34%
G.C.EX	13,350	13,350	0.00%	0.19%	5,413	7,937	40.55%
D.R.A.E.M. (Pequim)	4,848	2,848	-41.25%	0.04%	1,445	1,403	50.74%
Tutela do S.A.J.	303,351	311,501	2.69%	4.33%	178,593	132,908	57.33%
D.S.A.F.P.	30,960	30,960	0.00%	0.43%	21,951	9,009	70.90%
D.S.I.	90,180	98,330	9.04%	1.37%	98,025	305	99.69%
G.A.D.I.	600	600	0.00%	0.01%	-	600	0.00%
I.A.C.M.	181,611	181,611	0.00%	2.52%	58,617	122,994	32.28%
Tutela do S.E.F.	41,989	221,489	427.49%	3.08%	194,136	27,353	87.65%
D.S.E.C.	1,000	1,000	0.00%	0.01%	396	604	39.64%
D.S.F.	17,145	196,645	1046.95%	2.73%	184,964	11,680	94.06%
D.S.E.	4,410	4,410	0.00%	0.06%	1,417	2,993	32.13%
D.S.A.L	12,109	12,109	0.00%	0.17%	5,235	6,875	43.23%
G.S.E.F.	4,850	4,850	0.00%	0.07%	108	4,742	2.22%
C.C.	2,475	2,475	0.00%	0.03%	2,016	459	81.46%
Tutela do S.S.	768,719	266,054	-65.39%	3.70%	109,951	156,103	41.33%
E.P.M.	521,562	18,897	-96.38%	0.26%	6,196	12,701	32.79%
S.A.	29,718	29,718	0.00%	0.41%	18,479	11,239	62.18%
S.P.U.	1,200	1,200	0.00%	0.02%	670	530	55.84%
D.S.F.S.M.	133,254	133,254	0.00%	1.85%	46,318	86,936	34.76%
P.J.	82,485	82,485	0.00%	1.15%	37,846	44,639	45.88%
G.S.S.	500	500	0.00%	0.01%	442	59	88.30%
Tutela do S.A.S.C.	666,482	574,707	-13.77%	7.99%	215,199	359,508	37.45%
D.S.E.J.	61,380	65,797	7.20%	0.91%	36,595	29,202	55.62%
G.A.E.S.	8,640	100	-98.84%	0.00%	-	100	0.00%
D.S.T.	144,098	144,098	0.00%	2.00%	5,534	138,564	3.84%
I.D.	54,095	54,095	0.00%	0.75%	45,340	8,755	83.82%
I.C.	60,417	60,417	0.00%	0.84%	29,818	30,599	49.35%
I.A.S.	25,920	25,920	0.00%	0.36%	8,163	17,757	31.49%
S.S.	186,226	120,575	-35.25%	1.68%	52,691	67,884	43.70%
U.M.	80,923	80,923	0.00%	1.12%	25,821	55,102	31.91%
LP.M.	-	208	100.00%	0.00%	208	-	100.00%
G.S.A.S.C.	25,000	2,792	-88.83%	0.04%	803	1,989	28.76%
I.F.T.	19,782	19,782	0.00%	0.27%	10,225	9,557	51.69%
Tutela do S.O.P.T.	6,471,261	5,609,447	-13.32%	77.96%	2,267,320	3,342,128	40.42%
D.S.R.T.	11,520	11,520	0.00%	0.16%	7,295	4,225	63.33%
D.S.A.T.	-	39,200	100.00%	0.54%	5,249	33,951	13.39%
D.S.M.G.	12,285	12,285	0.00%	0.17%	7,050	5,235	57.38%
C.P.	69,542	90,575	30.25%	1.26%	61,929	28,646	68.37%
D.S.C.C.	2,880	2,880	0.00%	0.04%	2,813	67	97.69%
D.S.S.O.P.T.	1,381,806	1,094,509	-20.79%	15.21%	365,745	728,765	33.42%
I.H.	16,147	16,674	3.27%	0.23%	15,553	1,121	93.28%
A.A.C.M.	2,655	2,655	0.00%	0.04%	761	1,894	28.67%
G.S.O.P.T	4,972,536	4,337,259	-12.78%	60.28%	1,799,876	2,537,384	41.50%
C.A.	1,890	1,890	0.00%	0.03%	1,049	841	55.50%
Subtotal	8,270,000	6,999,397	-15.36%	97.28%	2,972,057	4,027,339	42.46%
Dotação Concorrencial	45,000	86,850	93.00%	1.21%	-	86,850	-
Dotação Provisional	65,000	109,014	67.71%	1.52%	-	109,014	-
Subtotal	110,000	195,864	78.06%	2.72%	-	195,864	-
Total	8,380,000	7,195,261	-14.14%	100.00%	2,972,057	4,223,204	41.31%

Unid: Milhares de patacas

Entidade Proponente	Dotação Corrigida			Pagamento			Exec.		
	2006 a	2007 b	2008 c	2006 d	2007 e	2008 f	2006 d/a	2007 e/b	2008 f/c
Tutela do C.E.	15,990	15,783	16,198	5,405	12,420	6,859	33.81%	78.69%	42.34%
G.S.C.	940	-	-	743	-	-	79.00%	0.00%	0.00%
G.C.EX	13,550	13,550	13,350	3,315	10,317	5,413	24.47%	76.14%	40.55%
D.E.C.M.U.E.	1,500	1,650	-	1,347	1,523	-	89.83%	92.27%	0.00%
D.R.A.E.M. (Pequim)	-	583	2,848	-	580	1,445	0.00%	99.50%	50.74%
Tutela do S.A.J.	146,541	159,500	311,501	64,176	81,236	178,593	43.79%	50.93%	57.33%
D.S.A.F.P.	8,568	20,000	30,960	7,968	7,735	21,951	92.99%	38.68%	70.90%
D.S.I	36,504	39,000	98,330	23,955	27,288	98,025	65.62%	69.97%	99.69%
G.A.D.I.	1,055	350	600	926	269	-	87.78%	76.85%	0.00%
G.S.A.J.	150	150	-	81	138	-	54.25%	91.87%	0.00%
I.A.C.M.	100,264	100,000	181,611	31,246	45,806	58,617	31.16%	45.81%	32.28%
Tutela do S.E.F.	35,318	38,434	221,489	26,772	19,949	194,136	75.80%	51.90%	87.65%
D.S.E.C.	8,640	1,000	1,000	8,001	280	396	92.61%	28.03%	39.64%
D.S.F.	6,971	13,629	196,645	3,491	8,280	184,964	50.08%	60.76%	94.06%
D.S.E.	5,094	10,001	4,410	4,956	3,588	1,417	97.30%	35.88%	32.13%
D.S.A.I.	6,682	10,000	12,109	4,712	5,242	5,235	70.52%	52.42%	43.23%
F.P.	2,200	-	-	896	-	-	40.75%	0.00%	0.00%
I.P.I.M.	1,445	-	-	1,308	-	-	90.54%	0.00%	0.00%
G.S.E.F.	1,100	1,150	4,850	240	-	108	21.82%	0.00%	2.22%
C.C.	3,186	2,655	2,475	3,166	2,558	2,016	99.38%	96.37%	81.46%
Tutela do S.S.	284,173	342,946	266,054	264,409	222,414	109,951	93.04%	64.85%	41.33%
E.P.M.	21,092	72,409	18,897	10,769	12,288	6,196	51.06%	16.97%	32.79%
S.A.	13,507	40,000	29,718	7,563	17,001	18,479	55.99%	42.50%	62.18%
S.P.U.	971	800	1,200	611	799	670	62.92%	99.85%	55.84%
D.S.F.S.M.	123,030	95,000	133,254	120,260	83,722	46,318	97.75%	88.13%	34.76%
P.J.	125,173	134,337	82,485	124,812	108,240	37,846	99.71%	80.57%	45.88%
G.S.S.	400	400	500	394	364	442	98.54%	91.12%	88.30%
Tutela do S.A.S.C.	568,127	475,657	574,707	424,890	272,862	215,199	74.79%	57.37%	37.45%
D.S.E.J.	66,359	43,493	65,797	58,818	31,646	36,595	88.64%	72.76%	55.62%
G.A.E.S.	520	500	100	146	-	-	28.03%	0.00%	0.00%
D.S.T.	70,108	100,000	144,098	53,236	16,414	5,534	75.93%	16.41%	3.84%
I.D.	86,615	66,000	54,095	49,174	63,054	45,340	56.77%	95.54%	83.82%
I.C.	47,943	44,000	60,417	42,362	37,506	29,818	88.36%	85.24%	49.35%
I.A.S.	47,743	35,960	25,920	42,143	9,572	8,163	88.27%	26.62%	31.49%
S.S.	113,141	100,000	120,575	73,383	64,021	52,691	64.86%	64.02%	43.70%
U.M.	65,283	55,872	80,923	39,485	39,423	25,821	60.48%	70.56%	31.91%
I.P.M.	6,375	2,550	208	3,825	2,550	208	60.00%	100.00%	100.00%
G.S.A.S.C.	60,067	18,281	2,792	58,395	-	803	97.22%	0.00%	28.76%
I.F.T.	3,973	9,000	19,782	3,923	8,676	10,225	98.75%	96.40%	51.69%
Tutela do S.O.P.T.	5,300,523	6,142,708	5,609,447	3,563,834	2,837,072	2,267,320	67.24%	46.19%	40.42%
D.S.R.T.	16,751	8,500	11,520	13,318	7,402	7,295	79.50%	87.08%	63.33%
D.S.A.T.	-	-	39,200	-	-	5,249	0.00%	0.00%	13.39%
D.S.M.G.	3,617	4,500	12,285	1,962	3,871	7,050	54.25%	86.02%	57.38%
C.P.	38,094	70,721	90,575	32,711	59,370	61,929	85.87%	83.95%	68.37%
D.S.C.C.	950	850	2,880	931	847	2,813	98.00%	99.67%	97.69%
D.S.S.O.P.T.	1,343,302	1,140,403	1,094,509	1,027,472	607,226	365,745	76.49%	53.25%	33.42%
I.H.	14,907	13,000	16,674	12,887	12,688	15,553	86.45%	97.60%	93.28%
A.A.C.M	-	-	2,655	-	-	761	0.00%	0.00%	28.67%
G.S.O.P.T	3,877,483	4,901,185	4,337,259	2,470,134	2,144,154	1,799,876	63.70%	43.75%	41.50%
C.A.	5,418	3,550	1,890	4,419	1,514	1,049	81.56%	42.65%	55.50%
Subtotal	6,350,672	7,175,028	6,999,397	4,349,487	3,445,952	2,972,057	68.49%	48.03%	42.46%
Dotação Concorrencial	15,183	96,886	86,850	-	-	-	-	-	-
Dotação Provisional	27,142	70,807	109,014	-	-	-	-	-	-
Subtotal	42,325	167,693	195,864	-	-	-	-	-	-
Total	6,392,997	7,342,721	7,195,261	4,349,487	3,445,952	2,972,057	68.04%	46.93%	41.31%

1.4.3 Análise por projectos

No PIDDA de 2008, registaram-se 250 projectos de investimento, de entre os quais 20 com dotação igual ou superior a 100 milhões de patacas, ocupando um peso estrutural de 68,5% do total, enquanto que o número dos projectos com dotação corrigida no valor igual ou superior a 100 milhões de patacas se fixou em 17, a que correspondeu um peso estrutural de 62,6% na dotação total corrigida.

Dos projectos acima referidos, os com maior peso estrutural, destacam-se os seguintes: *“Novo Terminal Marítimo da Taipa”*, *“Bairro Social na Ilha Verde”* e *“Central de Incineração”*, respectivamente com 8,3%, 7,6% e 8,2%, perfazendo 24,1% da dotação total.

Os que tinham dotação corrigida no valor de mais de 50% face à da dotação inicial (no Quadro designada por “Dotação orçamentada”) tiveram um reforço de dotação superior a 50% foram: *“Centro de Ciências”*, *“Aterros e Infra-estruturas Taipa-Coloane”*, *“Aquisição de Edifícios”* e *“Habitação Económica no Lote TN27 da Taipa”*. O reforço efectuado no *“Centro de Ciências”* deveu-se à cobertura do pagamento de despesas com obras cuja liquidação não foi possível efectuar em 2007, pelo que o pagamento transitou para 2008; por outro lado, foi necessário suportar as despesas com as obras do Auto-silo do Centro de Ciências e da praça do Centro de Ciências. O reforço de *“Aterros e Infra-estruturas Taipa-Coloane”* visou o pagamento das despesas com as obras das Avenidas de VU4.2, VU5.1 e VU5.2. Além disso, as *“Aquisição de Edifícios”* e *“Habitação Económica no Lote TN27 da Taipa”* foram os novos itens criados em 2008, pelo que se necessitou de proceder ao respectivo reforço.

No âmbito dos projectos com uma taxa de execução de 70% após a correcção orçamental, destacam-se o *“Novo Estabelecimento Prisional”*, o *“Edifício Direcção Serviços Assuntos Tráfego”*, a *“Remoção Automática de Resíduos Sólidos”*, a *“Aquisição de Edifícios”* e a *“Habitação Económica no Lote TN27 da Taipa”*, os quais ocuparam um peso de 12,8% do total. No que respeita àqueles que tiveram uma taxa de execução nula, salientam-se os itens : *“Novas Instalações da DST”*, *“Ampliação e Reconstrução DSS Edifícios-1ª Fase”* e *“Túnel Submarino”*, representaram apenas um peso estrutural de 2,1%.

Nos projectos com uma taxa reduzida de execução, estão compreendidos o “Novo

Edifício dos Serviços Alfândega na Taipa”, o “Sistema Transportes Colectivos Urbanos” e os “Aterros e Infra-estruturas Taipa-Coloane”, esses três projectos ocuparam um peso de aproximadamente 4,93%.

Dotação Corrigida Superior ou Igual a MOP\$ 100 000 milhares de patacas

(Unid. Milhares de patacas)									
Cap. Org.	N.º Proj.	Projecto	Dotação Orçamentada a	Dotação Corrigida b	Var. (b-a)/a	Peso. b/Σb	Pagamentos c	Saldo b-c	Exeu. c/b
40-20 40-35	2007-0019	Novo Estabelecimento Prisional	502,706	540	-99.89%	0.01%	540	0	100.00%
40-23 40-27	2007-0027	Novas Instalações da DST	129,148	129,148	0.00%	1.79%	0	129,148	0.00%
40-35 40-87	2007-0029	Novo Terminal Marítimo da Taipa	1,024,375	595,582	-41.86%	8.28%	146,918	448,664	24.67%
40-35	2007-0053	Edifício Direcção Serviços Assuntos Tráfego	130,854	164,863	25.99%	2.29%	117,420	47,443	71.22%
40-87	2007-0063	Bairro Social na Ilha Verde	539,749	544,532	0.89%	7.57%	166,590	377,942	30.59%
40-35	2007-0115	Ampliação e Reconstrução e Reconstrução DSS Edifícios	114,950	10,372	-90.98%	0.14%	0	10,372	0.00%
40-78	2007-0147	Melhoria das Instalações e Equipamento dos Serviços de Saúde	186,226	120,575	-35.25%	1.68%	52,691	67,884	43.70%
40-87	2007-0169	Novo Edif. Serviços Alfândega na Taipa	134,045	14,045	-89.52%	0.20%	498	13,547	3.55%
40-87	2007-0173	Ampliação do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco	184,350	184,350	0.00%	2.56%	74,667	109,683	40.50%
40-87	2007-0174	Habitação Social em Mong Há	236,138	237,996	0.79%	3.31%	53,324	184,672	22.41%
40-87	2007-0175	Centro de Ciências	196,623	372,722	89.56%	5.18%	204,546	168,176	54.88%
40-87	2007-0177	Central de Incineração	591,641	591,957	0.05%	8.23%	326,428	265,530	55.14%
40-87	2007-0178	ETAR de Macau	183,240	72,554	-60.41%	1.01%	44,636	27,918	61.52%
40-87	2007-0184	Remoção Automática de Resíduos Sólidos	185,160	201,530	8.84%	2.80%	174,065	27,465	86.37%
40-87	2007-0185	Sistema Transportes Colectivos Urbanos	622,000	172,000	-72.35%	2.39%	8,154	163,846	4.74%
40-87	2007-0187	Túnel Submarino	206,999	13,679	-93.39%	0.19%	0	13,679	0.00%
40-87	2007-0193	Aterros e Infraestruturas Taipa-Coloane	107,654	168,715	56.72%	2.34%	5,273	163,441	3.13%
40-87	2007-0206	Novo Edifício P/A Migração	173,000	173,000	0.00%	2.40%	45,918	127,082	26.54%
40-97	2007-0221	Constru. E Melhor Mercados Municipais	145,320	140,626	-3.23%	1.95%	31,196	109,430	22.18%
40-35	2007-0241	Novas Instalações Escolares e Residência de Estudantes na Sede do IPM	147,600	147,600	0.00%	2.05%	82,695	64,905	56.03%
40-09	2008-0036	Aquisição de Edifícios	0	175,000	100.00%	2.43%	175,000	0	100.00%
40-87	2009-0017	Habitação Economia no Lote TN27 da Taipa	0	380,616	100.00%	5.29%	361,700	18,916	95.03%
Subtotal			5,741,779	4,612,002	-19.68%	64.10%	2,072,259	2,539,743	44.93%
Outros projectos			2,638,221	2,583,259	-2.08%	35.90%	899,798	1,683,461	34.83%
Total			8,380,000	7,195,261	-14.14%	100.00%	2,972,057	4,223,204	41.31%

1.4.4 Análise por classificação económica

De entre as várias classificações económicas, a dotação corrigida do item “Edifícios” foi a que evidenciou maior peso estrutural, com 38,2% do total, seguida de “Habitações” e do “Construções Diversas”, com 16,3% e 12,6%, respectivamente, averbando os três um peso de 67,2% do total.

Apenas as dotações corrigidas efectuadas nos itens “Habitações” e “Outros Investimentos” excederam as previstas, com a respectiva alteração a ser realizada por diminuição das verbas das outras classificações económicas.

Em termos de despesa, a mais elevada verificou-se com o item “Edifícios” no valor de 1 062 294 milhares de patacas, enquanto que a de menor peso corresponde ao “Material de Transporte”, com mais de 51 847 milhares de patacas. As actividades com despesas superiores a 50 milhões de patacas no item “Edifícios” compreendem a aquisição dos 15 edifícios do Tap Seac, as obras do Edifício Direcção Serviços Assuntos Tráfego, das Novas Instalações Escolares e Residência de Estudantes na Sede do IPM, do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco - Fase 2, e, do Centro de Ciências.

As despesas com “Habitações” em 2008 foram 7,9 vezes maiores que em 2007, canalizadas principalmente para o pagamento das despesas com as obras do Bairro Social na Ilha Verde, Habitação Social em Mong-Há e Habitação Económica no Lote TN27 da Taipa. Registou-se em 2008, face ao ano anterior, um decréscimo significativo das despesas com os itens “Estradas e Pontes”, “Portos” e “Construções Diversas”, como factor principal para esse decréscimo salienta-se o número superior ao de 2007 de pagamentos integrais ou menos pagamentos realizados em 2008 para algumas obras de maior envergadura, destacando-se as obras de: “Remodelação Acessos ao Nó e a Rotunda do Hotel Lisboa”, construção das “Avenidas de VU3.3A, VU4.1 e VU3.4”, instalações provisórias do “Novo Terminal Marítimo da Taipa”, ETAR de Coloane, Central de Incineração e Ampliação Terminal de Carga do Aeroporto, entre outras.

Quanto à classificação económica de “Outros Investimentos”, as despesas realizadas no exercício de 2008 cifraram-se em cerca de 311 621 milhares de patacas, com as actividades superiores a 10 milhões de patacas a corresponder ao estudo de monitorização da salinidade da água do Rio das Pérolas, “Operação e Manutenção da ETAR de Macau — Fase Líquida e Fase Sólida”, a prestação de serviços no âmbito do funcionamento e manutenção da ETAR da Taipa, remoção, recolha e limpeza de resíduos sólidos, bem como, o estudo profundo do “Projecto Geral da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e teste de modelo físico de engenharia”.

Em termos de execução, destacam-se as classificações económicas dos itens “Construções Diversas” e “Outros Investimentos”, respectivamente com uma taxa de 56,4% e de 53%, enquanto o que revelou taxa mais reduzida foi “Estradas e Pontes”, apenas com 11,8%.

Em comparação com a taxa de execução de 2007, apenas a rubrica “Habitações” apresentou uma taxa mais elevada; por sua vez, a taxa de execução da rubrica “Material de Transporte” manteve-se quase invariável, verificando-se, relativamente às outras

rubricas económicas, um decréscimo nesse âmbito.

Unid: Milhares de patacas

Classificação Económica	Dotação orçamentada a	Dotação Corrigida b	Var. (b-a)/a	Peso b/ Σ b	Pagamento d	Saldo b-d	Exec. d/b
Habitacões	784,863	1,175,352	49.75%	16.34%	588,842	586,510	50.10%
Edificios	3,048,201	2,750,394	-9.77%	38.23%	1,062,294	1,688,100	38.62%
Estradas e Pontes	931,886	510,411	-45.23%	7.09%	60,418	449,993	11.84%
Portos	986,021	283,537	-71.24%	3.94%	73,195	210,342	25.81%
Construções Diversas	1,009,803	906,563	-10.22%	12.60%	511,708	394,854	56.44%
Material de Transporte	109,381	103,486	-5.39%	1.44%	51,847	51,639	50.10%
Maquinaria e Equipamento	907,891	681,448	-24.94%	9.47%	312,131	369,316	45.80%
Outros Investimentos	491,954	588,205	19.56%	8.17%	311,621	276,583	52.98%
Subtotal	8,270,000	6,999,397	-15.36%	97.28%	2,972,057	4,027,339	42.46%
Dotação Concorrencial	45,000	86,850	93.00%	1.21%	-	86,850	0.00%
Dotação Provisional	65,000	109,014	67.71%	1.52%	-	109,014	0.00%
Total	8,380,000	7,195,261	-14.14%	100.00%	2,972,057	4,223,204	41.31%

Unid: Milhares de patacas

Classificação Económica	Dotação Corrigida			Pagamento			Exec.		
	2006 a	2007 b	2008 c	2006 d	2007 e	2008 f	2006 d/a	2007 e/b	2008 f/c
Habitacões	439,942	585,678	1,175,352	227,879	74,496	588,842	51.80%	12.72%	50.10%
Edificios	2,011,328	2,619,369	2,750,394	1,187,192	1,118,655	1,062,294	59.03%	42.71%	38.62%
Estradas e Pontes	1,048,144	1,155,398	510,411	746,988	346,508	60,418	71.27%	29.99%	11.84%
Portos	400,072	356,185	283,537	227,869	278,930	73,195	56.96%	78.31%	25.81%
Construções Diversas	165,360	1,499,013	906,563	1,292,294	1,002,537	511,708	78.15%	66.88%	56.44%
Material de Transporte	100,490	102,472	103,486	97,172	51,736	51,847	96.70%	50.49%	50.10%
Maquinaria e Equipamento	313,099	413,705	681,448	239,783	272,354	312,131	76.58%	65.83%	45.80%
Outros Investimentos	383,993	443,209	588,205	3,303,100	300,736	311,621	86.02%	67.85%	52.98%
Subtotal	6,350,672	7,175,028	6,999,397	4,349,487	3,445,952	2,972,057	68.49%	48.03%	42.46%
Dotação Concorrencial	15,183	96,886	86,850	-	-	-	0.00%	0.00%	0.00%
Dotação Provisional	27,142	70,807	109,014	-	-	-	0.00%	0.00%	0.00%
Total	6,392,997	7,342,721	7,195,261	4,349,487	3,445,952	2,972,057	68.04%	46.93%	41.31%

1.4.5 Análise por classificação funcional

De entre as diversas classificações funcionais, a dotação corrigida do item “Serviços económicos” foi a que mais se destacou, com um peso de 45,8%, seguida dos “Habitação” e “Serviços Gerais da Administração Pública”, com um peso de 16,4% e de 12,4%, respectivamente, os três itens perfizeram 74,6% do total.

Na dotação corrigida dos “Outros Serviços Colectivos e Sociais”, registou-se um aumento da dotação de 84,5%, maior do que a prevista, visando o pagamento de actividades não previstas ou cuja efectiva dotação necessária excedeu a estimada anteriormente aquando da elaboração do orçamento para 2008, nelas se destacando as seguintes: aquisição dos 15 Edifícios do Tap Seac, obras adicionais do Parque Desp. Est. Sra. Esperança, obras dos Edifícios Administrativos da Ala Oeste do Instituto do Desporto e do Centro de Ciências.

As despesas no item “Serviços económicos” atingiram cerca de 1 141 059 milhares de patacas, com o maior peso estrutural; enquanto a que apresentou menor peso foi a do item “Previdência Social”, apenas no montante de 8 615 milhares de patacas. Dos “Serviços económicos”, as despesas no valor de mais de 50 milhões de patacas respeitaram às seguintes obras: “ETAR de Coloane-II Fase”, “Obra de extensão da Central de Incineração”, “Fornecimento e Instalações Electromecânicas da Central de Incineração”, “Novo Terminal Marítimo da Taipa” bem como, a prestação de serviços da remoção, recolha e limpeza de resíduos sólidos.

As despesas regularizadas pelo item “Habitação” em 2008 alcançaram mais 521 925 milhares de patacas que em 2007, afectas à cobertura dos encargos com as obras de Bairro Social na Ilha Verde, Habitação Social em Mong-Há e Habitação Económica no Lote TN27 da Taipa. No tocante às despesas com “Outros Serviços Colectivos e Sociais”, constatou-se um acréscimo de mais de 169 572 milhares de patacas face a 2007, resultante da aquisição dos 15 edifícios do Tap Seac.

Nas despesas registadas em 2008 nos itens “Segurança Pública” e “Serviços económicos”, verificou-se uma diminuição respectivamente de 123 727 milhares de patacas e 1 092 705 milhares de patacas em relação ao ano transacto, isto porque o pagamento dos encargos total ou efectivamente realizados no ano de 2007, entre outros, com a aquisição de equipamento trem-auto dos Serviços de Alfândega, com as obras da “Novas Instalações

do DIM dos Serviços Alfândega na Ilha Verde”, do “Edifício do Comissariado N.º 2”, do “Aterro do Novo Edifício do Comando Conjunto dos Serviços de Polícia Unitários”, das “Melhorias do Posto Fronteiriço do COTAI”, do “Fornecimento e Instalação Electromecânica da Central de Incineração”, da “Remodelação e Acessos ao Nó e a Rotunda do Hotel Lisboa”, e, instalações provisórias do “Novo Terminal Marítimo da Taipa”, foi superior ao de 2008.

Relativamente à taxa de execução, a que mais se evidenciou foi a do item “Outros Serviços Colectivos e Sociais”, com 70,7%, enquanto a mais reduzida foi o da “Previdência Social”, com 25,4%, variando a execução nas restantes classificações funcionais, entre 30% e 50%.

Em comparação com a taxa de execução de 2007, verificou-se um acréscimo nos itens “Serviços Gerais da Administração Pública”, “Habitação” e “Outros Serviços Colectivos e Sociais”, de entre os quais, a mais elevada foi até último com mais de 37,8%, constatando-se, por sua vez, um decréscimo nas outras rubricas.

Unid: Milhares de patacas

Funções	Dotação Orçamentada a	Dotação Corrigida b	Var. (b-a)/a	Peso b/ Σ b	Pagamento d	Saldo b-d	Exec. d/b
Serv. Gerais da Admin. Pública	1,014,154	890,395	-12.20%	12.37%	434,796	455,599	48.83%
Segurança Pública	1,134,577	573,447	-49.46%	7.97%	180,843	392,604	31.54%
Educação	283,474	270,282	-4.65%	3.76%	116,255	154,028	43.01%
Saúde	323,210	131,561	-59.30%	1.83%	53,629	77,933	40.76%
Previdência Social	25,920	33,870	30.67%	0.47%	8,615	25,254	25.44%
Habitação	793,433	1,182,205	49.00%	16.43%	595,883	586,322	50.40%
Outros Serv. Colectivos e Sociais	338,129	623,923	84.52%	8.67%	440,977	182,945	70.68%
Serviços Económicos	4,357,103	3,293,714	-24.41%	45.78%	1,141,059	2,152,655	34.64%
Subtotal	8,270,000	6,999,397	-15.36%	97.28%	2,972,057	4,027,339	42.46%
Dotação Concorrencial	45,000	86,850	93.00%	1.21%	-	86,850	0.00%
Dotação Provisional	65,000	109,014	67.71%	1.52%	-	109,014	0.00%
Total	8,380,000	7,195,261	-14.14%	100.00%	2,972,057	4,223,204	41.31%

Unid: Milhares de patacas

Funções	Dotação Corrigida			Pagamento			Exec.		
	2006 a	2007 b	2008 c	2006 d	2007 e	2008 f	2006 d/a	2007 e/b	2008 f/c
Serv. Gerais da Admin. Pública	592,668	937,111	890,395	415,919	362,180	434,796	70.18%	38.65%	48.83%
Segurança Pública	274,361	573,322	573,447	202,152	304,570	180,843	73.68%	53.12%	31.54%
Educação	155,400	125,376	270,282	89,113	96,738	116,255	57.34%	77.16%	43.01%
Saúde	171,607	120,662	131,561	97,810	62,666	53,629	57.00%	51.93%	40.76%
Previdência Social	72,367	82,733	33,870	66,550	40,673	8,615	91.96%	49.16%	25.44%
Habitação	450,141	584,782	1,182,205	237,677	73,958	595,883	52.80%	12.65%	50.40%
Outros Serv. Colectivos e Sociais	470,920	418,507	623,923	268,376	27,141	440,977	56.99%	64.85%	70.68%
Serviços Económicos	4,163,208	4,332,535	3,293,714	2,971,890	2,233,764	1,141,059	71.38%	51.56%	34.64%
Subtotal	6,350,672	7,175,028	6,999,397	4,349,487	3,445,952	2,972,057	68.49%	48.03%	42.46%
Dotação Concorrencial	15,183	96,886	86,850	-	-	-	0.00%	0.00%	0.00%
Dotação Provisional	27,142	70,807	109,014	-	-	-	0.00%	0.00%	0.00%
Total	6,392,997	7,342,721	7,195,261	4,349,487	3,445,952	2,972,057	68.04%	46.93%	41.31%

1.4.6 Análise por escalões de dotação de projectos

São seis os escalões que constituem a dotação do PIDDA:

Escalão de Dotação por Projecto	Limites dos escalões
1.º Escalão	Dotação< \$ 1,000,000.00
2.º Escalão	\$ 1,000,000.00 ≤ Dotação < \$ 5,000,000.00
3.º Escalão	\$ 5,000,000.00 ≤ Dotação < \$ 10,000,000.00
4.º Escalão	\$10,000,000.00 ≤ Dotação < \$20,000,000.00
5.º Escalão	\$ 20,000,000.00 ≤ Dotação < \$40,000,000.00
6.º Escalão	\$ 40,000,000.00 ≤ Dotação

De entre eles, a dotação corrigida do 6.º Escalão ocupou o peso mais elevado, com 72,9%, representando a despesa efectiva um peso de 78,6% do total, enquanto o mais reduzido, foi o 1.º Escalão, apenas com 0,3%, ou seja, menos de 1 % do total.

Dos 250 projectos, o maior número concentrou-se no 2.º escalão com 66 projectos, tendo o 5.º escalão obtido o número mais reduzido, apenas com 26.

Em termos de execução, o 1.º Escalão obteve uma taxa mais significativa, com 58,9%, com a execução dos restantes escalões a variar entre 34,5% e 44,6%.

A noção de “projecto” foi introduzida somente a partir de 2007, pelo que a comparação, nesse âmbito, da taxa de execução com a dos anos anteriores, se iniciou somente a partir do ano de 2007.

Comparativamente com o ano de 2007, a distribuição das verbas por escalão foi mais ou menos idêntica, apresentando de qualquer forma uma subida de escalão para escalão.

Os escalões que registaram, em 2007 e 2008, a maior e menor despesa foram o 6.º e o 1.º, respectivamente, sendo que o 6.º escalão se manteve praticamente invariável em termos de execução. Com excepção do 1.º escalão, constatou-se um decréscimo em todos os restantes face a 2007.

Unid: Milhares de patacas

Escalões de Dotação	Dotação Orçamentada a	Dotação Corrigida b	Var. (b-a)/a	Peso. b/Σ b	Nº de Projecto	Pagamento d	Saldo b-d	Exec. d/b
1.º Escalão	680,671	18,746	-97.25%	0.26%	53	11,046	7,700	58.92%
2.º Escalão	130,638	162,652	24.51%	2.26%	66	66,067	96,585	40.62%
3.º Escalão	300,596	236,318	-21.38%	3.28%	33	86,252	150,066	36.50%
4.º Escalão	971,280	601,267	-38.10%	8.36%	42	207,315	393,953	34.48%
5.º Escalão	725,002	736,565	1.59%	10.24%	26	264,542	472,023	35.92%
6.º Escalão	5,461,814	5,243,848	-3.99%	72.88%	30	2,336,835	2,907,013	44.56%
Subtotal	8,270,000	6,999,397	-15.36%	97.28%	250	2,972,057	4,027,339	42.46%
Dotação Concorrencial	45,000	86,850	93.00%	1.21%	-	-	86,850	-
Dotação Provisional	65,000	109,014	67.71%	1.52%	-	-	109,014	-
Total	8,380,000	7,195,261	-14.14%	100.00%	250	2,972,057	4,223,204	41.31%

Unid: Milhares de patacas

Escalões de Dotação	Dotação Corrigida		Pagamento		Exec.	
	2007 a	2008 b	2007 c	2008 d	2007 c/a	2008 d/b
1.º Escalão	62,191	18,746	35,318	11,046	56.79%	58.92%
2.º Escalão	322,539	162,652	186,731	66,067	57.89%	40.62%
3.º Escalão	407,635	236,318	231,719	86,252	56.84%	36.50%
4.º Escalão	465,163	601,267	216,149	207,315	46.47%	34.48%
5.º Escalão	566,712	736,565	398,770	264,542	70.37%	35.92%
6.º Escalão	5,350,789	5,243,848	2,377,267	2,336,835	44.43%	44.56%
Subtotal	7,175,028	6,999,397	3,445,952	2,972,057	48.03%	42.46%
Dotação Concorrencial	96,886	86,850	-	-	-	-
Dotação Provisional	70,807	109,014	-	-	-	-
Total	7,342,721	7,195,261	3,445,952	2,972,057	46.93%	41.31%

1.4.7 Despachos de escalonamento – Análise dos encargos

Em 2008 publicaram-se 95 despachos de escalonamento de encargos (na forma de Despachos do Chefe do Executivo - DCE), dos quais 26 correspondem a alterações de escalonamentos similares efectuados em anos anteriores.

No mesmo ano, os novos compromissos assumidos através de DCE ascenderam a mais de 3 190 720 milhares de patacas, distribuídos entre 2008 e 2013, dos quais os relativos a 2008 excederam 1 049 798 milhares de patacas. Os novos compromissos resultaram sobretudo de alguns investimentos de maior dimensão, incluindo, a título de exemplo: a Fase II das obras de ampliação do posto fronteiriço das Portas do Cerco; as obras das novas instalações escolares da sede do IPM e da residência estudantil; a concepção e construção do parque de estacionamento do Centro de Ciências de Macau; as obras com as estacas de fundação do novo terminal marítimo da Taipa; as obras com a habitação económica do lote TN27 da Taipa; o sistema de controlo automático de passageiros; a construção do edifício de vendilhões no Bairro Iao Hon; as obras das avenidas VU4.2,

VU5.1 e VU5.2; as obras da Praça do Centro de Ciências de Macau; a construção do Centro de Investigação Científica e dos edifícios académicos e administrativos A3+B1, da Universidade de Macau; etc.

Dos encargos assegurados por DCE publicados em 2008, foi efectivamente liquidado e pago nesse mesmo ano o equivalente a 759 311 milhares de patacas, compreendendo alguns montantes de despachos sujeitos a alteração e cujos encargos transitaram para 2008, enquanto que o saldo dos pagamentos transferidos para o ano 2009 se cifrou em 660 565 milhares de patacas.

Para além dos publicados em 2008, existem ainda alguns DCE que não obstante a publicação ter ocorrido em anos anteriores, os respectivos encargos ultrapassaram o ano 2008 e/ou posteriores, sendo de referir que do montante de 1 474 045 milhares de patacas assumido para 2008, foi efectivamente liquidado e pago o valor de 1 246 385 milhares de patacas, ao que, acrescendo a importância das despesas não pagas em anos findos, levou a que se tivesse de transferir para 2009 um saldo superior a 1 616 968 milhares de patacas.

Em suma, o valor dos encargos assegurados por DCE liquidado e pago em 2008 cifrou-se em cerca de 2 005 696 milhares de patacas, representando 67,5% do total do PIDDA, enquanto que a despesa total dos encargos a pagar em anos económicos posteriores até 2013, registou 5 269 134 milhares de patacas.

Despachos do Chefe do Executivo publicados em 2008

Unid: Milhares de patacas

Ano de pagamento	Encargos assumidos			Pagamento efectuado d	Saldo c-d
	Por Despachos nos anos anteriores a	Por Despachos publicados em 2008 b	Total c = a+b		
2004	52,791	-	52,791	52,791	-
2005	392,964	-	392,964	392,964	-
2006	585,799	-	585,799	585,799	-
2007	362,589	-	362,589	362,589	-
2008	370,078	1,049,798	1,419,876	759,311	660,565
2009	8,174	1,304,423	1,312,598	-	1,312,598
2010	573	653,091	653,664	-	653,664
2011	-	164,173	164,173	-	164,173
2012	-	9,600	9,600	-	9,600
2013	-	9,635	9,635	-	9,635
Total	1,772,968	3,190,720	4,963,688	2,153,453	2,810,235
Nº de despachos	26	69	95	-	-

Despachos do Chefe do Executivo dos anos anteriores

Unid: Milhares de patacas

Ano de pagamento	Encargos assumidos a	Pagamento efectuado b	Saldo a-b	Saldo acumulado
2003	10,883	10,883	0	0
2004	10,883	10,883	0	0
2005	237,592	204,669	32,923	32,923
2006	1,459,123	979,337	479,786	512,708
2007	2,015,323	1,138,724	876,599	1,389,308
2008	1,474,045	1,246,385	227,660	1,616,968
2009	334,395	0	334,395	1,951,363
2010	153,776	0	153,776	2,105,139
2011	132,660	0	132,660	2,237,799
2012	132,660	0	132,660	2,370,459
2013	88,440	0	88,440	2,458,899
Total	6,049,781	3,590,882	2,458,899	-

1.5 Resultado integrado

1.5.1 Comparação e análise do resultado integrado antes e após ajustamento

Esta secção tem por objectivo a reflectir as receitas e despesas integradas após ajustamento. Através da eliminação das transferências orçamentais dentro do Sector Público Administrativo (SPA) e da integração das receitas e despesas públicas, demonstra-se de forma mais objectiva a totalidade das receitas e despesas expurgadas das transferências internas, bem como o respectivo peso relativo.

1.5.1.1 Receitas

As receitas totais antes do ajustamento evidenciaram 69 750 356 milhares de patacas (abrangendo o saldo de anos findos dos organismos autónomos), e, por sua vez, o valor da eliminação das transferências orçamentais dentro do SPA situou-se em 7 491 013 milhares de patacas, pelo que o total das receitas integradas, após eliminação, perfaz 62 259 343 milhares de patacas (abrangendo o saldo de anos findos dos organismos autónomos). Segundo a análise por classificação económica de receitas, a eliminação em apreço envolveu somente a dedução de receitas relacionadas com os capítulos de “05 Transferências” e “09 Venda de bens de investimento”, não se verificando qualquer variação quanto às receitas de outros capítulos.

Antes da eliminação, o valor do capítulo “05 Transferências” era de 13 446 437 milhares de patacas, cifrando-se, após eliminação, em 5 958 824 milhares de patacas, isto é, um decréscimo em 7 487 613 milhares de patacas. O que se deveu à necessidade de anular as receitas contabilizadas pelos organismos autónomos no âmbito das receitas consignadas, participações, transferências do Orçamento da Região e do SPA.

No capítulo “09 Venda de bens de investimento”, registou-se uma importância de 42 816 milhares de patacas antes da eliminação visada, e de 39 416 milhares de patacas após a eliminação, constatando-se assim um decréscimo de 3 400 milhares de patacas. O valor eliminado refere-se às receitas resultantes da venda de prédios pertencentes à RAEM, efectuada em 2008 aos funcionários públicos pelo Fundo para Bonificações do

Crédito à Habitação.

Quadro 1.5.1.1-A: Comparação, por classificação económica, entre as receitas públicas integradas antes e após o ajustamento

(Unid. Milhares de patacas)				
Classificação económica	Receitas antes de ajustamento	Peso (%)	Receitas ajustadas	Peso (%)
Receitas Correntes				
01-Impostos directos	42,990,828	61.6%	42,990,828	69.1%
02-Impostos indirectos	1,883,479	2.7%	1,883,479	3.0%
03-Taxas, multas e outras penalidades	1,281,471	1.8%	1,281,471	2.1%
04-Rendimentos da propriedade	2,763,848	4.0%	2,763,848	4.4%
05-Transferências	13,446,437	19.3%	5,958,824	9.6%
06-Venda de bens duradouros	10,177	0.0%	10,177	0.0%
07-Venda de serviços e bens não duradouros	1,324,139	1.9%	1,324,139	2.1%
08-Outras receitas correntes	1,308,463	1.9%	1,308,463	2.1%
Receitas de capital				
09-Venda de bens de investimento	42,816	0.1%	39,416	0.1%
10-Transferências	0	0.0%	0	0.0%
11-Activos financeiros	294,049	0.4%	294,049	0.5%
13-Outras receitas de capital	4,311,706	6.2%	4,311,706	6.9%
14-Reposições não abatidas nos pagamentos	92,942	0.1%	92,942	0.1%
Total	69,750,356	100.0%	62,259,343	100.0%

Da confrontação dos dados alvo de ajustamento, verifica-se que, no total das receitas integradas, a que ocupa maior peso estrutural respeita ainda aos impostos directos com 69,1%, enquanto as transferências correntes perfizeram 9,6%, e as outras receitas de capital 6,9% (ver Quadro 1.5.1.1-A).

1.5.1.2 Despesas

No total das despesas integradas da RAEM após ajustamento, nelas se compreendendo as do SPA e do PIDDA, constatou-se um valor de 37 934 440 milhares de patacas. Por sua vez, o valor da despesa eliminada foi de 7 491 013 milhares de patacas, idêntico ao da receita, daí o total das despesas integradas executadas se ter fixado em 30 443 427 milhares de patacas.

1.5.1.2.1 Análise por classificação económica

Segundo a análise por classificação económica de despesas, a eliminação em apreço envolveu somente a dedução de importâncias relacionadas com os capítulos de “04 Transferências ” e “08 Transferências de capital”, não se verificando qualquer variação quanto às despesas de outros capítulos.

No capítulo “04 Transferências correntes”, registou-se uma importância de 18 542 117 milhares de patacas antes de se ter efectuado a eliminação visada, e de 11 054 504 milhares de patacas após a eliminação, constatando-se assim um decréscimo em 7 487 613 milhares de patacas. O que se deveu à necessidade de anular as despesas, no âmbito das consignações, participações e transferências orçamentais legamente atribuídas pela RAEM aos organismos autónomos e das transfêrencias no seio do SPA.

No capítulo “08 Transferências de capital”, registou-se uma importância de 114 628 milhares de patacas antes de se ter efectuado a eliminação visada, e de 111 228 milhares de patacas após a eliminação, constatando-se assim um decréscimo em 3 400 milhares de patacas. O valor em eliminação correspondeu ao do capítulo de receita - “09 Venda de bens de investimento”.

Quadro 1.5.1.2-A: Comparação, por classificação económica, entre as despesas públicas integradas antes e após ajustamento

(Unid. Milhares de patacas)				
Classificação económica	Despesas antes de ajustamento	Peso (%)	Despesas ajustadas	Peso (%)
Receitas Correntes				
01-Pessoal	8,416,467	22.2%	8,416,467	27.6%
02-Bens e serviços	4,555,212	12.0%	4,555,212	15.0%
03-Juros	29,584	0.1%	29,584	0.1%
04-Transferências correntes	18,542,117	48.9%	11,054,504	36.3%
05-Outras despesas correntes	1,230,920	3.2%	1,230,920	4.0%
Despesas de capital				
07-Investimentos	3,291,204	8.7%	3,291,204	10.8%
08-Transferências de capital	114,628	0.3%	111,228	0.4%
09-Operações financeiras	1,754,309	4.6%	1,754,309	5.8%
10-Outras despesas de capital	0	0.0%	0	0.0%
Total	37,934,440	100.0%	30,443,427	100.0%

Dos dados expostos alvo de ajustamento, verifica-se que, nas despesas integradas, a que ocupa maior peso estrutural respeita ainda às transferências correntes com 36,3%, enquanto as do pessoal se fixaram em 27,6% e as de bens e serviços 15%, respectivamente.

1.5.1.2.2 Análise por classificação orgânica

Através desta análise por classificação orgânica, constatou-se que o ajustamento envolveu principalmente a eliminação das despesas transferidas pela RAEM para os organismos autónomos, constantes no Capítulo 50 - “Contas de ordem” no valor de 7 262 030 milhares de patacas; as outras relacionaram-se com as transferências no seio do SPA.

Quadro 1.5.1.2-B: Comparação, por classificação orgânica, entre as despesas públicas integradas antes e após ajustamento

(Unid. Milhares de patacas)				
Classificação orgânica	Despesas antes de ajustamento	Peso (%)	Despesas ajustadas	Peso (%)
Serviços integrados	2,691,313	7.1%	2,690,763	8.8%
Serviços dotados de autonomia administrativa	4,924,705	13.0%	4,924,421	16.2%
Organismos autónomos *	11,990,917	31.6%	11,762,768	38.6%
Outros(11-00,12-00,40-00 e 50-00)	18,327,505	48.3%	11,065,475	36.3%
Total	37,934,440	100.0%	30,443,427	100.0%

Conforme os dados ajustados e com a excepção dos outros capítulos (Capítulo 11-00 “Pensões e Reformas”, Capítulo 12-00 “Despesas Comuns”, Capítulo 40-00 “Investimentos do Plano” e Capítulo 50-00 “Contas de Ordem” (ver Quadro 1.5.1.2-B), os organismos autónomos detiveram o maior peso estrutural do total da despesa (38,6%) efectuada, seguidos dos serviços dotados de autonomia administrativa e Serviços Integrados, com 16,2% e 8,8%, respectivamente.

1.5.1.2.3 *Análise por classificação funcional*

No âmbito da análise por classificação funcional, a eliminação das despesas no âmbito das consignações, comparticipações e transferências orçamentais legalmente atribuídas aos organismos autónomos pela RAEM revela-se principalmente em “9-00 Outras Funções”, com uma importância deduzida de 7 490 375 milhares de patacas e por sua vez, as restantes foram deduzidas em 637 milhares de patacas, respectivamente, em “5-00 Previdência social” e “7-00 Outros serviços colectivos/sociais ”.

Quadro 1.5.1.2-C: Comparação, por classificação funcional, entre as despesas públicas integradas antes e após ajustamento

(Unid. Milhares de patacas)				
Classificação funcional	Despesas antes de ajustamento	Peso (%)	Despesas ajustadas	Peso (%)
1-00 Serviços gerais da administração pública	5,028,610	13.3%	5,028,610	16.5%
2-00 Segurança pública	2,535,611	6.7%	2,535,611	8.3%
3-00 Educação	3,797,377	10.0%	3,797,377	12.5%
4-00 Saúde	2,051,166	5.4%	2,051,166	6.7%
5-00 Previdência social	3,434,332	9.1%	3,433,855	11.3%
6-00 Habitação	716,193	1.9%	716,193	2.4%
7-00 Outros serviços colectivos/sociais	2,847,264	7.5%	2,847,104	9.4%
8-00 Serviços económicos	3,408,557	9.0%	3,408,557	11.2%
9-00 Outras funções	14,115,329	37.2%	6,624,954	21.8%
Total	37,934,440	100.0%	30,443,427	100.0%

Da verificação dos dados alvo de ajustamento na despesa integrada, pode constatar-se que o item com maior peso ainda foi o “9-00 Outras funções”, com 21,8%, seguido do item “1-00 Serviços gerais da administração pública” e “ 3-00 Educação”, que obtiveram, respectivamente, 16,5% e 12,5% do total.

1.5.2 Comparação e análise das contas integradas de 2007 e 2008 antes e após ajustamentos

Nesta sessão compara-se a evolução das receitas e despesas integradas, de 2007 e 2008 do SPA, antes e após ajustamento

1.5.2.1 Receitas

O total das receitas integradas de 2008 após o ajustamento cifrou-se em 62 259 343 milhares de patacas, com um aumento de 24,7% no valor de 12 339 672 milhares de patacas, face ao ano transacto. Como factor principal para esse aumento figura a contribuição do “Imposto especial sobre o jogo”, sob o capítulo “01 Impostos directos”. Em 2008, aquelas receitas registaram um valor de 38 234 400 milhares de patacas, com um acréscimo de 9 894 529 milhares de patacas (ver dados referidos no ponto 1.2.1.2).

Apesar do decréscimo verificado, face ao ano anterior, nos capítulos “02 Impostos indirectos”, “04 Rendimentos da propriedade” e “09-Venda de bens de investimento”, contudo, atendendo à imaterialidade dos montantes envolvidos, o seu impacto na variação de receita total não se revela significativo.

Em 2008, no capítulo “05 Transferências” foram registadas receitas no valor de 5 958 824 milhares de patacas, um aumento de 1 502 910 milhares de patacas, mais 33,7% face a 2007.

No que respeita aos outros capítulos, não se verificou significativa variação da receita em comparação com os valores antes de ajustamento.

Quadro 1.5.2.1-A: Comparação anual, por classificação económica, das receitas públicas integradas

(Unid. Milhares de patacas)

Classificação económica	Receitas após eliminadas e integradas		Var.	
	2007	2008	Montante	%
Receitas Correntes				
01-Impostos directos	33,020,260	42,990,828	9,970,568	30.2%
02-Impostos indirectos	2,059,070	1,883,479	-175,591	-8.5%
03-Taxas, multas e outras penalidades	1,081,091	1,281,471	200,380	18.5%
04-Rendimentos da propriedade	3,462,305	2,763,848	-698,458	-20.2%
05-Transferências	4,455,914	5,958,824	1,502,910	33.7%
06-Venda de bens duradouros	4,511	10,177	5,666	125.6%
07-Venda de serviços e bens não duradouros	1,144,406	1,324,139	179,733	15.7%
08-Outras receitas correntes	1,240,319	1,308,463	68,144	5.5%
Receitas de capital				
09-Venda de bens de investimento	39,462	39,416	-45	-0.1%
10-Transferências	0	0	0	0.0%
11-Activos financeiros	74,210	294,049	219,840	296.2%
13-Outras receitas de capital	3,281,490	4,311,706	1,030,216	31.4%
14-Reposições não abatidas nos pagamentos	56,633	92,942	36,309	64.1%
Total	49,919,671	62,259,343	12,339,672	24.7%

1.5.2.2 Despesas

Em 2008, o total das despesas integradas após o ajustamento cifrou-se em 30 443 427 milhares de patacas, um aumento de 7 097 421 milhares de patacas, ou seja, mais 30,4% face a 2007.

1.5.2.2.1 Análise por classificação económica

Em 2008 o capítulo “04 Transferências”, registou 11 054 504 milhares de patacas, um

aumento de 5 183 562 milhares de patacas, a saber, mais 88,3% face a 2007, o qual reflecte as despesas específicas do Governo da RAEM que, em 2008, foram realizadas no âmbito do Plano de Participação Pecuniária, do apoio financeiro às vítimas da calamidade de inverno no Interior da China e do terramoto em Sichuan.

Por outro lado, as despesas integradas após ajustamento, incluindo as do PIDDA, encontram-se reflectidas no capítulo “07 Investimentos”. Em termos globais este capítulo registou uma redução de 12,4%, no valor de 465 803 milhares de patacas, traduzindo o decréscimo verificado no PIDDA em 2008.

Quanto aos restantes capítulos, não se registaram variações significativas comparativamente às despesas antes do ajustamento.

Quadro 1.5.2.2-A: Comparação anual, por classificação económica, das despesas públicas integradas

(Unid. Milhares de patacas)

Classificação económica	Despesas após eliminadas e integradas		Var.	
	2007	2008	Montante	%
Despesas correntes				
01-Pessoal	6,931,081	8,416,467	1,485,386	21.4%
02-Bens e serviços	3,622,269	4,555,212	932,943	25.8%
03-Juros	23,991	29,584	5,593	0.0%
04-Transferências correntes	5,870,942	11,054,504	5,183,562	88.3%
05-Outras despesas correntes	1,975,969	1,230,920	-745,049	-37.7%
Despesas de capital				
07-Investimentos	3,757,006	3,291,204	-465,803	-12.4%
08-Transferências de capital	110,068	111,228	1,160	1.1%
09-Operações financeiras	1,054,680	1,754,309	699,629	66.3%
10-Outras despesas de capital	0	0	0	0.0%
Total	23,346,006	30,443,427	7,097,421	30.4%

1.5.2.2.2 Análise por classificação orgânica

Das despesas integradas após ajustamento, constata-se que o grupo “Outros” foi o que registou o maior aumento, com 35,2%, devido principalmente ao Plano de

Comparticipação Pecuniária, apoio financeiro às vítimas da calamidade de inverno e do terramoto em Sichuan. Por sua vez, os organismos autónomos verificaram um incremento de 30% relativamente ao ano anterior, seguido dos serviços integrados e dos organismos com autonomia administrativa, respectivamente, com 29,8 e 22% (ver Quadro 1.5.2.2-B).

Quadro 1.5.2.2-B: Comparação anual, por classificação orgânica, das despesas públicas integradas

(Unid. Milhares de patacas)

Classificação orgânica	Despesas após eliminadas e integradas		Var.	
	2007	2008	Montante	%
Serviços integradas	2,072,897	2,690,763	617,866	29.8%
Serviços dotados de autonomia administrativa	4,037,286	4,924,421	887,135	22.0%
Organismos autónomos	9,049,092	11,762,768	2,713,677	30.0%
Outros(11-00,12-00,40-00 e 50-00)	8,186,731	11,065,475	2,878,743	35.2%
Total	23,346,006	30,443,427	7,097,421	30.4%

1.5.2.2.3 *Análise por classificação funcional*

O ajustamento sobre as despesas integradas refere-se principalmente à dedução das transferências da RAEM na área funcional “9-00 Outras funções”, sendo que aquele ajustamento salienta o Plano de Participação Pecuniária, o apoio financeiro às vítimas da calamidade de inverno no Interior da China e do terramoto em Sichuan, verificando-se um acréscimo de 114,3% em comparação com 2007.

Por sua vez, dada a inclusão das despesas do PIDDA nas despesas integradas, tornou-se ainda mais saliente a variação relativa às despesas com as funções “6-00 Habitação” e “8-00 Serviços económicos”. Enquanto na função “8-00” se verificou uma diminuição de 7,7%, na “6-00” registou-se um incremento de 290,7%, relacionado com a despesa realizada na área de habitação e contabilizada essencialmente sob o PIDDA.

Quadro 1.5.2.2-C: Comparação anual, por classificação funcional, das despesas públicas integradas

(Unid. Milhares de patacas)

Classificação funcional	Despesas após eliminadas e integradas		Var.	
	2007	2008	Montante	%
1-00 Serviços gerais da administração pública	4,308,184	5,028,610	720,426	16.7%
2-00 Segurança pública	1,995,660	2,535,611	539,951	27.1%
3-00 Educação	3,113,438	3,797,377	683,939	22.0%
4-00 Saúde	1,859,463	2,051,166	191,703	10.3%
5-00 Previdência Social	3,561,091	3,433,855	-127,236	-3.6%
6-00 Habitação	183,314	716,193	532,879	290.7%
7-00 Outros serviços colectivos/sociais	1,541,384	2,847,104	1,305,721	84.7%
8-00 Serviços económicos	3,692,473	3,408,557	-283,916	-7.7%
9-00 Outras funções	3,091,000	6,624,954	3,533,954	114.3%
Total	23,346,006	30,443,427	7,097,421	30.4%

2. Situação de tesouraria da RAEM

2.1 Introdução

Este capítulo desempenha uma função complementar face aos anteriores, centrando-se, nomeadamente, sobre a escrituração dos fluxos de caixa não sujeitos à disciplina orçamental, designados por “*operações de tesouraria*”, nos termos do Título V do Regulamento Administrativo n.º 6/2006, na redacção que lhe foi dada pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009.

Desta forma, assegura-se o equilíbrio da equação fundamental de caixa, independentemente das operações respeitarem a dinheiros públicos movimentados por operações orçamentais ou extra-orçamentais:

CAIXA	
<i>Saldo da gerência anterior</i>	
+	
Receitas orçamentais	Despesas orçamentais
+	+
Recebimentos extra-orçamentais	Pagamentos extra-orçamentais
	+
	<i>Saldo para a gerência seguinte</i>
Total do débito	Total do crédito

Cabe aqui salientar que, enquanto as operações extra-orçamentais são contabilizadas à data em que ocorre o fluxo de caixa, o mesmo sucedendo com as receitas orçamentais, para as despesas orçamentais a equação de caixa observa ainda a existência do “*período complementar*”, registando o seu pagamento com referência a 31 de Dezembro da respectiva gerência, nos termos do n.º 2 do art.º 25.º do Decreto-Lei n.º 41/83/M, de 21 de Novembro.

No sentido de analisar a situação de tesouraria de uma determinada entidade podem utilizar-se diferentes ópticas, por exemplo, segundo (1) os cofres que a compõem, (2) a espécie do meio de pagamento utilizado, (3) a natureza dos fluxos de caixa processados durante um determinado período, (4) a distribuição geográfica dos fundos e fluxos, (5) o tipo de divisa envolvida, entre outras.

• **Distribuição orgânica (titularidade dos cofres)**

A primeira grande divisão, exigida no âmbito da Conta Geral da RAEM, respeita à titularidade dos cofres. Para além da Caixa do Tesouro (cuja supervisão compete ao Departamento de Contabilidade Pública da Direcção dos Serviços de Finanças), há a considerar ainda as restantes tesourarias dos diversos serviços e organismos públicos do Sector Público Administrativo (SPA) da Região, utilizando-se para o efeito a tipologia associada ao seu grau de autonomia, nomeadamente:

- 1) *Serviços integrados* – as suas operações de tesouraria são, em regra, asseguradas pela Caixa do Tesouro. A excepção é justificada pelos recebimentos de fundos com natureza transitória (por exemplo, receitas a entregar nos cofres da Recebedoria da Repartição de Finanças de Macau), ou pelo pagamento directo de despesas (por recurso a disponibilidades na própria caixa, ou cofre) por conta das respectivas dotações orçamentais;
- 2) *Serviços dotados de autonomia administrativa* – por definição, estes serviços estão autorizados a emitir os necessários meios para pagar (directamente do próprio cofre) todas as suas despesas. Deste modo, as suas operações de caixa compreendem não só operações extra-orçamentais, como também orçamentais (apenas no que se refere a despesas);
- 3) *Organismos autónomos* – neste caso, as suas operações de caixa, além das operações extra-orçamentais, poderão compreender quer o pagamento de despesas quer o recebimento de receitas orçamentais.

No presente enquadramento, os créditos orçamentais concedidos aos serviços dotados de autonomia administrativa são contabilizados, pela Caixa do Tesouro, como despesa orçamental no momento da respectiva libertação dos fundos.

• Distribuição por natureza dos fluxos de caixas

O agrupamento das operações por natureza dos fluxos de caixa, observa a seguinte estrutura:

1) Operações orçamentais – a fim de assegurar o equilíbrio fundamental de caixa, releva-se aqui (pelo menos) o saldo entre as receitas orçamentais e as despesas orçamentais líquidas de reposições abatidas nos pagamentos;

2) Operações extra-orçamentais – incluem os seguintes saldos e fluxos:

2.1) Fundos especiais – integram as operações em numerário sob a forma de fundos especiais, criados nos termos legais, que não se encontram sujeitos à disciplina orçamental, bem como as moedas comemorativas detidas pela RAEM (nota: a partir de 2008, os valores selados deixam de ser considerados como fundos de caixa);

2.2) Descontos nos vencimentos – reportam-se às operações relacionadas com descontos nos vencimentos e remunerações dos trabalhadores (independentemente do seu processamento ser, ou não, por retenção na fonte);

2.3) Outras operações passivas – referem-se às restantes operações de caixa em que os fluxos de entrada precedem os de saída (constituem a regra geral), compreendendo:

- Créditos orçamentais obtidos – importâncias escrituradas pelos Serviços com Autonomia Administrativa, relativas às dotações orçamentais recebidas da Caixa do Tesouro por conta do respectivo orçamento individualizado;
- Fundos permanentes obtidos – dinheiros públicos movimentados por comissões administrativas legalmente designadas para o efeito;
- Execuções fiscais – valores à guarda da Repartição de Execuções Fiscais da Direcção dos Serviços de Finanças;
- Cauções – fundos a devolver, em princípio, à entidade depositante (e.g. cauções provisórias e definitivas de arrematações e contratos, depósitos de estudantes, depósitos de reclusos, etc);
- Receitas em trânsito a liquidar – valores em trânsito que, após concluído o processo de liquidação, constituirão em princípio receitas orçamentais;
- Outros valores recebidos – rubrica residual.

- 2.4) Operações activas – por contraposição às anteriores, correspondem às operações de caixa em que os fluxos de saída precedem os de entrada.

• Quadros de apoio

Para efeitos apresentação de contas, prepararam-se os seguintes quadros:

a) Caixa do Tesouro:

- 2.1: Resumo da situação de tesouraria da Gerência de 2008
- 2.2: Distribuição e reconciliação, por cofre, do saldo da Caixa do Tesouro no final da Gerência
- 2.3: Demonstração, por natureza, das operações de tesouraria processadas através da Caixa do Tesouro durante a Gerência de 2008
- 2.4: Balanço da Caixa do Tesouro (em regime de caixa)

b) Restante sector público administrativo:

- 2.5: Síntese dos saldos dos cofres do sector público administrativo da RAEM (excluindo a Caixa do Tesouro)
- 2.6: Resumo, por natureza, das operações de tesouraria processadas pelo sector público administrativo durante a Gerência de 2008 (excluindo a Caixa do Tesouro)

2.2 Caixa do Tesouro

2.2.1 Enquadramento geral

Os cofres da Caixa do Tesouro, enquanto mecanismo utilizado no âmbito da Contabilidade Pública da Direcção dos Serviços de Finanças, são operacionalmente delimitados na sua quase totalidade pelas contas bancárias de tesouraria abertas junto dos bancos agentes: o Banco da China (BOC) e o Banco Nacional Ultramarino (BNU).

Nos termos das adendas aos respectivos contratos, outorgados a 4 de Maio de 2000, e publicados no *Boletim Oficial* da RAEM n.º 19, Série II, de 10 de Maio de 2000, ao BOC foi atribuída a função de cofre centralizador da receita pública cobrada (a partir da conta bancária de recebedoria), incumbindo ao BNU o papel de pagador por excelência da

despesa do Governo (através da conta bancária de tesouraria).

Por outro lado, e por contrapartida da Conta do Tesouro junto da Autoridade Monetária de Macau, compete a esta entidade a gestão dos níveis de liquidez daquelas contas, mantendo-as dentro dos parâmetros devidamente acordados.

Paralelamente, ainda no âmbito da Caixa do Tesouro, existem outras contas domiciliadas quer junto dos bancos agentes, quer de outras instituições bancárias, constituídas por motivos de funcionalidade administrativa (por exemplo, contas denominadas em divisas externas para efeitos de minimização do risco cambial aquando de transferências para o exterior, ou contas tituladas pela RAEM para efeitos de desconto automático de comissões exigidas pelas instituições bancárias aderentes ao sistema de pagamento de impostos via “*Rede Jetco*”).

2.2.2 Situação de tesouraria no final da Gerência

No final da Gerência de 2008, nos cofres da Caixa do Tesouro encontravam-se depositados cerca de 77,8 mil milhões de patacas (um aumento de cerca de 48% face aos quase 52,5 mil milhões de patacas acumulados até ao final de 2007 – ver Quadro 2.1), sendo de salientar que aquele valor é praticamente idêntico ao do saldo acumulado das operações orçamentais (77,5 mil milhões), o que por si assegura uma sólida base financeira à Região Administrativa Especial de Macau.

Do apuramento da posição de caixa da Região (2.4), pode ver-se que a estrutura do activo se materializa quase na totalidade no depósito à ordem constituído junto da AMCM, este contabilizado em cerca de 81,4 mil milhões de patacas (superior aliás ao próprio saldo da Gerência, o que se justifica pela existência do período complementar para pagamento em “n+1” de despesa suportada por conta do orçamento do ano “n”).

Por outro lado, o mesmo quadro (obtido a partir de 2.3) disponibiliza a situação final de 2008 para o passivo, fundos especiais e situação líquida, agora com um novo formato face ao desdobramento apresentado em 2007.

Ao contrário de 2007, o bloco dos fundos especiais (excluindo a conta reflexa do depósito do Tesouro junto da AMCM) é agora plenamente justificado pela moeda comemorativa em cofre, no valor de pouco mais de 40 mil patacas, grandeza esta que não sofreu

qualquer alteração durante a Gerência de 2008. Relativamente aos valores selados (estampilhas fiscais), que deixaram de ser considerados como fundos de caixa, a sua situação pode resumir-se no seguinte quadro (por cofre):

(Unidade: MOP)

	BNU	Recebedoria da RFM	Total
Saldo inicial	22.200.000,00	12.275.225,00	34.475.225,00
Adicionado das entradas	0,00	0,00	0,00
Subtraído das saídas	0,00	2.179.466,00	2.179.466,00
Saldo final	22.200.000,00	10.095.759,00	32.295.759,00

Quanto às operações passivas de tesouraria com maior peso no saldo final de caixa, realçam-se dois itens relativos ao Plano de Participação Pecuniária no valor conjunto de cerca de 186 milhões de patacas (aproximadamente 72 milhões em depósito na conta bancária de tesouraria junto do BNU, e 114 milhões em duas outras contas constituídas para o efeito junto dos bancos agentes – ver Quadro 2.2), tendo sido reservada junto da Caixa do Tesouro uma dotação global de 2,6 mil milhões de patacas (ver coluna “entradas” da conta 5998 do grupo 2.3.9 do Quadro 2.3), a fim assegurar a boa execução do Plano, ao abrigo do artigo 9.º do Regulamento Administrativo n.º 12/2008. Este item de operações de tesouraria foi ainda (e excluindo as movimentações no âmbito da conta do Tesouro junto da AMCM) o mais significativo no que respeita ao volume de fundos movimentados pelos cofres da Caixa do Tesouro (ver Quadro 2.3).

Em segunda e terceira posição, em termos de saldo final, surgem as rubricas relativas a descontos nos vencimentos e às execuções fiscais, respectivamente, com 36,6 milhões de patacas e 10,2 milhões de patacas.

No caso dos descontos nos vencimentos, e excluindo mais uma vez os fluxos de/para a conta do Tesouro junto da AMCM, é de frisar aqui que aqueles são também relevantes em termos do volume de fundos movimentados pela Caixa do Tesouro, com um nível de entradas e saídas a rondar os 600 milhões de patacas (não sendo de menosprezar o facto de constituírem uma das actividades centrais do Sector de Operações de Tesouraria da DSF, quer em número de operações envolvidas, bem como de documentação processada).

De entre as contas de descontos mais movimentadas (ver colunas das entradas e saídas do

grupo 2.2.0 do Quadro 2.3) surgem em posição cimeira as associadas ao Fundo de Pensões pelas quais passaram mais de 350 milhões de patacas – destacando-se a conta 5903 com fluxos na ordem dos 265 milhões de patacas resultantes de contribuições para efeitos de aposentação e sobrevivência, retidas nos vencimentos ao abrigo, respectivamente, da alínea (a) do n.º 5 do artigo 259.º, e do n.º 7 do artigo 271.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 87/89/M, de 21 de Dezembro, bem como a conta 0994 relativa ao Fundo de Previdência, com perto de 83 milhões de patacas em movimentações provenientes de descontos calculados nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2006, e retidos na fonte aos trabalhadores conforme disposto no ponto 1 do n.º 1 do artigo 7.º do mesmo diploma.

Em segunda posição surge a rubrica 5995 do Imposto Profissional, cujos fundos respeitam a descontos sobre os vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública processados através da Caixa do Tesouro (e retidos na fonte ao abrigo do n.º 1 do art.º 32.º do Regulamento do Imposto Profissional, aprovado pela Lei n.º 2/78/M, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 12/2003), totalizando aqui 121,1 milhões de patacas em entradas e quase 84,6 milhões de patacas em saídas, de que resulta um saldo final em cofre de 36,6 milhões de patacas, correspondente às importâncias dos descontos do quarto trimestre, a remeter pela DSF à entidade patronal dos respectivos trabalhadores, que posteriormente as entregam na Recebedoria da Repartição de Finanças de Macau (até ao limite da data fixada no n.º 2 do artigo 34.º do mesmo Regulamento).

Por último, apenas uma referência às operações activas de tesouraria, sob a responsabilidade da Caixa do Tesouro, nas quais não foi registada qualquer alteração estrutural.

2.3 Cofres próprios dos serviços e organismos do SPA (excluindo a Caixa do Tesouro)

O objectivo desta secção é, excluindo-se a Caixa do Tesouro, apresentar a situação de tesouraria dos restantes serviços do sector público administrativo (SPA), seguindo-se basicamente a metodologia estabelecida no exercício anterior.

A primeira nota a apontar relaciona-se com as correcções introduzidas sobre os saldos da Gerência de 2007 (ver Quadro 2.5) dos organismos autónomos (cerca de +2,3 mil

milhões de patacas), dos serviços integrados (cerca de –15,3 milhões de patacas) e dos dotados de autonomia administrativa (cerca de –1,0 milhão de patacas), assentes principalmente nos seguintes motivos:

- a) Reclassificação de valores depositados junto da AMCM, e integração de outros anteriormente não considerados nas contas da mesma entidade elaboradas segundo o regime de caixa;
- b) Exclusão dos montantes integrados no Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos;
- c) Exclusão dos valores selados dos elementos de caixa, pelo que o ajustamento no saldo do IACM;
- d) Regularização de receitas orçamentais em trânsito cobradas por serviços com função de recebedoria, mas cujo processo de liquidação ainda não fora totalmente concluído, o que só se verifica após a sua transferência para o cofre central junto da Caixa do Tesouro, nomeadamente a conta da Recebedoria da Repartição de Finanças de Macau;
- e) Rectificação de valores de despesas pagas no período complementar, que na gerência anterior foram indevidamente incluídos no saldo final no grupo das operações passivas de tesouraria;
- f) Emenda de valores expressos em patacas relativos a divisa externa;
- g) Regularização de pequenos valores em cofre, para os quais se verificaram entretanto algumas incongruências ao nível de classificação ou de normalização documental.

As origens daquelas correcções encontram-se ainda resumidas (por natureza) no Quadro 2.6, o qual fornece igualmente um panorama global relativamente aos saldos e movimentações do período.

Quanto ao bloco dos restantes organismos do sector público administrativo, que por definição não apresentam operações orçamentais, uma vez que a sua contabilização é da responsabilidade directa da Caixa do Tesouro, pese embora possam pagar despesas pelos próprios cofres por recurso a créditos orçamentais atribuídos através da Caixa do Tesouro (ver grupo 2.3.1 do Quadro 2.6), no final da Gerência de 2008, de entre os saldos mais significativos, realça-se o das cauções com quase 209 milhões de patacas, depositadas principalmente junto de:

- Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (35-00), com 89,5 milhões de patacas;
- Direcção dos Serviços de Finanças (09-00), com 63 milhões de patacas;
- Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos (26-00), com 25,8 milhões de patacas;
- Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau (28-00), com 14,9 milhões de

patacas.

Uma última nota apenas para a questão das correcções introduzidas ao saldo da Gerência de 2007, onde cabe dizer que houve essencialmente uma reclassificação de operações de tesouraria da rubrica residual “outros valores recebidos”, para outras rubricas, sobretudo para as “receitas em trânsito a liquidar”, cujos valores são cobrados pelos cofres dos diversos serviços da Administração e, após devidamente liquidados, são transferidos para o cofre central junto da Caixa do Tesouro, nomeadamente a conta da Recebedoria da Repartição de Finanças de Macau.

2.4 Tesouraria consolidada do SPA

Face ao exposto, a posição de caixa consolidada do sector público administrativo (SPA), ou seja, da Caixa do Tesouro com as tesourarias existentes junto dos diversos serviços e organismos públicos, no final da Gerência de 2008, resume-se no seguinte quadro:

(Unidade: MOP)

Tesourarias	Saldo da Gerência 2008	
	Inicial	Final
A. Caixa do Tesouro	(*) 52.446.023.453,31	77.804.430.268,31
B. Restantes entidades do SPA (total bruto)	(**) 83.379.364.217,40	91.450.561.569,13
C. Deduzindo-se os depósitos de outros serviços e organismos do SPA junto:		
C1) da Caixa Económica Postal	69.046.197,11	64.586.542,72
C2) da Autoridade Monetária de Macau	12.173.206,52	10.236.262,97
E deduzindo ainda o depósito do Tesouro junto:		
C3) da Autoridade Monetária de Macau	56.249.100.000,00	81.467.100.000,00
Obtém-se o:		
D. Total líquido em cofre (=A+B-C)	79.495.068.267,08	87.713.069.031,75

(*) Valores selados excluídos, como atrás se justifica.

(**) Saldo corrigido conforme indicado no Quadro 2.5.

Na Gerência de 2008 deu-se mais um passo no sentido de uniformizar o tratamento contabilístico dado pelas entidades do SPA quer às operações orçamentais quer extra-orçamentais. Não obstante a existência de áreas que poderão ainda ser melhoradas em termos de apresentação e divulgação das contas finais, os resultados atingidos são um valioso ponto de referência para futuros trabalhos, constituindo um enorme passo para aumentar o nível de transparência no tratamento dos dinheiros públicos.

Quadro 2.1
Resumo da situação de tesouraria da Gerência de 2008

(Unidade: MOP)

Débito		Crédito	
Designação	Total	Designação	Total
Saldo da Gerência anterior	52,446,023,453.31	Despesas orçamentais	25,943,522,450.50
De operações orçamentais 52,435,385,711.57		Despesa bruta 25,975,365,393.00	
De operações extra-orçamentais 10,637,741.74		Reposições abatidas nos pagamentos -31,842,942.50	
Saldo devedor 56,262,934,158.77			
Saldo credor 56,252,296,417.03			
Receitas orçamentais	51,076,674,641.00	Saídas extra-orçamentais	83,030,723,570.67
Entradas extra-orçamentais	83,255,978,195.17	Saldo para a Gerência seguinte	77,804,430,268.31
		De operações orçamentais 77,568,537,902.07	
		Anos findos 52,435,385,711.57	
		Ano corrente 25,133,152,190.50	
		De operações extra-orçamentais 235,892,366.24	
		Saldo devedor 81,705,690,925.57	
		Saldo credor 81,469,798,559.33	
Total do débito	186,778,676,289.48	Total do crédito	186,778,676,289.48

Quadro 2.2
Distribuição e reconciliação, por cofre, do saldo da Caixa do Tesouro no final da Gerência

(Unidade: MOP)

Cofre	Saldo efectivo a 31/12/2008	A acrescentar	A deduzir	Saldo da Gerência finda a 31/12/2008	Saldo da Gerência finda a 31/12/2007
Caixa do Tesouro junto do Banco da China	59,683,295.94	77,968,224.90	1,662,428,098.10	-1,524,776,577.26	-1,202,348,473.46
Ajustamentos de operações orçamentais		77,968,224.90	1,662,428,098.10		
Ajustamentos de operações extra-orçamentais		0.00	0.00		
Caixa do Tesouro junto do Banco Nacional Ultramarino (a)	6,411,362.24	67,002.70	2,258,630,248.70	-2,252,151,883.76	-2,601,274,210.26
Ajustamentos de operações orçamentais		0.00	2,258,131,492.70		
Ajustamentos de operações extra-orçamentais		67,002.70	498,756.00		
Caixa do Tesouro junto da Autoridade Monetária de Macau	81,467,100,000.00	0.00	0.00	81,467,100,000.00	56,249,100,000.00
Caixa do Tesouro junto da Caixa Geral de Depósitos, em Portugal	30,279.33	0.00	0.00	30,279.33	528,137.03
Contas "RAEM-Jetco":					
Banco da China	4,000.00	0.00	0.00	4,000.00	4,000.00
Banco Nacional Ultramarino	4,000.00	0.00	0.00	4,000.00	4,000.00
Banco Comercial de Macau	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco Luso Internacional	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco Seng Heng	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco Tai Fung	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco Weng Hang	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Contas do plano de participação pecuniária:					
Banco da China	75,593,350.00	0.00	0.00	75,593,350.00	0.00
Banco Nacional Ultramarino	38,617,100.00	0.00	0.00	38,617,100.00	0.00
Total (b)	81,647,453,387.51	78,035,227.60	3,921,058,346.80	77,804,430,268.31	52,446,023,453.31

Observações:

(a) - O saldo bancário a 31/12/2008, para além da importância referente à conta bancária de tesouraria (\$6,371,112.24), inclui ainda as moedas comemorativas (\$40,250.00).

(b) - Além das contas indicadas no mapa, há ainda a acrescentar os seguintes valores (c/ref:ª a 31/12/2008):

- Depositados junto do Banco da China:	
#01-012-078630-8: Conta de descontos	\$5,351.00
#01-012-078633-2: Conta de diferenças cambiais	\$253,656.53
#01-01-20-786201: Conta de recebedoria	-\$1,356.53
- Depositados junto do Banco Nacional Ultramarino:	
#001-800052-111-4: Conta de descontos	\$264,711.00
#001-298893-916-8: Conta de diferenças cambiais	\$1,331,200.45

Quadro 2.3
Demonstração, por natureza, das operações de tesouraria processadas através da Caixa do Tesouro durante a Gerência de 2008

(Unidade: MOP)								
Grupo	Código	Designação da conta de operações de tesouraria	Saldo da Gerência anterior		Entradas	Saídas	Saldo para a Gerência seguinte	
			Devedor	Credor			Devedor	Credor
1.0.0	5902	Operações orçamentais	52,435,385,711.57	0.00	25,133,152,190.50	0.00	77,568,537,902.07	0.00
		Tesouro Público – Conta dos saldos das receitas sobre as despesas orçamentais	52,435,385,711.57	0.00	25,133,152,190.50	0.00	77,568,537,902.07	0.00
2.0.0		Operações extra-orçamentais	56,262,934,158.77	56,252,296,417.03	83,255,978,195.17	83,030,723,570.67	81,705,690,925.57	81,469,798,559.33
2.1.0		Fundos especiais	56,249,140,250.00	0.00	51,497,500,000.00	26,279,500,000.00	81,467,140,250.00	0.00
	(a)	Depósito do Tesouro junto da AMCM	56,249,100,000.00	0.00	51,497,500,000.00	26,279,500,000.00	81,467,100,000.00	0.00
	5930	Emissão de moeda comemorativa – Jóias e outros valores	40,250.00	0.00	0.00	0.00	40,250.00	0.00
2.2.0		Descontos nos vencimentos	37,347.15	0.00	622,661,459.70	586,060,697.70	36,638,109.15	0.00
	0848	Associação de Trabalhadores da Função Pública de Macau	0.00	0.00	430,631.00	430,631.00	0.00	0.00
		Associação de Trabalhadores da Função Pública de Macau (ATFPM)	0.00	0.00	430,631.00	430,631.00	0.00	0.00
	0747	Direcção dos Serviços de Correios	0.00	0.00	24,896.00	24,896.00	0.00	0.00
		Dir. Serv. de Correios – Renda de prédios urbanos e despesas de administração	0.00	0.00	24,896.00	24,896.00	0.00	0.00
		Caixa Económica Postal	0.00	0.00	86,959,008.40	86,959,008.40	0.00	0.00
	0702	CEP – Adiantamento de vencimentos	0.00	0.00	86,217,268.00	86,217,268.00	0.00	0.00
	0703	CEP – Adiantamento da compra de casa	0.00	0.00	515,896.80	515,896.80	0.00	0.00
	0710	CEP – Alienação de fogos	0.00	0.00	225,843.60	225,843.60	0.00	0.00
	5903	Fundo de Pensões	0.00	0.00	350,417,190.00	350,417,190.00	0.00	0.00
	0746	F. Pensões – Reposições não abatidas nos pagamentos	0.00	0.00	264,738,870.00	264,738,870.00	0.00	0.00
	0994	F. Pensões – Fundo de Previdência (Lei #8/2006)	0.00	0.00	455,954.00	455,954.00	0.00	0.00
	0995	F. Pensões – Contribuições retroactivas para o Fundo de Previdência	0.00	0.00	82,918,987.00	82,918,987.00	0.00	0.00
		Fundo de Segurança Social	0.00	0.00	2,303,379.00	2,303,379.00	0.00	0.00
	0888	Fundo de Segurança Social – Macau	0.00	0.00	918,375.00	918,330.00	45.00	0.00
		Grupo Recreativo das Finanças	0.00	0.00	918,375.00	918,330.00	45.00	0.00
	0844	Grupo Recreativo das Finanças – Quota	0.00	0.00	68,470.00	68,470.00	0.00	0.00
		Instituto de Assuntos Cívicos e Municipais	0.00	0.00	19,550.00	19,550.00	0.00	0.00
	0713	IACM – Adiantamento de vencimentos	0.00	0.00	9,000.00	9,000.00	0.00	0.00
	0821	IACM – Centro Social	0.00	0.00	2,880.00	2,880.00	0.00	0.00
	0822	IACM – Renda	0.00	0.00	7,670.00	7,670.00	0.00	0.00
		Montepio Geral de Macau	0.00	0.00	19,731,621.00	19,731,621.00	0.00	0.00
	0704	MGM – Pensão de aposentação (Jóia)	0.00	0.00	5,064.00	5,064.00	0.00	0.00
	0705	MGM – Pensão familiar (Jóia)	0.00	0.00	180.00	180.00	0.00	0.00
	0706	MGM – Adiantamento de vencimentos	0.00	0.00	19,216,622.00	19,216,622.00	0.00	0.00
	0805	MGM – Pensão de aposentação (Quota)	0.00	0.00	384,731.30	384,731.30	0.00	0.00
	0806	MGM – Pensão familiar (Quota)	0.00	0.00	14,444.70	14,444.70	0.00	0.00
	0807	MGM – Desconto de renda de casa	0.00	0.00	110,579.00	110,579.00	0.00	0.00
		Obra Social dos Serviços de Alfândega	0.00	0.00	1,779,534.00	1,779,534.00	0.00	0.00
	0750	OSSA	0.00	0.00	1,429,195.00	1,429,195.00	0.00	0.00
	0751	OSSA – Empréstimo	0.00	0.00	350,339.00	350,339.00	0.00	0.00
		Obra Social da Capitania dos Portos	0.00	0.00	426,103.00	426,103.00	0.00	0.00
	0823	OSCP	0.00	0.00	425,308.00	425,308.00	0.00	0.00
	0733	OSCP – Empréstimo	0.00	0.00	795.00	795.00	0.00	0.00
		Obra Social do Corpo de Bombeiros	0.00	0.00	1,097,950.00	1,097,950.00	0.00	0.00
	0890	O.S. do Corpo de Bombeiros	0.00	0.00	1,097,950.00	1,097,950.00	0.00	0.00
		Obra Social da Polícia Judiciária	0.00	0.00	438,891.00	438,891.00	0.00	0.00
	0826	O.S. da Polícia Judiciária	0.00	0.00	438,891.00	438,891.00	0.00	0.00
		Obra Social da Polícia de Segurança Pública	0.00	0.00	19,801,556.00	19,801,556.00	0.00	0.00
	0718	OSPSP – Adiantamento de vencimentos	0.00	0.00	13,578,030.00	13,578,030.00	0.00	0.00
	0827	OSPSP – Quota	0.00	0.00	4,732,246.00	4,732,246.00	0.00	0.00
	0828	OSPSP – Renda de casa	0.00	0.00	1,491,280.00	1,491,280.00	0.00	0.00
		Serviços de Saúde	0.00	0.00	18,571,487.90	18,571,487.90	0.00	0.00
	0885	Assistência a funcionários	0.00	0.00	18,571,487.90	18,571,487.90	0.00	0.00
		Recebedoria da Repartição de Finanças de Macau	216.00	0.00	121,171,422.00	84,570,705.00	36,600,933.00	0.00
	5995	Imposto Profissional	216.00	0.00	121,171,422.00	84,570,705.00	36,600,933.00	0.00
		Descontos efectuados por ordem judicial	37,131.15	0.00	752,382.40	752,382.40	37,131.15	0.00
	5925	Depósitos judiciais	37,131.15	0.00	0.00	0.00	37,131.15	0.00
	0825	Penhora de vencimentos	0.00	0.00	231,680.00	231,680.00	0.00	0.00
	0854	Depósitos diversos – Pensão alimentícia	0.00	0.00	520,702.40	520,702.40	0.00	0.00
		Outros descontos	0.00	0.00	52,392.00	52,392.00	0.00	0.00
	0749	Fundos de previdência diversos – Despesas a liquidar	0.00	0.00	52,392.00	52,392.00	0.00	0.00
2.3.0		Outras operações passivas de tesouraria	13,756,561.62	0.00	4,852,767,417.77	4,664,611,412.97	201,912,566.42	0.00
2.3.3		Execuções fiscais	11,709,242.15	0.00	5,993,841.50	7,455,098.00	10,247,985.65	0.00
	0748	Pagamentos em prestações e por conta na Repartição de Execuções Fiscais	11,687,584.15	0.00	4,389,912.50	5,847,638.00	10,229,858.65	0.00
	0752	Repartição de Execuções Fiscais – Cobrança coerciva	21,658.00	0.00	1,603,929.00	1,607,460.00	18,127.00	0.00
2.3.5		Cauções	1,501,182.44	0.00	2,143,447.00	1,396,000.00	2,248,629.44	0.00
	5911	Cauções de arrematações e contratos	1,501,182.44	0.00	2,143,447.00	1,396,000.00	2,248,629.44	0.00
2.3.6		Receitas em trânsito a liquidar	0.00	0.00	18,291.00	3,619.00	14,672.00	0.00
	5996	Duplicação de colecta	0.00	0.00	18,291.00	3,619.00	14,672.00	0.00
2.3.9		Outros valores recebidos	546,137.03	0.00	4,844,611,838.27	4,655,756,695.97	189,401,279.33	0.00
	5998	Plano de comparticipação pecuniária	0.00	0.00	2,600,235,000.00	2,528,137,450.00	72,097,550.00	0.00
		Contas do plano de comparticipação pecuniária	0.00	0.00	2,147,741,450.00	2,033,531,000.00	114,210,450.00	0.00
	0850	Diversos – Despesas a liquidar	0.00	0.00	93,633,928.27	90,588,928.27	3,045,000.00	0.00
	(b)	Transferência de fundos (conta "DECM-DSF", em Portugal)	528,137.03	0.00	3,001,460.00	3,499,317.70	30,279.33	0.00
	(c)	Contas correntes "RAEM-Jetco"	18,000.00	0.00	0.00	0.00	18,000.00	0.00
2.4.0		Operações activas de tesouraria	0.00	56,252,296,417.03	26,283,049,317.70	51,500,551,460.00	0.00	81,469,798,559.33
2.4.9		Outros valores pagos	0.00	56,252,296,417.03	26,283,049,317.70	51,500,551,460.00	0.00	81,469,798,559.33
	5988	Conta de Tesouraria de Fazenda na AMCM	0.00	56,249,100,000.00	26,279,500,000.00	51,497,500,000.00	0.00	81,467,100,000.00
	0850	Diversos – Despesas a liquidar	0.00	2,668,280.00	50,000.00	50,000.00	0.00	2,668,280.00
	5983	Transferência de fundos	0.00	528,137.03	3,499,317.70	3,001,460.00	0.00	30,279.33
		Total	108,698,319,870.34	56,252,296,417.03	108,389,130,385.67	83,030,723,570.67	159,274,228,827.64	81,469,798,559.33
		Posição de tesouraria no final da Gerência		52,446,023,453.31			77,804,430,268.31	

Obs. : (a) Conta reflexa em relação à "5988 – Conta de Tesouraria de Fazenda na AMCM"
(b) Conta reflexa em relação à "5983 – Transferência de fundos"
(c) Conta reflexa em relação às transferências para as contas bancárias "RAEM-Jetco" processadas via "0850 – Diversos – Despesas a liquidar"

Quadro 2.4
Balanço da Caixa do Tesouro (em regime de caixa)

Descritivo	Saldo no final da Gerência de 2008 (Unidade: MOP) (Obs.)
ACTIVO	
Dinheiro e depósitos bancários	77,804,430,268.31
AMCM - Conta à ordem	81,467,100,000.00
BOC - Conta de tesouraria	(1,524,776,577.26)
BNU - Conta de tesouraria	(2,252,151,883.76)
BOC - Plano de comparticipação pecuniária	75,593,350.00
BNU - Plano de comparticipação pecuniária	38,617,100.00
Caixa Geral de Depósitos, em Portugal	30,279.33
Contas "RAEM-Jetco"	18,000.00
Operações activas de tesouraria (saldos credores de operações de tesouraria)	2,650,280.00
Outros valores pagos	
Conta de Tesouraria de Fazenda na AMCM	81,467,100,000.00
Diversos – Despesas a liquidar	2,668,280.00
Transferência de fundos	30,279.33
<i>Deduzindo-se os saldos devedores das contas reflexas:</i>	
Depósito do Tesouro junto da AMCM	(81,467,100,000.00)
Transf. ^a de fundos (conta "DECM-DSF", em Portugal)	(30,279.33)
Contas correntes "RAEM-Jetco"	(18,000.00)
Total do activo	77,807,080,548.31
PASSIVO, FUNDOS ESPECIAIS E SITUAÇÃO LÍQUIDA	
Operações passivas de tesouraria (saldos devedores de operações de tesouraria)	238,502,396.24
Descontos nos vencimentos	36,638,109.15
Execuções fiscais	
Pagamentos em prestações e por conta na REF	10,229,858.65
Repartição de Execuções Fiscais – Cobrança coerciva	18,127.00
Cauções	2,248,629.44
Receitas em trânsito a liquidar	14,672.00
Outros valores recebidos	
Plano de comparticipação pecuniária	72,097,550.00
Contas do plano de comparticipação pecuniária	114,210,450.00
Diversos – Despesas a liquidar	3,045,000.00
Transferência de fundos (conta "DECM-DSF", em Portugal)	30,279.33
Contas correntes "RAEM-Jetco"	18,000.00
<i>Deduzindo-se os saldos credores das contas reflexas:</i>	
Transferência de fundos	(30,279.33)
Diversos – Despesas a liquidar	(18,000.00)
Fundos especiais	40,250.00
Depósito do Tesouro junto da AMCM	81,467,100,000.00
Moeda comemorativa	40,250.00
<i>Deduzindo-se os saldos credores das contas reflexas:</i>	
Conta de Tesouraria de Fazenda na AMCM	(81,467,100,000.00)
Situação líquida	77,568,537,902.07
Saldo de anos findos	52,435,385,711.57
Saldo orçamental de 2008	25,133,152,190.50
Total do passivo, fundos especiais e situação líquida	77,807,080,548.31

Observações:

- a) As "contas reflexas" registam movimentos internos entre cofres de um mesmo organismo, com efeito nulo sobre o saldo de tesouraria (uma vez que a um fluxo de entrada corresponde um de saída pelo mesmo valor), pressupondo aquelas operações meros ajustamentos nos saldos dos cofres para optimizar os seus níveis de liquidez e operacionalidade.
- b) Apenas a parte respeitante ao valor das contas "RAEM-Jetco".

Quadro 2.5
Síntese dos saldos dos cofres do sector público administrativo da RAEM (excluindo a Caixa do Tesouro)

(Unidade: MOP)						
C.Org.	Designação portuguesa	Saldo da Gerência de 2007	Correcções ao saldo de 2007	Saldo da Gerência de 2007	Saldo da Gerência de 2008	Obs.
	Serviços integrados	197,841,680.59	- 15,339,889.52	182,501,791.07	186,785,206.00	
01-02	Gab. Chefe do Executivo	0.00		0.00	0.00	a)
01-03	Secretaria do Conselho Executivo	0.00		---	---	
01-06	Gab. Secretária para a Administração e Justiça	0.00		0.00	0.00	
01-07-1	Gab. Secretário para a Economia e Finanças (Gab. Secretário)	0.07		0.07	0.07	
01-07-2	Cons. Permanente de Concertação Social	0.00		0.00	0.00	
01-07-3	Cons. Desenvolvimento Económico	0.00		0.00	0.00	
01-08	Gab. Secretário para a Segurança	0.00		0.00	0.00	
01-09-1	Gab. Secretário Assuntos Sociais e Cultura (Gab. Secretário)	0.00		0.00	0.00	
01-09-2	Com. Apoio ao Desenvolvimento Turístico	0.00		0.00	0.00	
01-10-1	Gab. Secretário Transportes e Obras Públicas (Gab. Secretário)	0.01		0.01	0.01	
01-10-2	Cons. Ciência e Tecnologia	0.00		0.00	0.00	
01-18	Gab. Reforma Jurídica	0.00		0.00	0.00	
01-19	Gab. Protecção de Dados Pessoais	0.00		0.00	0.00	
01-20	Gab. Desenvolvimento de Infra-estruturas	0.00		0.00	0.00	
01-21	Gab. Desenvolvimento do Sector Energético	0.00		0.00	0.00	
01-22	Gab. Apoio Fórum China-Países de Língua Portuguesa	0.00		0.00	0.00	
01-23	Gab. Informação Financeira	0.00		0.00	0.00	
01-24	Gab. Recursos Humanos	0.00		0.00	0.00	
01-25	Gab. Infra-estruturas de Transportes	0.00		0.00	0.00	
03-00	Dir. Serv. Administração e Função Pública	410,781.64		410,781.64	1,640,608.37	
07-00	Dir. Serv. Estatística e Censos	0.00	+ 7,035.00	7,035.00	0.00	
08-00	Dir. Serv. Regulação de Telecomunicações	0.00		0.00	0.00	
09-00	Dir. Serv. Finanças	42,991,035.77	- 48,722.20	42,942,313.57	63,061,957.17	
12-00-2	Com. Segurança dos Combustíveis	0.00		0.00	0.00	
12-00-3	Com. Registo dos Auditores e dos Contabilistas	1,450.00		1,450.00	0.00	
13-00	Gab. Apoio ao Ensino Superior	167,986.03		167,986.03	156,783.63	
14-00	Dir. Serv. Assuntos de Tráfego	0.00		0.00	1,579,081.80	
18-00	Dir. Serv. Identificação	0.00	+ 9,530.97	9,530.97	8,835.97	
19-00-1	Dir. Serv. Economia (Dir. Serviços)	11,488,777.65		11,488,777.65	2,602,011.69	
19-00-2	Gab. Prep. Participação de Macau na Exposição Mundial de Shanghai	0.00		0.00	0.00	
22-00	Dir. Serv. Meteorológicos e Geofísicos	0.02		0.02	0.02	
23-00	Dir. Serv. Turismo	2,091,020.88		2,091,020.88	2,048,185.48	
24-00	Gab. Comunicação Social	0.02		0.02	0.02	
25-00	Serv. de Polícia Unitários	26,266.00		26,266.00	30,603.00	
26-00	Dir. Inspeção e Coordenação de Jogos	23,906,276.12		23,906,276.12	25,821,034.16	
29-00	Dir. Serv. Assuntos Laborais	40,139.40		40,139.40	3.50	
30-00	Conselho dos Magistrados Judiciais	0.00		---	---	a)
31-00	Dir. Serv. Cartografia e Cadastro	295,308.58		295,308.58	303,100.05	
32-00	Polícia Judiciária	0.00		0.00	0.00	b)
34-01	Dir. Serv. Assuntos de Justiça (Dir. Serviços)	0.00	+ 0.23	0.23	0.23	
34-15	Gab. Assuntos do Direito Internacional	0.00	+ 0.69	0.69	0.69	b)
34-21	Serv. Registos e do Notariado	15,328,018.00	- 15,307,734.21	20,283.79	12,798.29	
35-00	Dir. Serv. Solos, Obras Públicas e Transportes	101,094,620.40		101,094,620.40	89,520,201.85	b)
	Serviços e organismos dotados de autonomia administrativa	92,462,634.85	- 1,003,036.56	91,459,598.29	99,861,380.75	
01-12	DECM - Lisboa	844,973.82		844,973.82	1,713,388.81	b)
01-13	DECM - União Europeia	546,971.69		546,971.69	331,250.16	
01-15	Delegação da RAEM em Pequim	4,043,291.70		4,043,291.70	3,922,623.09	b), c)
01-17	DECM - OMC	1,066,196.55	- 627,038.46	439,158.09	1,156,308.00	
05-01	Dir. Serv. Educação e Juventude (Dir. Serviços)	23,968,057.95	+ 7.00	23,968,064.95	21,030,864.60	b), c)
05-03	Escolas Oficiais	4,080,504.00	+ 148.00	4,080,652.00	2,093,469.50	
05-04	Departamento de Juventude	4,918,648.70		4,918,648.70	3,491,878.30	c)
20-00	Estabelecimento Prisional de Macau	6,639,672.24		6,639,672.24	15,869,376.44	c)
21-00	Serv. Alfândega da RAEM	1,672,532.81		1,672,532.81	2,515,104.81	c)
27-00	Capitania dos Portos	3,294,205.86		3,294,205.86	2,440,940.96	b)
28-00	Dir. Serv. Forças de Segurança de Macau	29,119,303.82	- 20.00	29,119,283.82	36,817,838.57	
37-00	Instituto do Desporto	9,186,510.71	- 376,133.10	8,810,377.61	6,215,215.31	b)
38-00	Instituto Cultural	3,081,765.00		3,081,765.00	2,263,122.20	

(continua)

(continuação)

Quadro 2.5
Síntese dos saldos dos cofres do sector público administrativo da RAEM (excluindo a Caixa do Tesouro)

(Unidade: MOP)						
C.Org.	Designação portuguesa	Saldo da Gerência de 2007	Correcções ao saldo de 2007	Saldo da Gerência de 2007	Saldo da Gerência de 2008	Obs.
	Serviços e organismos dotados de autonomia financeira	80,801,573,462.86	+ 2,303,829,365.18	83,105,402,828.04	91,163,914,982.38	
50-03	Fundo de Acção Social Escolar	27,471,055.38		27,471,055.38	11,294,332.60	
50-04	Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	32,825,501.32		32,825,501.32	37,050,949.34	
50-05	Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	439,872,764.61		439,872,764.61	179,432,250.88	
50-06	Fundo de Turismo	146,342,023.66		146,342,023.66	280,186,691.70	
50-07	Instituto de Acção Social	101,184,279.00		101,184,279.00	83,679,683.37	
50-10	Obra Social da Polícia Judiciária	1,872,829.95		1,872,829.95	2,213,232.30	
50-11	Obra Social da Polícia de Segurança Pública	5,620,926.80		5,620,926.80	7,065,980.42	
50-15-1	Direcção dos Serviços de Correios (excluindo CEP)	838,782,462.05		838,782,462.05	875,007,013.01	
50-15-2	Caixa Económica Postal	55,624,248.53		55,624,248.53	844,435,301.09	
50-16	Cofre dos Assuntos de Justiça	71,301,956.32		71,301,956.32	59,617,254.54	
50-17	Imprensa Oficial	55,523,951.95		55,523,951.95	61,273,215.57	
50-18	Fundo de Pensões	1,271,294,080.46	- 328,156,908.87	943,137,171.59	548,326,025.63	d)
50-20	Fundo de Segurança Social	1,391,002,280.27		1,391,002,280.27	2,535,759,983.96	
50-21	Fundo do Estabelecimento Prisional de Macau	93,908.06		93,908.06	433,088.56	
50-22	Autoridade Monetária de Macau	70,811,068,681.66	+ 2,635,915,853.45	73,446,984,535.11	79,484,240,679.59	e)
50-23	Instituto de Habitação	13,896,661.60		13,896,661.60	13,641,197.64	
50-25	Autoridade de Aviação Civil	4,617,397.18		4,617,397.18	3,191,272.84	
50-26	Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	61,343,123.60		61,343,123.60	102,248,885.44	
50-27	Comissariado Contra a Corrupção	13,590,693.96		13,590,693.96	11,198,038.47	
50-28	Serviços de Saúde	55,896,677.90		55,896,677.90	38,994,324.42	
50-29	Universidade de Macau	25,835,794.91		25,835,794.91	22,393,136.33	
50-31	Instituto Politécnico de Macau	10,983,069.97		10,983,069.97	27,636,855.77	
50-32	Fundo de Desenvolvimento Desportivo	39,997,988.05		39,997,988.05	29,821,915.39	
50-33	Fundo de Cultura	59,871,517.19		59,871,517.19	70,755,053.28	
50-34	Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	47,621,101.39		47,621,101.39	51,467,171.21	
50-35	Conselho de Consumidores	495,831.34		495,831.34	2,256,990.90	
50-36	Instituto de Formação Turística	10,144,646.95		10,144,646.95	19,312,745.19	
50-37	Fundo Social da Administração Pública de Macau	2,752,544.34		2,752,544.34	394,827.89	
50-38	Conselho do Ambiente	1,066,092.72		1,066,092.72	654,394.30	
50-39	Obra Social do Corpo de Bombeiros	1,394,392.29		1,394,392.29	1,596,125.04	
50-41	Serviço do Comissariado da Auditoria	18,443,409.77		18,443,409.77	12,391,917.86	
50-42	Gabinete do Procurador do Ministério Público	8,838,395.66		8,838,395.66	3,994,484.33	
50-43	Gabinete do Presidente do Tribunal da Última Instância	7,564,552.49		7,564,552.49	6,826,321.89	
50-44	Assembleia Legislativa	1,377,460.94		1,377,460.94	3,313,390.74	
50-45	Fundação Macau	4,792,883,532.81		4,792,883,532.81	5,295,002,461.30	
50-46	Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	123,537,103.82	- 3,929,579.40	119,607,524.42	93,924,182.28	f)
50-47	Obra Social dos Serviços de Alfândega	134,000.96		134,000.96	339,961.16	
50-48	Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia	196,468,738.68		196,468,738.68	166,707,875.02	
50-49	Obra Social da Capitania dos Portos	331,425.53		331,425.53	453,199.23	
50-50	Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	18,601,453.90		18,601,453.90	40,400,355.93	
50-51	Fundo de Reparação Predial	34,004,904.89		34,004,904.89	111,096,731.14	
50-52	Fundo de Desenvolvimento Educativo	0.00		0.00	23,885,484.83	
Total do SPA excluindo o Tesouro		81,091,877,778.30	+ 2,287,486,439.10	83,379,364,217.40	91,450,561,569.13	
Adicionando o:						
	Saldo de Gerência do Tesouro	52,480,498,678.31		52,446,023,453.31	77,804,430,268.31	
Obtém-se:						
Total do SPA incluindo o Tesouro		133,572,376,456.61	+ 2,287,486,439.10	135,825,387,670.71	169,254,991,837.44	
Deduzindo os depósitos dos serviços e organismos do SPA junto de:						
	Caixa Económica Postal	69,046,197.11		69,046,197.11	64,586,542.72	
	Autoridade Monetária de Macau	12,173,206.52		12,173,206.52	10,236,262.97	
Deduzindo ainda o:						
	Depósito do Tesouro junto da AMCM	56,249,100,000.00		56,249,100,000.00	81,467,100,000.00	
Obtém-se:						
Total líquido do SPA		77,242,057,052.98	+ 2,287,486,439.10	79,495,068,267.08	87,713,069,031.75	

Observações :

- a) A denotação "—" indica que o serviço ou organismo visado não movimentou quaisquer fundos durante o período.
- b) Correcções introduzidas ao saldo de acordo com os elementos disponibilizados pelo respectivo serviço ou organismo.
- c) No Relatório da Conta Geral da RAEM de 2007, o serviço ou organismo visado foi indevidamente incluído junto dos serviços integrados.
- d) Exclusão dos montantes integrados no Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos.
- e) Saldo ajustado conforme o parecer de auditoria de 2007.
- f) Exclusão dos valores selados, anteriormente considerados como elementos de caixa.

Quadro 2.6
Resumo, por natureza, das operações de tesouraria processadas pelo sector público administrativo durante a Gerência de 2008
(excluindo a Caixa do Tesouro)

(Unidade: MOP)									
Grupo	Designação portuguesa	Saldo da Gerência de 2007 (antes de correcções)	Correcções ao saldo de 2007	Saldo da Gerência anterior		Entradas	Saídas	Saldo para a Gerência seguinte	
				Devedor	Credor			Devedor	Credor
a	b	c	d=e-f-c	e	f	g	h	i	j
	Organismos autónomos - Operações orçamentais	8,526,653,321.55	- 4,214,947,081.59	4,311,706,239.96	0.00	49,393,726,872.13	47,022,669,171.92	6,682,763,940.17	0.00
1.1.0	Receitas orçamentais	0.00	+ 0.00	0.00	0.00	18,673,681,251.94	18,673,681,251.94	0.00	0.00
1.2.0	Despesas orçamentais	0.00	+ 0.00	0.00	0.00	12,009,399,663.93	12,009,399,663.93	0.00	0.00
1.3.0	Reposições abatidas nos pagamentos	0.00	+ 0.00	0.00	0.00	18,482,352.16	18,482,352.16	0.00	0.00
1.9.0	Saldo da execução orçamental	8,526,653,321.55	- 4,214,947,081.59	4,311,706,239.96	0.00	18,692,163,604.10	16,321,105,903.89	6,682,763,940.17	0.00
	Organismos autónomos - Operações extra-orçamentais	133,070,000.33	+ 6,160,780,296.27	6,483,670,021.93	189,819,725.33	939,225,882,021.90	939,138,162,784.53	6,537,927,407.14	156,357,873.17
2.1.0	Comp. p/desvinculação de funções e outros fundos especiais	14,297,436.70		14,297,436.70	0.00	1,229,203.12	0.00	15,526,639.82	0.00
2.2.0	Descontos nos vencimentos	24,533,090.70	+ 975,650.00	25,508,740.70	0.00	333,553,314.10	332,177,977.19	26,884,077.61	0.00
	Outras operações passivas de tesouraria	95,092,670.77	+ 6,348,771,173.76	6,443,863,844.53	0.00	938,514,445,045.17	938,462,819,023.79	6,495,489,865.91	0.00
2.3.4	Depósitos e fundos de terceiros	0.00	+ 6,352,398,341.56	6,352,398,341.56	0.00	935,196,534,801.33	935,154,067,717.16	6,394,865,425.73	0.00
	Contas de liquidez junto das instituições financeiras	0.00	+ 3,775,530,383.71	3,775,530,383.71	0.00	905,935,835,205.63	905,489,115,505.16	4,222,250,084.18	0.00
	Depósito do Fundo de Reserva da RAEM	0.00	+ 2,576,867,957.85	2,576,867,957.85	0.00	29,260,699,595.70	29,664,952,212.00	2,172,615,341.55	0.00
2.3.5	Cauções	61,521,359.07	+ 2,432,185.82	63,953,544.89	0.00	85,878,101.80	74,319,912.38	75,511,734.31	0.00
2.3.6	Receitas em trânsito a liquidar	0.00	+ 547,989.16	547,989.16	0.00	5,521,590.96	5,258,493.44	811,086.68	0.00
2.3.9	Transferências	84,678.00	- 84,678.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
2.3.9	Outros valores recebidos	33,486,633.70	- 6,522,664.78	26,963,968.92	0.00	3,226,510,551.08	3,229,172,900.81	24,301,619.19	0.00
	Operações activas de tesouraria	(853,197.84)	- 188,966,527.49	0.00	189,819,725.33	376,654,459.51	343,165,783.55	26,823.80	156,357,873.17
2.4.9	Outros valores pagos	(853,197.84)	- 188,966,527.49	0.00	189,819,725.33	376,654,459.51	343,165,783.55	26,823.80	156,357,873.17
	Restantes organismos do SPA - Operações extra-orçamentais	290,304,315.44	- 16,342,926.08	273,961,390.37	1.01	4,968,967,058.48	4,956,281,861.09	286,646,586.75	0.00
	Operações passivas de tesouraria	290,304,315.44	- 16,342,926.07	273,961,390.37	0.00	4,968,967,057.98	4,956,281,861.09	286,646,586.66	0.00
1.2.0	Despesas orçamentais - Pagas pelo próprio Serviço	0.00	+ 0.00	0.00	0.00	1,938,209,847.33	1,938,209,847.33	0.00	0.00
1.3.0	Reposições abatidas nos pagamentos (a entregar a terceiros)	0.00	+ 0.00	0.00	0.00	3,407,685.83	3,407,685.83	0.00	0.00
2.2.0	Operações relacionadas com descontos	320,130.00	- 310,175.00	9,955.00	0.00	60,624,156.11	60,599,659.11	34,452.00	0.00
2.3.1	Créditos orçamentais obtidos da Caixa do Tesouro	56,396,598.74	- 625,140.86	55,771,457.88	0.00	1,966,568,627.19	1,964,480,502.68	57,859,582.39	0.00
2.3.2	Fundo permanente	10.47	+ 0.92	11.39	0.00	35,469,454.54	35,469,453.40	12.53	0.00
2.3.3	Execuções fiscais	0.00	+ 199.20	199.20	0.00	32,565.00	32,565.00	199.20	0.00
2.3.5	Cauções	193,696,837.56	+ 1,573,913.92	195,270,751.48	0.00	87,266,321.94	73,684,602.90	208,852,470.52	0.00
2.3.6	Receitas em trânsito a liquidar	0.00	+ 22,321,586.49	22,321,587.09	0.00	836,822,689.13	839,438,160.76	19,706,114.86	0.00
2.3.9	Outros valores recebidos	39,890,738.67	- 39,303,310.34	587,428.33	0.00	40,565,710.91	40,959,384.08	193,755.16	0.00
	Operações activas de tesouraria	0.00	- 0.41	0.00	0.41	0.50	0.00	0.09	0.00
2.4.9	Outros valores pagos	0.00	- 0.41	0.00	0.41	0.50	0.00	0.09	0.00
	Total	8,950,027,637.32	+ 1,929,490,288.60	11,069,337,652.26	189,819,726.34	993,588,575,952.51	991,117,113,817.54	13,507,337,934.06	156,357,873.17

	Operações financeiras específicas	71,813,693,232.11	+ 686,153,059.37	73,693,684,788.10	1,193,838,496.62	909,970,561,047.79	904,370,825,831.03	91,354,909,906.88	13,255,328,398.64
	Fundos de capitais acumulados	3,381,586,234.28	+ 0.00	3,381,586,234.28	0.00	438,730,712.24	0.00	3,820,316,946.52	0.00
	Fundação Macau								
	Fundo dos capitais acumulados	3,381,586,234.28		3,381,586,234.28	0.00	438,730,712.24	0.00	3,820,316,946.52	0.00
	Fundos especiais	12,507,690,805.55	+ 686,153,059.37	13,193,843,864.92	0.00	810,877,088,140.68	831,734,677,026.62	5,261,527,482.00	12,925,272,503.02
	<i>Direcção dos Serviços de Correios (excluindo CEP)</i>								
	Saldos de anos anteriores	758,831,339.35	+ 66,628,603.67	825,459,943.02	0.00	0.00	0.00	825,459,943.02	0.00
	<i>Caixa Económica Postal</i>								
	Saldos de anos anteriores	353,571,674.81		353,571,674.81	0.00	0.00	0.00	353,571,674.81	0.00
	<i>Fundo de Pensões</i>								
	Regime de Aposentação e Sobrevivência	824,636,400.74	+ 109,433,888.52	934,070,289.26	0.00	19,359,635.28	1,150,604,384.18	0.00	197,174,459.64
	<i>Autoridade Monetária de Macau</i>								
	Saldos de anos anteriores	0.00	+ 4,034,874,762.78	4,034,874,762.78	0.00	0.00	0.00	4,034,874,762.78	0.00
	Depósitos em patacas e moeda externa	10,527,054,228.20	- 3,528,808,134.54	6,998,246,093.66	0.00	810,857,728,505.40	830,584,072,642.44	0.00	12,728,098,043.38
	<i>Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo</i>								
	Saldos de anos anteriores	43,597,162.45	+ 4,023,938.94	47,621,101.39	0.00	0.00	0.00	47,621,101.39	0.00
	Depósitos e fundos de terceiros	57,118,254,688.90	+ 0.00	57,118,254,688.90	0.00	96,561,157,902.47	71,406,347,113.01	82,273,065,478.36	0.00
	Caixa Económica Postal	869,154,688.90		869,154,688.90	0.00	4,329,130,747.47	4,392,319,958.01	805,965,478.36	0.00
	Autoridade Monetária de Macau								
	Depósito da Caixa do Tesouro	56,249,100,000.00		56,249,100,000.00	0.00	92,232,027,155.00	67,014,027,155.00	81,467,100,000.00	0.00
	Crédito concedido (actividade financeira)	(156,338,496.62)	+ 0.00	0.00	156,338,496.62	180,084,292.40	187,801,691.40	0.00	164,055,895.62
	Caixa Económica Postal								
	Operações de crédito	(156,338,496.62)		0.00	156,338,496.62	180,084,292.40	187,801,691.40	0.00	164,055,895.62
	Aplicações de excedentes de tesouraria (actividade financeira)	(1,037,500,000.00)	+ 0.00	0.00	1,037,500,000.00	1,913,500,000.00	1,042,000,000.00	0.00	166,000,000.00
	Caixa Económica Postal								
	Operações de aplicações financeiras	(1,037,500,000.00)		0.00	1,037,500,000.00	1,913,500,000.00	1,042,000,000.00	0.00	166,000,000.00
	Posição de tesouraria no final da gerência			83,379,364,217.40				91,450,561,569.13	